



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2025

Relatório da Administração 4º trimestre de 2025 e exercício de 2025

Member of
Dow Jones
Sustainability Indices
Powered by the SIF Data Cloud

ITSA
B3 LISTED N1

IGC B3

ISE B3

IGPTWB3

IDIVERSA B3

Sumário Executivo (2025 x 2024)

LUCRO LÍQUIDO RECORRENTE 2025¹ R\$ 16,5 BILHÕES ▲11%	PROVENTOS 2025 R\$ 11,9 BILHÕES ▲24%	DIVIDEND YIELD³ 14,7% (UDM 31.12.2025)	VALOR DE MERCADO DA ITAÚSA⁵ R\$ 160,0 BILHÕES (fev/26) ▲68% vs. ▲54% IBOV
ROE RECORRENTE 2025^{1,2} 18,4% a.a. ▲1,0 p.p.	PAYOUT 2025 76% ▲8 p.p.	RETORNO TOTAL AO ACIONISTA (TSR ITSA4)⁴ ▲59% vs. ▲34% IBOV	VALOR DE MERCADO DO PORTFÓLIO (NAV)⁶ R\$ 209,9 BILHÕES (fev/26) ▲66% vs. ▲54% IBOV

Principais Indicadores

R\$ milhões	4T25	4T24	Δ	2025	2024	Δ
Lucratividade e Retorno^{1,2}						
Lucro Líquido ¹	4.300	3.722	16%	16.487	14.778	12%
ROE sobre PL médio (%) ^{1,2}	19,0%	16,8%	2,2 p.p.	18,4%	17,4%	1,0 p.p.
Lucro Líquido Recorrente ¹	4.448	3.679	21%	16.473	14.780	11%
Lucro Líquido Recorrente por ação	0,39674	0,33259	19%	1,47588	1,33601	10%
ROE Recorrente sobre PL médio (%) ^{1,2}	19,6%	16,6%	3,0 p.p.	18,4%	17,4%	1,0 p.p.
Balanco Patrimonial						
Dívida Líquida	1.367	1.052	30%	1.367	1.052	30%
Patrimônio Líquido	88.755	90.443	-2%	88.755	90.443	-2%
Mercado de Capitais						
Valor de Mercado do Portfólio (NAV) ⁶	209.899	126.179	66%	209.899	126.179	66%
Valor de Mercado da Itaúsa ⁵	159.986	95.298	68%	159.986	95.298	68%
Desconto ^{5,6}	23,8%	24,5%	-0,7 p.p.	23,8%	24,5%	-0,7 p.p.
Volume Financeiro médio diário ITSA4	319	266	20%	288	230	20%

(1) Atribuível aos acionistas controladores. | (2) ROE (*Return on Equity*) considerando o Lucro Líquido anualizado. | (3) Conforme convenção de mercado, o *Dividend Yield* é referente aos últimos 12 meses e é calculado sobre os proventos brutos ajustados pela subscrição e bonificação em ações. | (4) Calculado com base na cotação de fechamento das ações preferenciais da Itaúsa (ITSA4) em 30.12.2025 e 30.12.2024 (ajustado por proventos). | (5) Calculado com base na cotação de fechamento das ações preferenciais da Itaúsa (ITSA4) em 27.02.2026 e 28.02.2025 (sem ajuste por proventos). | (6) Considera as cotações de fechamento em 27.02.2026 e 28.02.2025 das ações mais líquidas do Itaú Unibanco (ITUB4), Dexco (DXCO3), Alparagatas (ALPA4) e Motiva (MOTV3) (sem ajuste por proventos), o valor do investimento da Copa Energia, o valor justo da NTS, além dos demais ativos e passivos refletidos no balanço individual da Itaúsa, referentes às datas de 31.12.2025 e 31.12.2024. Em relação à Aegea Saneamento, para 27.02.2026 foi considerado o valor de mercado estimado com base na transação de aumento de capital realizada em fev/26, e para 28.02.2025 o valor do investimento em 31.12.2024.

Destaques

- Lucro Líquido Recorrente:** crescimento de 11,5% em relação a 2024, maior lucro anual da série histórica, refletindo sólido desempenho das empresas investidas e disciplina na alocação de capital da *holding*.
- Liability Management:** pré-pagamento de R\$ 1,5 bilhão e refinanciamento de R\$ 1,0 bilhão de dívidas ao longo de 2025 conferiram diminuição do custo da dívida, aumento do prazo e reperfilamento do cronograma de amortização.
- Remuneração aos acionistas:** distribuição de R\$ 11,9 bilhões líquidos em proventos de 2025, atingindo *payout* de 76% e um dos maiores *dividend yields* da bolsa brasileira.
- Bonificação de 2% em ações:** concedida aos acionistas com posição acionária final do dia 23.12.2025 e custo atribuído de R\$ 11,37 por ação.
- JCP (exercício 2026):** declaração em 16.03.2026 de JCP de R\$ 1,1 bilhão líquido (R\$ 0,0957 por ação), com base na posição acionária do dia 19.03.2026, a serem pagos até 31.08.2026.

Mensagem da Administração

“No ano em que celebramos cinco décadas de trajetória, demonstramos, mais uma vez, nossa capacidade de atravessar diferentes ciclos econômicos com solidez, disciplina e foco na criação de valor de longo prazo. Mesmo diante de um cenário macroeconômico marcado por juros elevados, reportamos resultados recordes e remuneração atrativa a nossos acionistas e avançamos de forma consistente em nossa estratégia como gestora de portfólio, combinando alocação de capital responsável, desempenho operacional robusto e governança sólida.



Alfredo Setubal
Presidente e DRI

Ao completarmos 50 anos de história, reafirmamos nossos valores e nosso compromisso com a conduta ética, governança sólida e visão de longo prazo. Em 2025, lançamos a nova marca que reforça nosso propósito de investir em ações que transformam o Brasil, e promovemos uma série de iniciativas comemorativas, que fortaleceram ainda mais o relacionamento com investidores, analistas e demais públicos estratégicos. Tivemos o tradicional toque da campanha na B3, além de edições especiais dos eventos com o mercado (Panorama Itaúsa, Itaúsa Day e Resultados em Foco). Em reconhecimento à nossa base de quase um milhão de acionistas, realizamos um encontro com investidores pessoa física na Arena B3 para compartilhar nossa evolução estratégica e visão de futuro.

Nossa solidez, disciplina financeira e alocação eficiente de capital se refletiram em resultados recordes em 2025. Encerramos o ano com lucro líquido recorrente de R\$ 16,5 bilhões e ROE Recorrente de 18,4%, evidenciando a resiliência e qualidade do portfólio, mesmo em um cenário macroeconômico marcado por juros elevados.

O Itaú Unibanco apresentou crescimento em todos os segmentos da carteira de crédito no Brasil, mantendo níveis saudáveis de inadimplência e custo de crédito sob controle. Entre as investidas não financeiras, Motiva, Aegea, Alpargatas e Copa Energia registraram expansão de receita, ganhos operacionais e melhoria de margens, enquanto a Dexco, apesar dos desafios no mercado de acabamentos, avançou em eficiência operacional e fortaleceu sua Divisão de Madeira. Os maiores proventos recebidos da NTS também contribuíram positivamente para os resultados do período.

Em 2025, realizamos um bem-sucedido aumento de capital, com elevada adesão da base acionária. Os recursos captados permitiram avançar em nossa estratégia de gestão de passivos, resultando na redução do custo médio da dívida, na diminuição do endividamento bruto e no alongamento do perfil e do prazo médio de vencimento. Essas iniciativas fortaleceram ainda mais a posição financeira da Companhia e contribuíram para a reafirmação do rating AAA pelas principais agências de classificação de risco.

Os resultados consistentes se refletiram em remuneração atrativa aos acionistas. Ao longo de 2025, os proventos totalizaram R\$ 11,9 bilhões, com payout de 76%, posicionando a Itaúsa entre os maiores pagadores de dividendos do país e entre os maiores dividend yields da B3.

A combinação de remuneração atrativa e desempenho superior da nossa ação refletiu no retorno total ao acionista (TSR) que atingiu 59,4% no ano, superando importantes benchmarks de mercado e evidenciando nossa capacidade de gerar valor de forma consistente. Além disso, anunciamos bonificação de ações, reforçando o compromisso com a criação de valor de longo prazo.

Durante o ano de 2025, revisitamos nossa Estratégia de Sustentabilidade, visando integrar cada vez mais essa agenda à nossa atuação como gestora de portfólio. Também reafirmamos nosso compromisso com a ética, integridade e gestão de riscos, por meio do nosso Compromisso público com Direitos Humanos, nosso Código de Conduta atualizado e nossa nova matriz de riscos. Como reconhecimento dessa nossa jornada e do nosso compromisso com a transparência, mantivemos nossa participação nos principais índices de sustentabilidade nacionais e internacionais e fomos reconhecidos como “most honored company” pela Extel (Institutional Investor).

Como parte da nossa estratégia de alocação eficiente de capital, em fevereiro de 2026, anunciamos o aumento de participação acionária na Aegea no valor de R\$ 418,1 milhões, ampliando nossa participação no capital total da companhia para 13,27%.

Apoiados em nossos valores, seguimos avançando com disciplina, visão estratégica e responsabilidade, fortalecendo nosso ecossistema de negócios, apoiando o desenvolvimento do país e gerando valor sustentável para a sociedade, investidas e acionistas. Nossa história confirma que, quando transformamos valores em ações, ampliamos resultados e impacto. Seguimos confiantes para escrever os próximos capítulos dessa trajetória.

Convidamos nossos acionistas para acompanhar mais sobre estas iniciativas em nosso Relato Integrado 2025 que divulgaremos em breve ao mercado.”

Relatório da Administração

4º trimestre de 2025 e exercício de 2025

Member of
Dow Jones
Sustainability Indices
Powered by the S&P Global CSX

ITSA
B3 LISTED NI

IGC B3

ISE B3

IGPTWB3

IDIVERSA B3

1. Desempenho Operacional e Financeiro da Itaúsa

1.1. Resultado individual da Itaúsa

Como *holding* de participações que investe em empresas operacionais, nosso resultado é composto por Resultado de Equivalência Patrimonial (REP), apurado a partir do lucro líquido de nossas empresas investidas, pelo resultado de investimentos em ativos financeiros mensurados a valor justo (como é o caso da NTS) e pelo resultado de eventuais alienações de ativos do nosso portfólio. Abaixo estão demonstrados os nossos resultados individuais recorrentes (os itens não recorrentes encontram-se detalhados na tabela “Reconciliação do Lucro Líquido Recorrente” na seção 1.6 deste documento).

Resultado Individual Gerencial da Itaúsa¹

R\$ milhões	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Resultado Recorrente das empresas investidas	4.770	3.984	19,7%	17.594	15.722	11,9%
Setor Financeiro	4.518	3.965	13,9%	16.675	15.126	10,2%
Itaú Unibanco ²	4.518	3.965	13,9%	16.675	15.126	10,2%
Setor Não Financeiro	299	69	330,3%	1.132	796	42,3%
Dexco	(1)	(32)	-97,0%	17	75	-77,0%
Alpargatas	64	9	639,4%	178	48	274,4%
Motiva	63	37	67,9%	231	184	25,5%
Aegea Saneamento	-	2	n.a.	82	40	103,8%
Copa Energia	112	80	38,8%	345	292	18,1%
NTS	61	(34)	n.a.	274	145	89,3%
Variação do valor justo	61	(34)	n.a.	(58)	(129)	-55,2%
Dividendos e/ou JCP	-	-	n.a.	332	274	21,0%
Outras empresas ³	1	6	-84,7%	5	11	-58,3%
Outros resultados⁴	(46)	(51)	-8,1%	(213)	(199)	6,8%
Resultado Próprio	(232)	(209)	10,8%	(834)	(691)	20,6%
Despesas Administrativas	(52)	(46)	11,6%	(177)	(177)	0,0%
Despesas Tributárias ⁵	(150)	(128)	17,0%	(600)	(453)	32,4%
Doações Instituto Itaúsa	(25)	(29)	-13,0%	(50)	(51)	-1,7%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(5)	(6)	-13,3%	(7)	(10)	-33,0%
Resultado Financeiro	(67)	(108)	-37,4%	(297)	(294)	0,9%
Lucro antes do IR/CS	4.471	3.667	21,9%	16.464	14.737	11,7%
IR/CS	(23)	12	n.a.	9	44	-78,3%
Lucro Líquido Recorrente	4.448	3.679	20,9%	16.473	14.780	11,5%
Resultado não recorrente	(148)	43	n.a.	14	(3)	n.a.
Próprio	9	(29)	n.a.	44	(66)	n.a.
Setor Financeiro	(118)	(49)	139,9%	(188)	(129)	45,7%
Setor Não Financeiro	(40)	121	n.a.	159	192	-17,5%
Lucro Líquido	4.300	3.722	15,5%	16.487	14.778	11,6%
ROE sobre PL médio (%)	19,0%	16,8%	2,2 p.p.	18,4%	17,4%	1,0 p.p.
ROE Recorrente sobre PL médio (%)	19,6%	16,6%	3,0 p.p.	18,4%	17,4%	1,0 p.p.

(1) Atribuível aos acionistas controladores. | (2) Considera a equivalência patrimonial da participação acionária detida diretamente no Itaú Unibanco Holding e indireta por intermédio da participação de 66,53% do capital da IUPAR – Itaú Unibanco Participações S.A., cujo único investimento é a participação acionária no Itaú Unibanco. | (3) Composto por Itaútec e ITH Zux Cayman. | (4) Refere-se, principalmente, à amortização das mais-valias atribuídas nos PPAs (*purchase price allocation* ou alocação de preço de compra) dos investimentos na Motiva, Aegea Saneamento, Alpargatas, Copa Energia e Itaú Unibanco. | (5) Essencialmente composto pelo PIS e COFINS (conforme notas explicativas nº 19 e nº 20).

O resultado do Itaú Unibanco demonstrado acima incorpora as despesas tributárias de PIS e COFINS sobre Juros sobre Capital Próprio (JCP) da IUPAR, que totalizaram R\$ 64 milhões no 4T25 (vs. R\$ 56 milhões no 4T24), aumento de 16% em relação ao mesmo período do ano anterior. Em 2025, essas despesas somaram R\$ 259 milhões (vs. R\$ 196 milhões em 2024), representando aumento de 32% na comparação com 2024. Com a aprovação da reforma tributária em janeiro de 2025, a incidência de tributação sobre o JCP recebido será eliminada a partir de janeiro de 2027, deixando, portanto, de existir despesas dessa natureza.

Os resultados do 4T25 e do exercício de 2025 da Aegea estavam em processo de fechamento até a data da nossa divulgação, tendo sido considerado nas demonstrações contábeis da Itaúsa apenas o período acumulado de 9 meses de 2025. O efeito é considerado imaterial para os resultados de 2025 da Itaúsa.

Relatório da Administração

4º trimestre de 2025 e exercício de 2025

Member of
Dow Jones
Sustainability Indices
Powered by the IIGP Data & Analytics

ITSA
B3 LISTED NI

IGC B3

ISE B3

IGPTWB3

IDIVERSA B3

1.2. Resultado Recorrente das empresas investidas registrado pela Itaúsa (2025 vs. 2024)

O **resultado recorrente proveniente das empresas investidas**, refletido em nosso resultado em 2025, foi de **R\$ 17,6 bilhões**, crescimento de **12%** em relação ao ano anterior devido principalmente ao melhor resultado do Itaú Unibanco (+10%), além dos resultados crescentes do setor não financeiro (+42%) com destaque para Alpargatas, Aegea, NTS, Motiva e Copa Energia.



- Resultados robustos, positivamente impactados pelo crescimento da carteira de crédito no Brasil e na América Latina, refletindo em melhor receita financeira líquida, além de indicadores de inadimplência saudáveis e custo de crédito sob controle.
- Aumento em Seguros e Previdência Privada, principalmente por maior resultado financeiro e maiores vendas de seguros.
- Índice de Eficiência encerrou o ano em 38,8% no consolidado e 36,9% no Brasil, com base no modelo gerencial em BR GAAP, atingindo o menor patamar da série histórica.

Dexco

- Desempenho operacional impactado pelos desafios ainda enfrentados na Divisão de Acabamentos, parcialmente compensados pelos resultados crescentes da Divisão de Madeira e da LD Celulose.
- Na Divisão de Acabamentos, os negócios de Metais e Louças seguiram pressionados por volumes menores e custos elevados, apesar da evolução de preços, enquanto Revestimentos segue enfrentando ambiente competitivo desafiador.
- Lucro Líquido negativamente impactado por maiores despesas financeiras, reflexo da maior dívida líquida e maior taxa Selic, e menor impacto de reavaliação de ativo biológico no período.



- Resultado positivamente impactado pelo crescimento de receita e margens, reflexo de maior *ticket* médio e melhor *mix* de produtos e canais no Brasil, além da retomada das operações internacionais.
- O avanço da receita aliado à redução de custos e ao incremento de despesas abaixo da inflação contribuíram para a melhora das margens, refletindo no aumento expressivo do EBITDA, lucro líquido e geração de caixa.

Motiva

- Crescimento da receita impulsionado por reajustes tarifários contratuais e melhora do desempenho operacional, com contribuição adicional das receitas complementares e crescimento do tráfego em todas as plataformas.
- EBITDA apresentou forte expansão, refletindo a expansão dos resultados operacionais, além de ganhos de eficiência e avanço da otimização de portfólio.
- Lucro Líquido Recorrente avançou frente ao ano anterior como reflexo dos itens destacados acima, parcialmente compensados pelo maior nível de endividamento após a conquista de novos ativos.

Aegea

Os resultados do 4T25 e do exercício de 2025 da Aegea estavam em processo de fechamento até a data da nossa divulgação, tendo sido considerado nas demonstrações contábeis da Itaúsa o período acumulado de 9 meses de 2025.

9M25 x 2024:

- Receita e resultado operacional impulsionados por maior volume faturado, principalmente em Corsan e Ambiental Ceará, reajustes tarifários contratuais, início de novas operações (Águas do Piauí) e pelas maiores receitas de contraprestação de PPPs.
- Lucro Líquido impactado pelo maior resultado operacional, parcialmente compensado por maiores despesas financeiras devido ao maior endividamento e maior Selic média no período.



- Resultados crescentes no período, apesar da estabilidade de volumes, beneficiado por maiores *spreads* e melhor resultado financeiro com redução da alavancagem e menor patamar da dívida líquida.



- Resultado operacional crescente em função de reajustes de contratos indexados ao IGP-M e custos estáveis, além de maiores volumes de contratos de curto prazo.
- Os resultados do investimento na NTS, registrados como “ativo financeiro” em nosso balanço, foram positivamente impactados em relação ao ano anterior por maior recebimento de proventos e pelo menor efeito negativo da variação no valor justo do ativo.

Relatório da Administração

4º trimestre de 2025 e exercício de 2025

1.3. Resultado Próprio

As **Despesas Administrativas** totalizaram **R\$ 52 milhões**, aumento de 12% em relação ao 4T24, em maior parte devido a maiores encargos relacionados ao incentivo de longo prazo e despesas com tecnologia. Em 2025, as Despesas Administrativas totalizaram **R\$ 177 milhões**, em linha quando comparado ao mesmo período de 2024 e abaixo da inflação (IPCA) do período que atingiu 4,26%, reflexo de iniciativas de eficiência que contribuíram para menores gastos com garantias de processos judiciais e fornecedores.

As **Despesas Tributárias** atingiram **R\$ 150 milhões** no 4T25, aumento de 17% sobre o 4T24, devido principalmente à maior despesa de PIS e COFINS incidentes sobre os Juros sobre Capital Próprio declarados pelas investidas, principalmente pelo Itaú Unibanco. Em 2025, as Despesas Tributárias totalizaram **R\$ 600 milhões**, aumento de 32% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido aos mesmos motivos da variação trimestral.

As contribuições ao **Instituto Itaúsa** totalizaram **R\$ 25 milhões** no 4T25 (vs. R\$ 29 milhões no 4T24) destinados a 24 projetos relacionados a meio ambiente, produtividade e sustentabilidade, além de despesas administrativas e tributárias. Em 2025, a Itaúsa destinou **R\$ 50 milhões** para o Instituto Itaúsa (vs. R\$ 51 milhões em 2024) os quais foram destinados a 44 projetos voltados ao meio ambiente, produtividade e sustentabilidade, além de despesas administrativas e tributárias.

Acesse o [Relatório de Atividades do Instituto Itaúsa de 2025](#) para mais informações sobre os projetos apoiados.

1.4. Resultado Financeiro

O **Resultado Financeiro** atingiu **-R\$ 67 milhões** no 4T25, queda de 37% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, principalmente em função das menores despesas financeiras devido ao menor patamar de dívida, reflexo das iniciativas de *liability management* implementadas. Em 2025, o Resultado Financeiro somou **-R\$ 297 milhões (+0,9%)**, em linha com 2024, em função de prêmios (*fees*) pagos vinculados ao pré-pagamento de dívidas, os quais foram compensados por menores despesas de juros, resultado das iniciativas de *liability management*, e pela maior rentabilidade do caixa.

1.5. Lucro Líquido Recorrente

No 4T25, o **Lucro Líquido Recorrente** foi de **R\$ 4.448 milhões**, representando **aumento de 21%** em relação ao 4T24 devido principalmente ao maior resultado recorrente do Itaú Unibanco (14% ou +R\$ 552 milhões) e ao resultado crescente das investidas do setor não financeiro (330% ou +R\$ 229 milhões).

Em 2025, o **Lucro Líquido Recorrente** foi de **R\$ 16.473 milhões, 11% superior** ao ano anterior, devido ao maior resultado recorrente do Itaú Unibanco (10% ou +R\$ 1.549 milhões) e das investidas do setor não financeiro (42% ou +R\$ 336 milhões).

1.6. Efeitos Não Recorrentes

O **Lucro Líquido** do 4T25 foi afetado por **eventos não recorrentes** que totalizaram efeito negativo de **R\$ 148 milhões**. Os principais efeitos do trimestre foram: (i) -R\$ 118 milhões no Itaú Unibanco e (ii) -R\$ 33 milhões na Dexco, explicado em grande parte pelo *impairment* de estoque e ativo imobilizado.

Em 2025, os **efeitos não recorrentes** totalizaram **R\$ 14 milhões**, sendo: (i) -R\$ 188 milhões no Itaú Unibanco explicado principalmente por provisões extraordinárias, (ii) R\$ 109 milhões na Motiva por registro do ativo fiscal diferido da MSVia e pelo reequilíbrio econômico-financeiro da ViaQuatro, (iii) R\$ 79 milhões na Aegea por reconhecimento de créditos de PIS e COFINS da Corsan e efeitos da reorganização societária na Parsan e (iv) R\$ 44 milhões no Resultado Próprio da Itaúsa majoritariamente composto pela recuperação de créditos tributários.

R\$ milhões	Reconciliação do Lucro Líquido Recorrente			
	4T25	4T24	2025	2024
Lucro Líquido Recorrente	4.448	3.679	16.473	14.780
Total de itens não recorrentes	(148)	43	14	(3)
Resultado Próprio	9	(29)	44	(66)
Setor Financeiro	(118)	(49)	(188)	(129)
Itaú Unibanco	(118)	(49)	(188)	(129)
Setor Não Financeiro	(40)	121	159	192
Dexco	(33)	40	(17)	(10)
Alpargatas	(7)	(8)	(12)	(15)
Motiva	-	(15)	109	(55)
Aegea Saneamento	-	8	79	8
Copa Energia	-	(19)	-	142
Itautec	-	114	-	122
Outros ¹	-	-	-	(1)
Lucro Líquido	4.300	3.722	16.487	14.778

(1) Refere-se a evento de pós-closing da Copa Energia.

Relatório da Administração

4º trimestre de 2025 e exercício de 2025

Member of
Dow Jones
Sustainability Indices
Powered by the SIF Data Cloud

ITSA
B3 LISTED N1

IGC B3

ISE B3

IGPTWB3

IDIVERSA B3

2. Composição do Capital e Endividamento

A estratégia de *liability management*, iniciada no 4º trimestre de 2022, contribuiu para a redução do endividamento, o aumento do prazo médio da dívida, a redução do custo médio, a diminuição da concentração de amortização e o menor serviço da dívida. Essa estratégia também nos garantiu a preservação dos níveis de liquidez e mitigou riscos de refinanciamento.

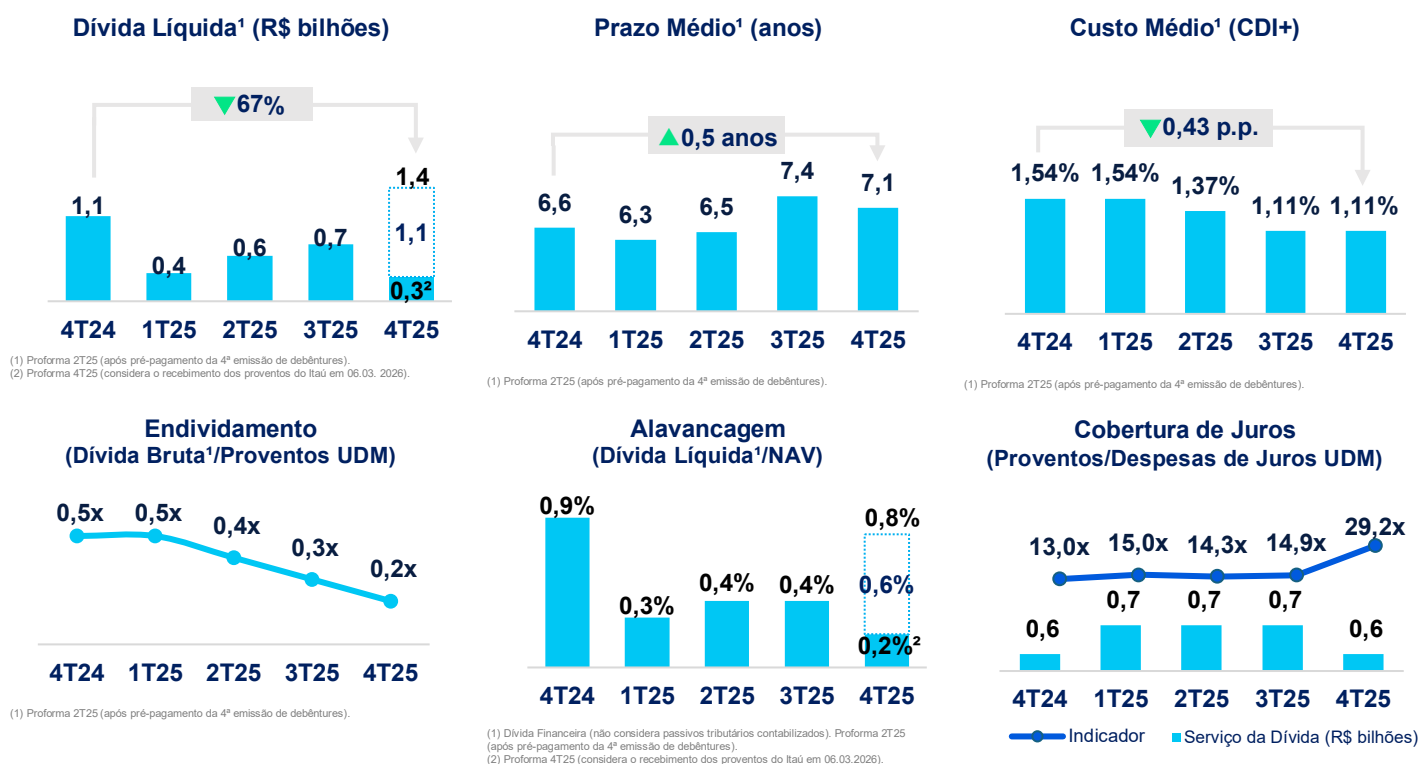
2022	2023	2024	2025
Dívida Bruta R\$ 8,4 bi			Dívida Bruta R\$ 3,2 bi
Redução da Dívida Bruta	Redução e alongamento da dívida	Alongamento e redução do custo médio da dívida	Redução da dívida bruta e do custo médio e aumento do prazo médio
Pré-pagamento (R\$ 1,8 bi) ¹	Pré-pagamento (R\$ 2,5 bi) ² + Refinanciamento (R\$ 1,25 bi) ³	Refinanciamento (R\$ 1,3 bi) ⁴	Pré-pagamento (R\$ 1,5 bi) ^{5,6} + Refinanciamento (R\$ 1,0 bi) ⁶

Resultados desde set/22 ⁷					
▼ 62%	▼ 76%	▼ 57%	▲ 2,8 anos	Sem amortização até 2028	Rating AAA
Dívida Bruta	Dívida Líquida	Serviço da Dívida ⁸	Prazo Médio		

(1) Resgate antecipado da 2ª emissão de debêntures (R\$ 800 mi) e da 2ª série da 5ª emissão de debêntures (R\$ 1,0 bi). | (2) Resgate antecipado da 1ª série da 5ª emissão de debêntures (R\$ 2,5 bi). | (3) 6ª emissão de debêntures para resgate antecipado da 1ª série da 4ª emissão de debêntures (R\$ 1,25 bi). | (4) 7ª emissão de debêntures para resgate antecipado da 3ª emissão de debêntures (R\$ 1,3 bi). | (5) Resgate antecipado da 2ª série da 4ª emissão de debêntures (R\$ 1,25 bi) utilizando recursos obtidos na chamada de capital (R\$ 1,0 bi) e recursos próprios. | (6) 8ª emissão de debêntures (R\$ 1,0 bilhão) e utilização de recursos próprios para resgate antecipado da 6ª emissão de debêntures (R\$ 1,25 bilhão). | (7) Período comparativo escolhido em função de ter sido o intervalo de maior alavancagem da Itaúsa (Dívida Bruta de R\$ 8,4 bilhões). | (8) Considera o custo médio do 3T22 (CDI+1,43% a.a.) e do 4T25 (CDI+1,11% a.a.) multiplicado pelo saldo da Dívida Bruta no final dos referidos trimestres.

Em 2025, realizamos o pré-pagamento de dívidas no valor total de R\$ 1,5 bilhão combinando a utilização de recursos próprios (R\$ 0,5 bilhão) e da chamada de capital (R\$ 1,0 bilhão), o que resultou na redução de mais de 30% do endividamento bruto. Adicionalmente, refinanciamos R\$ 1 bilhão de dívida para alongamento do cronograma de vencimento, que, em conjunto com o pré-pagamento, proporcionou diminuição do custo médio da dívida de CDI+1,54% a.a. para CDI+1,11% a.a., aumento do prazo médio para 7,1 anos e no reperfilamento do cronograma de amortização, com menor concentração nos anos de 2029, 2030 e 2031.

2.1. Perfil da Dívida e Indicadores de Alavancagem



Relatório da Administração

4º trimestre de 2025 e exercício de 2025

Member of
Dow Jones
Sustainability Indices
Powered by the S&P Global CSA

ITSA
B3 LISTED N1

IGC B3

ISE B3

IGPTWB3

IDIVERSA B3

2.2. Caixa e Cronograma de Amortização^{1,2}

Conforme mencionado, ao longo de 2025 realizamos resgate antecipado e pré-pagamento de debêntures, além de refinanciamento de debêntures, o que nos conferiram um cronograma de amortização saudável, sem pagamento de principal de dívida até 2029 e confortável posição de liquidez.

(R\$ milhões)



(1) Não considera eventual pagamento de passivos tributários contabilizados. | (2) O caixa proforma considera o recebimento de JCP do Itaú Unibanco pago em 06.03.2026.

2.3. Fluxo de Caixa

Encerramos o 4T25 com **R\$ 1.836 milhões** de saldo de caixa, diminuição de **R\$ 1.744 milhões** em relação a 31.12.2024, reflexo principalmente do pagamento de proventos e da amortização de dívida e juros, os quais foram parcialmente compensados pelo recebimento de proventos, subscrição de ações e captação realizada no período. Se considerada a recomposição do caixa com o recebimento de Juros sobre o Capital Próprio do Itaú Unibanco ocorrido em 06.03.2026, cujo pagamento pela Itaúsa ocorreu de forma antecipada em 19.12.2025, o saldo de caixa seria de **R\$ 2.858 milhões**.

(R\$ milhões)



(1) Considera receita oriunda da rentabilidade do caixa e as despesas gerais e administrativas, entre outros. | (2) O caixa proforma considera o recebimento de JCP do Itaú Unibanco pago em 06.03.2026.

Fluxo de Proventos - Visão Caixa (R\$ milhões)	2025	2024	Δ%
Total de proventos líquidos recebidos das investidas¹	18.908	8.464	123%
Itaú Unibanco²	17.750	7.762	129%
Setor não financeiro	1.158	702	65%
Dexco	14	79	-82%
Alpargatas ³	342	-	-
Motiva	101	87	16%
Aegea Saneamento ⁴	148	173	-14%
Copa Energia	221	83	166%
NTS	331	274	21%
Itautec	1	6	-83%
Total de proventos líquidos pagos pela Itaúsa	19.397	8.040	141%

(1) Conforme nota explicativa nº 9.1. | (2) Considera o recebimento de proventos do Itaú Unibanco e da IUPAR. | (3) Em 2025 considera a redução de capital da Alpargatas no montante total de R\$ 850 milhões (sendo repassado à Itaúsa o montante de R\$ 253 milhões). | (4) Em 2024 considera R\$ 35 milhões da alienação de ações PNA de Águas do Rio.

Relatório da Administração

4º trimestre de 2025 e exercício de 2025

Member of
Dow Jones
Sustainability Indices
Powered by the S&P Global CSA

ITSA
B3 LISTED N1

IGCB3 ISEB3 IGPTWB3 IDIVERSAB3

3. Remuneração aos Acionistas

3.1. Fluxo de Proventos por competência do período

Os proventos (líquidos) declarados pelas investidas à Itaúsa relativos ao exercício de 2025 totalizaram **R\$ 12.680 milhões**, sendo R\$ 11.858 milhões do Itaú Unibanco (+24% vs. 2024) e R\$ 822 milhões do setor não financeiro (+129% vs. 2024).

A nossa prática de distribuição de proventos tem sido, até o momento, repassar integralmente os proventos recebidos do Itaú Unibanco relativos a cada exercício social. Desta forma, a Itaúsa declarou aos seus acionistas proventos (líquidos) de **R\$ 11.858 milhões** relativos a 2025.

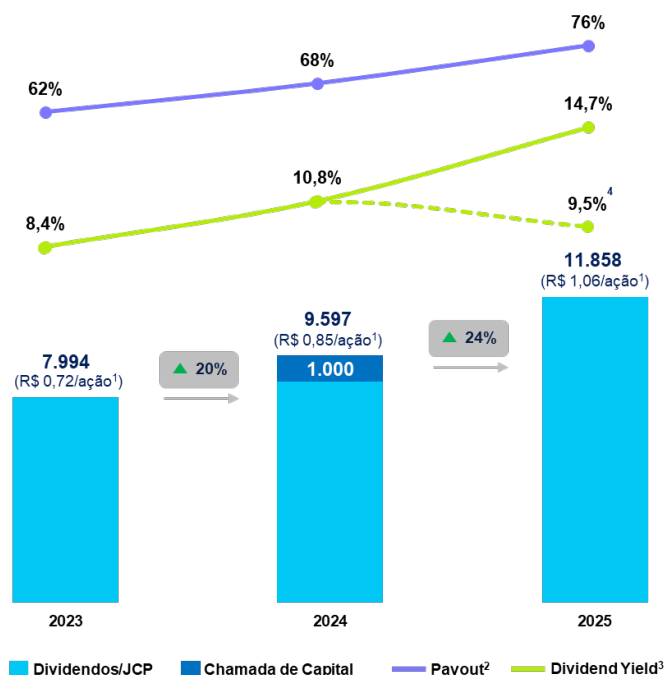
Fluxo de Proventos - Visão Competência (R\$ milhões)	2025	2024	Δ%
Total de proventos líquidos recebidos e a receber das investidas	12.680	9.956	27%
Itaú Unibanco	11.858	9.597	24%
Setor não financeiro¹	822	359	129%
Dexco	-	11	-
Alpargatas ²	350	5	-
Motiva	81	32	153%
Aegea Saneamento	120	43	179%
Copa Energia	78	99	-21%
NTS	193	168	15%
Itautech	-	1	-
Total de proventos líquidos pagos e a pagar pela Itaúsa	11.858	9.597	24%

(1) Conforme nota explicativa nº 9.1. | (2) Em 2025 considera a redução de capital da Alpargatas no montante total de R\$ 850 milhões (sendo repassado à Itaúsa o montante de R\$ 253 milhões).

3.2. Proventos declarados e dividend yield

Os proventos líquidos referentes ao exercício de 2025 totalizaram **R\$ 11.858 milhões**, crescimento de 24% em relação ao ano anterior e equivalentes a **payout de 76%**.

Os acionistas posicionados na base acionária da Itaúsa nos últimos 12 meses findos em 31.12.2025 fizeram jus ao recebimento de **R\$ 19,0 bilhões** (R\$ 18,2 bilhões líquidos) em proventos declarados. Esse valor corresponde a **R\$ 1,7146 (bruto) por ação** que, quando dividido pelo preço da ação preferencial em 31.12.2025, resulta em um **dividend yield de 14,7%**, o terceiro maior dentre as ações negociadas na B3. Se considerados apenas os proventos líquidos do exercício social de 2025, o **dividend yield** teria atingido 9,5% em 31.12.2025.



(1) Considera os proventos ajustados pelos eventos corporativos. | (2) Payout = Proventos (líquidos) pagos e a pagar (base competência) / Lucro Líquido deduzido da reserva legal de 5%. | (3) Conforme convenção de mercado, o Dividend Yield é referente aos últimos 12 meses e é calculado sobre os proventos brutos ajustados pela subscrição e bonificação em ações. Referem-se aos Dividend Yields de fev/24, fev/25 e dez/26. | (4) Considera apenas os proventos do exercício social de 2025 sobre o valor da ação preferencial da Itaúsa em 30.12.2025.

Relatório da Administração

4º trimestre de 2025 e exercício de 2025

Member of
Dow Jones
Sustainability Indices
Powered by the S&P Global CSA

ITSA
B3 LISTED NT

IGC B3 ISE B3 IGPTWB3 IDIVERSA B3

Acesse o histórico completo de proventos em: <https://ri.itausa.com.br/informacoes-financeiras/remuneracao-aos-acionistas/>.

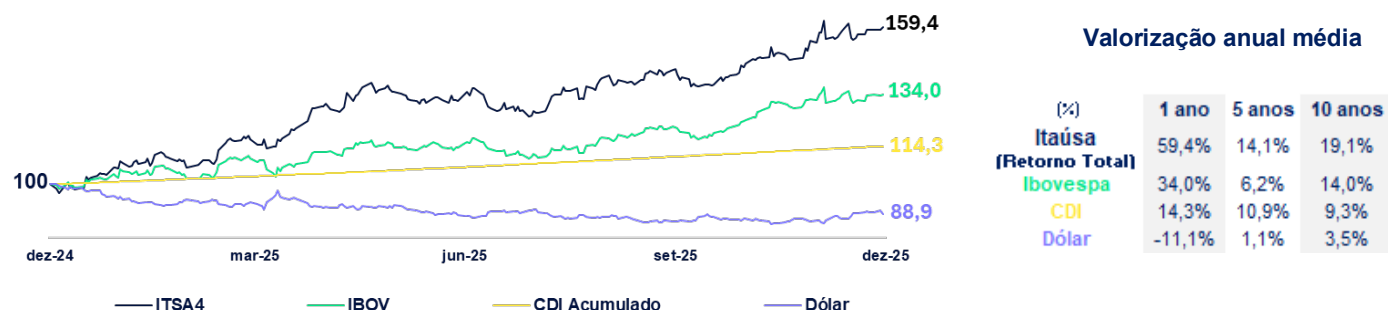
3.3. Bonificação em Ações

Em 15.12.2025, visando a criação de valor de nossos acionistas, anunciamos bonificação de ações com capitalização de R\$ 2,5 bilhões em reservas, resultando em capital social de R\$ 83,7 bilhões. Foram emitidas 219.876.212 novas ações escriturais (sendo 75.561.451 ordinárias e 144.314.761 preferenciais), entregues gratuitamente aos acionistas, a título de bonificação, em 23.12.2025, na proporção de 2 novas ações para cada 100 ações da mesma espécie que os acionistas detinham em 18.12.2025, com custo atribuído de R\$ 11,37 por ação. Em 12.02.2026, concluímos a venda das frações de ações decorrentes da bonificação.

Para mais informações sobre a bonificação de ações, acesse: <https://ri.itausa.com.br/informacoes-financeiras/aviso-comunicados-e-fatos-relevantes/>.

4. Retorno aos Acionistas

Entre 31.12.2024 e 31.12.2025, o retorno total ao nosso acionista (TSR) apresentou crescimento de **59,4%**, acima do retorno de **benchmarks** como: Ibovespa (+34,0%), CDI (+14,3%) e dólar (-11,1%).



Para mais informações sobre a Itaúsa no mercado de capitais, acesse nossa apresentação institucional em: <https://ri.itausa.com.br/informacoes-financeiras/apresentacoes/>.

5. Valor de Mercado do Portfólio

5.1. Atualização do Valor Justo da Aegea (transaction approach)

Diante do aumento de participação acionária da Itaúsa na Aegea concluído em março de 2026 (vide [Comunicado ao Mercado](#)), a partir desta data atualizaremos o valor justo da Aegea considerado na soma das partes da Itaúsa, em substituição ao valor contábil do investimento anteriormente utilizado (R\$ 2.372 milhões em 31.12.2025).

O valor justo do investimento na Aegea passa a ser de **R\$ 5.614 milhões** (incremento de R\$ 3.242 milhões), considerando:

- (i) **R\$ 4.549 milhões** relativos às ações ordinárias detidas pela Itaúsa ao preço de R\$ 55,29 por ação adotado no recente aumento de capital; e
- (ii) **R\$ 1.065 milhões** relativos às ações preferenciais detidas pela Itaúsa a valor contábil em 31.12.2025.

Embora esse valor estimado possa não refletir necessariamente a visão de mercado sobre o valor da Aegea caso listada, ele reflete a precificação mais recente de suas ações ordinárias (transaction approach).

5.2. Valor de Mercado do Portfólio e Desconto (Fev/26)

O valor de mercado da Itaúsa em **27.02.2026**, considerando o preço da ação mais líquida (ITSA4), era de **R\$ 160,0 bilhões**, enquanto a soma das participações nas empresas investidas a valor de mercado (considerando a atualização do valor justo da Aegea mencionado na seção 5.1 acima) totalizava **R\$ 209,9 bilhões**, resultando em um desconto de **holding** de **23,8%**.

Relatório da Administração

4º trimestre de 2025 e exercício de 2025

Member of
Dow Jones
Sustainability Indices
Powered by the S&P Global CSA

ITSA
B3 LISTED N1

IGC B3

ISE B3

IGPTWB3

IDIVERSA B3

Parte do desconto é explicada por nossas despesas tributárias, essencialmente representadas por PIS e COFINS sobre Juros sobre Capital Próprio (JCP), além das despesas administrativas, financeiras, entre outros fatores.

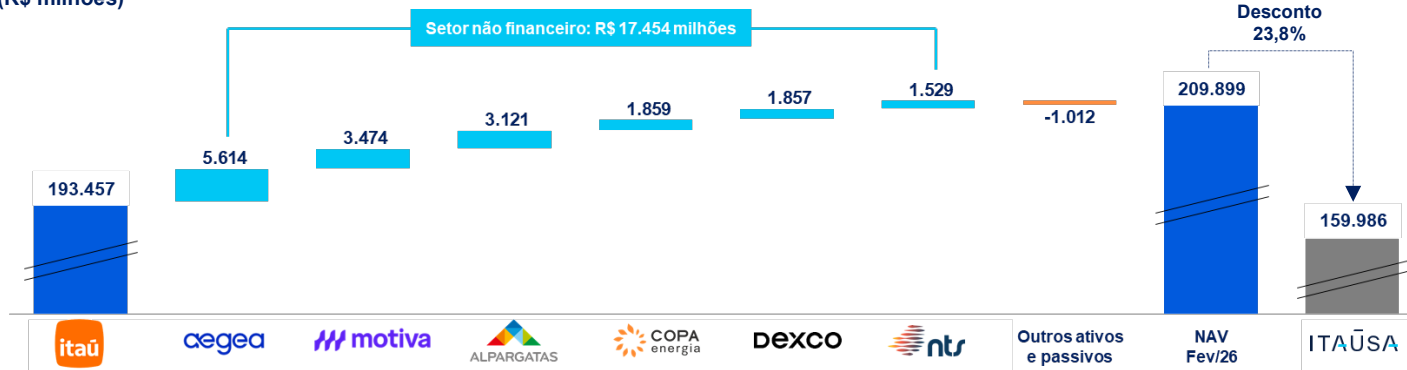
Contudo, a reforma tributária, aprovada em janeiro de 2025, eliminará a incidência de tributação sobre o JCP recebido a partir de janeiro de 2027, o que extinguirá a ineficiência fiscal da Itaúsa.

A referida ineficiência totalizou **R\$ 859 milhões** em 2025, sendo representada tanto pelas despesas tributárias de PIS e COFINS sobre JCP recebidos pela *holding* quanto pela IUPAR (refletidas em nossos resultados por meio de equivalência patrimonial).

Além disso, a Copa Energia está avaliada pelo seu valor contábil, havendo um descolamento importante em relação ao seu valor justo atual, o que eleva ainda mais o desconto implícito.

Nesse contexto, acreditamos que o atual nível de desconto é maior do que o patamar considerado justo e não reflete adequadamente os fundamentos da nossa estratégia de alocação eficiente de capital e a qualidade e desempenho do nosso portfólio.

(R\$ milhões)



Nota: Considera as cotações de fechamento do último dia útil do período (28.02.2026) das ações mais líquidas do Itaú Unibanco (ITUB4), Dexco (DXCO3), Alpargatas (ALPA4), Motiva (MOTV3) e Itaúsa (ITSA4), bem como o valor de mercado estimado para a Aegea Saneamento (com base na transação de aumento de capital realizada em fev/26), o valor do investimento da Copa Energia contabilizado em 31.12.2025, o valor justo da NTS contabilizado em 31.12.2025 e os demais ativos e passivos refletidos no balanço individual da Itaúsa em 31.12.2025.

Para obter mais informações, como o histórico e o informativo mensal de desconto, acesse: <https://ri.itausa.com.br/informacoes-financeiras/valor-do-portfolio-e-desconto/>.

6. Sustentabilidade

6.1. Introdução

Em linha com nossa visão de longo prazo e propósito de investir em ações que transformam o Brasil, durante o ano de 2025 revisitamos nossa Estratégia de Sustentabilidade, visando integrar cada vez mais essa agenda à nossa atuação como gestora de portfólio. Também reafirmamos nosso compromisso com a ética, integridade e gestão de riscos. Tornamos público nosso [Compromisso com Direitos Humanos](#), atualizamos nosso [Código de Conduta](#) e revisamos nossa matriz de riscos para incorporar os riscos de sustentabilidade identificados na Dupla Materialidade realizada em 2024.

Para mais informações sobre nossos avanços em 2025, acompanhe a divulgação do nosso Relato Integrado em 30.04.2026: <https://ri.itausa.com.br/sobre-a-itausa/relato-integrado/>.

6.2. Equidade de Gênero

Reconhecemos que nosso capital intelectual é um ativo estratégico para a perenidade dos negócios da Itaúsa. Seguimos investindo no desenvolvimento das nossas pessoas e no fortalecimento de uma cultura organizacional pautada por ética, confiança, colaboração e diversidade. Pelo quinto ano consecutivo, fomos reconhecidos com o selo Great Place To Work, reflexo do nosso compromisso com um ambiente de trabalho saudável, inclusivo e alinhado aos nossos valores.

Relatório da Administração

4º trimestre de 2025 e exercício de 2025

Member of
Dow Jones
Sustainability Indices
Powered by the S&P Global CSA

ITSA
B3 LISTED NT

IGC B3 ISE B3 IGPTWB3 IDIVERSA B3

Nossos processos de atração e seleção consideram, sempre que possível, pessoas com características e perfis diferentes, buscando a complementaridade de competências e diversidade, para permitir que a Companhia se beneficie da pluralidade de perspectivas.

Conforme estabelece nosso [Código de Conduta](#), adotamos práticas de remuneração, treinamento e avaliação baseadas no respeito, na transparência e na imparcialidade, valorizando nossos profissionais conforme desempenho, competências e alinhamento ao nosso propósito.

6.2.1 Quantidade e proporção de contratados por nível hierárquico e gênero

Contamos com uma equipe de aproximadamente 100 colaboradores dedicada às nossas atividades administrativas.

Ao final do exercício, as mulheres representavam 55% do total de nossos colaboradores, além de ocuparem 62% dos cargos de liderança (diretoria e gerência).

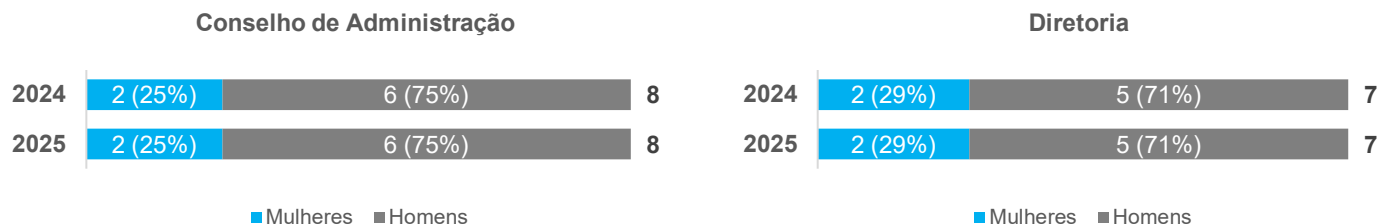
	2024					2025					Δ 2025 vs. 2024		
	Homens		Mulheres		Total	Homens		Mulheres		Total	Homens	Mulheres	Total
Diretor	5	71%	2	29%	7	5	71%	2	29%	7	-	-	-
Gerente	5	23%	17	77%	22	6	27%	16	73%	22	1	(1)	-
Especialista	6	30%	14	70%	20	9	41%	13	59%	22	3	(1)	2
Analista	18	50%	18	50%	36	19	53%	17	47%	36	1	(1)	-
Assistente	2	50%	2	50%	4	2	50%	2	50%	4	-	-	-
Estagiário/Aprendiz	4	33%	8	67%	12	6	46%	7	54%	13	2	(1)	1
Total	40	40%	61	60%	101	47	45%	57	55%	104	7	(4)	3

Observações:

- Diretores e estagiários não são contratados no regime CLT. Do total de 104 colaboradores, 84 estão contratados sob o regime CLT.
- Os indicadores acima visam atender as disposições sobre Política de Equidade previstas na Lei nº 15.177/2025.

6.2.2 Quantidade e proporção de homens e mulheres que ocupam cargos na Administração

Não houve mudança na composição do Conselho de Administração e Diretoria no último ano.



Observações:

- Alfredo Egydio Setubal e Rodolfo Villela Marino integram tanto o Conselho de Administração, quanto a Diretoria da Itaúsa, e estão contemplados em ambos os gráficos.
- Os indicadores acima visam atender as disposições sobre Política de Equidade previstas na Lei nº 15.177/2025.

6.2.3 Demonstração da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares da companhia

Considerando que os valores da remuneração variável referentes ao exercício de 2025 ainda não estão disponíveis, o reporte completo do demonstrativo anual de remuneração, segregados por sexo e nível hierárquico, será incluído no Manual da Assembleia Geral Ordinária (artigo 133 da Lei das S.A.) para atendimento às disposições sobre Política de Equidade previstas na Lei nº 15.177/2025.

Relatório da Administração

4º trimestre de 2025 e exercício de 2025

Member of
Dow Jones
Sustainability Indices
Powered by the S&P Global CSA

ITSA
B3 LISTED N1

IGC B3

ISE B3

IGPTWB3

IDIVERSA B3

6.3. Índices e Reconhecimentos

A Itaúsa manteve sua participação nos principais índices e *rankings* nacionais e internacionais, como reconhecimento do seu comprometimento e de suas investidas com a ética dos negócios, transparência e constante aprimoramento de sua performance sustentável.

- **ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial):** 18º ano
- **DJSI (Dow Jones Sustainability Index):** 22º ano consecutivo
- **Sustainability Yearbook da S&P Global:** 16º ano
- **CDP (Carbon Disclosure Project):** 15º ano consecutivo e 1ª vez classificação máxima “A” na categoria Mudanças Climáticas
- **Sustainalytics:** 8º ano
- **Great Place to Work:** 5º ano consecutivo
- **Extel (Institutional Investor):** fomos reconhecidos como *Most Honored Company* do setor financeiro não bancário da América Latina, pela posição de liderança em diversas categorias (2º melhor CEO, 2º melhor CFO, 3º melhor profissional de RI, 2º melhor Investor Day, 3º melhor Programa de RI e 2º melhor Conselho de Administração)

7. Anexos

7.1. Desempenho financeiro das investidas

Por meio dos órgãos de governança das investidas, onde temos representantes da Itaúsa, participamos do direcionamento estratégico e financeiro das empresas do nosso portfólio, promovendo uma cultura de governança sólida, conduta ética e valorização do capital humano. Nossa atuação também prioriza a disciplina na alocação de capital e a criação de valor sustentável no longo prazo.

Estrutura Acionária



Nota: As participações apresentadas são referentes ao total de ações excetuadas as existentes em tesouraria. Corresponde a participação direta e indireta nas empresas investidas.

Desempenho do Setor Financeiro



Eventos recentes:

- **Letras Financeiras:** em novembro de 2025, o Itaú Unibanco exerceu a opção de recompra da totalidade da Letras Financeiras Subordinadas Nível 2, no valor de R\$ 3,6 bilhões, com impacto de 0,2 p.p. no índice de capitalização Nível 2.
- **Notas Subordinadas:** em janeiro de 2026, o Itaú Unibanco exerceu a opção de resgate da totalidade de Notas Subordinadas Nível 2, no valor de US\$ 500 milhões, com impacto estimado de 0,18 p.p. no índice de capitalização Nível 2.
- **Remuneração aos Acionistas:** em novembro de 2025, foram aprovados os pagamentos de R\$ 1,868223/ação em dividendos (pagos em 19.12.2025) e de R\$ 0,3142875/ação em JCP (líquido) (pagos em 06.03.2026). Tais pagamentos totalizaram montante líquido de R\$ 23,4 bilhões.
- **Programa de Recompra:** em novembro de 2025, ocorreu o cancelamento de 78,9 milhões de ações preferenciais, no montante de R\$ 3,0 bilhões, adquiridas no programa de recompra aprovado em fevereiro de 2025. Em fevereiro de 2026, foi aprovado novo

Relatório da Administração

4º trimestre de 2025 e exercício de 2025

Member of
Dow Jones
Sustainability Indices
Powered by the S&P Global CSA

ITSA
B3 LISTED NT

IGC B3 ISE B3 IGPTWB3 IDIVERSA B3

programa de recompra de ações autorizando a aquisição de até 200 milhões de ações preferenciais de emissão própria em vigor de 04.02.2026 até 05.08.2027.

- **Bonificação em Ações:** anunciada em dezembro, as novas ações à título de bonificação foram atribuídas gratuitamente aos acionistas, à razão de 3%, conforme a posição acionária final de 23.12.2025, no Brasil, e 29.12.2025, nos Estados Unidos.
- **FIC e Investcred:** em dezembro de 2025, o Itaú Unibanco celebrou contratos para adquirir as participações da Companhia Brasileira de Distribuição (CBD), do Grupo Casas Bahia (GCB) e, futuramente, da Sendas Distribuidora (Assaí) na Financeira Itaú CBD (FIC), além de adquirir a totalidade da participação do GCB no Banco Investcred, passando a deter seu controle integral. A conclusão operações depende de aprovações regulatórias e outras condições contratuais.

Dados Financeiros e Operacionais (em IFRS) (R\$ milhões, exceto onde indicado)	4T25	4T24	Δ	2025	2024	Δ
Produto Bancário ¹	42.097	44.712	-5,8%	175.096	174.744	0,2%
Receita Financeira Líquida ^{1,2}	28.278	29.898	-5,4%	120.040	110.542	8,6%
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	12.612	12.265	2,8%	46.997	47.071	-0,2%
Resultado de Contratos de Seguro e Previdência Privada ³	2.005	1.824	9,9%	8.731	6.982	25,1%
Perdas de Crédito Esperadas de Ativos Financeiros	(3.954)	(10.470)	-62,2%	(28.833)	(32.311)	-10,8%
Despesas Gerais e Administrativas	(19.941)	(17.174)	16,1%	(79.176)	(79.416)	-0,3%
Lucro Líquido ⁴	11.907	10.835	9,9%	44.857	41.085	9,2%
Lucro Líquido Recorrente ⁴	12.222	10.967	11,4%	45.360	41.431	9,5%
ROE (anualizado)	22,7%	21,0%	1,7 p.p.	21,6%	20,9%	0,6 p.p.
ROE Recorrente (anualizado)	23,3%	21,3%	2,0 p.p.	21,8%	21,1%	0,7 p.p.
Patrimônio Líquido ⁴	204.501	211.090	-3,1%	204.501	211.090	-3,1%
Carteira de Crédito ⁵	1.490.600	1.409.772	5,7%	1.490.600	1.409.772	5,7%
Índice de Capital Nível I ⁶	13,8%	15,0%	-1,2 p.p.	13,8%	15,0%	-1,2 p.p.

(1) Para melhor comparabilidade, foram reclassificados os efeitos fiscais dos ajustes gerenciais. | (2) Soma das (i) Receitas de Juros e Similares, (ii) Despesas de Juros e Similares, (iii) Resultado de Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado, e (iv) Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior. | (3) Resultados de Contratos de Seguros e Previdência Privada, líquidos de Resseguros. | (4) Atribuível aos Acionistas Controladores. | (5) Carteira de Crédito com Garantias Financeiras Prestadas e Títulos Privados.

Desempenho Financeiro (4T25 vs. 4T24):

- **Carteira de Crédito:** aumento de 5,7%, impulsionado pelo crescimento em todos os segmentos no Brasil (6,2% em pessoas físicas, 6,8% em pessoas jurídicas), além de aumento de 2,0% na América Latina.
- **Receita Financeira Líquida:** redução de 5,4%, devido principalmente a menores receitas com aplicações de depósitos interfinanceiros, ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e operações de crédito, além de maiores despesas com captação no mercado aberto, relacionado com o aumento da taxa de juros e do maior volume de captações no período.
- **Receita de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias:** aumento de 2,8% principalmente em função de maiores receitas relacionadas à atividade de banco de investimentos.
- **Resultados de Contratos de Seguros e Previdência Privada:** aumento de 9,9%, em função do maior resultado financeiro do período e maiores vendas de seguros, principalmente relacionada aos produtos de vida e prestamista.
- **Perda Esperada de Ativos Financeiros:** redução de 62,2%, devido à menor perda com demais ativos financeiros.
- **Despesas gerais e administrativas:** aumento de 16,1%, em função de maiores despesas de pessoal, principalmente com participação nos resultados e efeitos da negociação do acordo coletivo de trabalho, com reajuste de 5,68% sobre salários a partir de setembro de 2025.
- **Índice de Capital Nível I:** 13,8% em dezembro, acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil (9,6%).
- **Índice de Eficiência:** 38,9% no consolidado e 36,9% no Brasil, com base no modelo gerencial em BR GAAP, atingindo o menor patamar da série histórica para um quarto trimestre.

Relatório da Administração

4º trimestre de 2025 e exercício de 2025

Member of
Dow Jones
Sustainability Indices
Powered by the S&P Global CSA

ITSA
B3 LISTED NT

IGC B3 ISE B3 IGPTWB3 IDIVERSA B3

Desempenho do Setor Não Financeiro

Empresas de Capital Aberto

DEXCO

Eventos recentes:

- **Emissão de Cédulas de Produto Rural:** em novembro, a Dexco anunciou a 1ª emissão de Cédulas de Produto Rural da Duratex Florestal Ltda., no valor de R\$ 1,6 bilhão, a serem destinados ao reperfilamento, alongamento e redução de custo financeiro de suas obrigações financeiras.
- **Bonificação em ações:** anunciada em dezembro, a Dexco realizou bonificação de ações com capitalização de reservas de lucros, com a emissão de novas ações na proporção de 1/12 avos (12%), conforme posição acionária final do dia 23.12.2025.
- **Desalavancagem:** entre dezembro e janeiro, a Dexco anunciou duas operações estratégicas totalizando R\$ 350 milhões envolvendo ativos florestais que reforçaram seu plano de desalavancagem sem comprometer suas operações, preservando sua autossuficiência e capacidade de produção de painéis de madeira.
- **Ratings:** em dezembro, a *Moody's* reafirmou o *rating* corporativo da Dexco em "AAA.br", mais alto nível na escala nacional, com manutenção da perspectiva negativa.

Dados Financeiros e Operacionais (R\$ milhões, exceto onde indicado)	4T25	4T24	Δ	2025	2024	Δ
Receita Líquida	2.096	2.064	1,6%	8.249	8.235	0,2%
Divisão Madeira	1.387	1.326	4,6%	5.519	5.351	3,2%
Divisão Metais e Louças Sanitárias	519	518	0,2%	1.917	1.991	-3,7%
Divisão Revestimentos	190	220	-13,3%	813	893	-9,0%
EBITDA Ajustado e Recorrente ¹	417	292	42,9%	1.871	1.577	18,7%
Lucro (Prejuízo) Líquido ²	(87)	23	-487,4%	1	173	-99,2%
Lucro (Prejuízo) Líquido Recorrente ²	(3)	(83)	-97,0%	46	199	-76,9%
ROE ²	-5,1%	1,3%	-6,4 p.p.	0,0%	2,6%	-2,6 p.p.
ROE Recorrente ²	-0,2%	-4,9%	4,7 p.p.	0,7%	3,0%	-2,3 p.p.
CAPEX ³	520	374	39,0%	1.404	1.578	-11,0%
Dívida Líquida/EBITDA Recorrente ⁴ UDM	3,35x	3,01x	0,34x	3,35x	3,01x	0,34x

(1) Considera a equivalência patrimonial da operação de celulose solúvel (LD Celulose). | (2) Atribuível aos acionistas controladores e incluindo efeitos da operação de celulose solúvel (LD Celulose). | (3) Considera *capex* de manutenção, expansão e projetos. | (4) Não considera a Dívida Líquida e o EBITDA da operação de celulose solúvel (LD Celulose).

Desempenho Financeiro (4T25 vs. 4T24):

- **Receita Líquida:** crescimento sustentado pela Divisão Madeira que teve um ano histórico em painéis e observou mercado interno aquecido.
 - **Divisão Madeira:** crescimento de receita em função de melhor *mix* de produtos, mesmo sem a realização de negócios florestais.
 - **Divisão de Louças e Metais:** receita estável, com menor volume expedido, porém compensado parcialmente por melhor *mix* de produtos.
 - **Divisão Revestimentos:** o ambiente competitivo e desafiador resultou em pressão de preços e queda em volume expedido.
- **EBITDA Ajustado e Recorrente:** o crescimento reflete a melhor margem na Divisão Madeira, enquanto a Divisão de Acabamentos permaneceu pressionada. A Divisão de Louças e Metais segue na retomada de rentabilidade e a Divisão Revestimentos passa por ações estruturantes de ajuste de capacidade e produção em busca de rentabilização. A LD Celulose apresentou incremento marginal no EBITDA, dados os efeitos contábeis relacionado à variação cambial e aos impostos diferidos.
- **Prejuízo Líquido Recorrente:** o forte desempenho financeiro na Divisão Madeira não compensou os resultados ainda pressionados da Divisão de Acabamentos. Somado a isso, o cenário de elevada taxa de juros resultou em maiores despesas financeiras, impactando o resultado do período.
- **Celulose Solúvel (DWP):** Receita Líquida de R\$ 777 milhões e EBITDA de R\$ 350 milhões refletem um ano recorde de volume expedido, com ganhos de eficiência e produtividade. O Lucro Líquido totalizou R\$ 448,2 milhões e considera os efeitos contábeis relacionados à variação cambial e aos impostos diferidos de 2025.

Relatório da Administração

4º trimestre de 2025 e exercício de 2025

Member of
Dow Jones
Sustainability Indices
Powered by the S&P Global CSA

ITSA
B3 LISTED N1

IGC B3 ISE B3 IGPTWB3 IDIVERSA B3

- **Dívida Líquida/EBITDA Recorrente:** a maior alavancagem decorre do aumento da dívida líquida em um ambiente de juros elevados, parcialmente mitigados pelo avanço do EBITDA no período. Com o fim do ciclo de investimentos, os efeitos das ações de desalavancagem iniciadas no 4T25, foco prioritário da companhia, deverão ser percebidos a partir de 2026.



Eventos recentes:

- **Remuneração aos Acionistas:** em dezembro, a Alpargatas distribuiu R\$ 1,2 bilhão aos seus acionistas, sendo R\$ 850 milhões por meio de redução de capital e R\$ 350 milhões em Dividendos e JCPs (bruto), refletindo a melhora operacional e a disciplina financeira.
- **Emissão de Debêntures:** em dezembro, a Alpargatas aprovou sua 3ª emissão de debêntures no valor de R\$ 300 milhões e vencimento de 5 anos.
- **Alteração na composição do Conselho:** em janeiro, o Sr. João Moreira Salles assumiu a presidência do Conselho de Administração da Alpargatas, sucedendo o Sr. Pedro Moreira Salles. Na mesma data, foi criado o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração, para o qual foi eleito o Sr. Rodolfo Villela Marino, que já integrava o colegiado como membro efetivo.

Dados Financeiros e Operacionais

(R\$ milhões, exceto onde indicado)

	4T25	4T24	Δ	2025	2024	Δ
Volume (mil pares/peças) ¹	66.537	65.352	1,8%	228.675	226.558	0,9%
Brasil	60.827	62.223	-2,2%	205.389	204.352	0,5%
Internacional	5.710	3.129	82,5%	23.286	22.206	4,9%
Receita Líquida	1.255	1.122	11,8%	4.565	4.108	11,1%
EBITDA Recorrente	211	36	486,9%	866	352	145,5%
Margem EBITDA Recorrente	16,8%	3,2%	13,6 p.p.	19,0%	8,6%	10,4 p.p.
Lucro Líquido ²	197	2	8.862%	569	108	426,8%
Lucro Líquido Recorrente ³	222	29	668,7%	611	159	285,1%
ROE (anualizado) ²	20,7%	0,2%	20,5 p.p.	14,3%	2,8%	11,5 p.p.
ROE Recorrente (anualizado) ³	23,3%	12,4%	10,9 p.p.	15,4%	4,1%	11,3 p.p.
CAPEX	84	77	9,4%	222	159	39,7%
Dívida Líquida/EBITDA UDM	0,8x	(0,3)x	1,1x	0,8x	(0,3)x	1,1x

(1) Considera somente operações Havaianas. Houve reclassificação do volume de vendas na operação do Brasil em 2024 em função de problemas sistêmicos que geraram erro de contagem do indicador de volume de vendas, sem impacto no resultado. | (2) Atribuível aos acionistas controladores. | (3) Atribuível aos acionistas controladores e de operações continuadas.

Desempenho Financeiro (4T25 vs. 4T24):

- **Receita Líquida:** crescimento de 11,8%, reflexo do aumento de 10% no ticket médio e do aumento do volume de vendas na operação internacional. No mercado brasileiro, apesar do volume 2,2% menor, ticket médio avançou 10,2%. No mercado internacional, o volume apresentou crescimento de 82,5%, com crescimento em todas as regiões (+28,8% em Europa, +332,3% em Estados Unidos e +69,6% em Mercados Distribuidores). É importante ressaltar que aproximadamente 950 mil pares vendidos nos EUA no período foram decorrentes da primeira compra e preparação de estoque do novo parceiro distribuidor na região (Eastman).
- **EBITDA Recorrente:** o crescimento de quase 5x em relação ao ano anterior se deve à melhora na execução comercial em todas as operações, bem como ao aumento da eficiência industrial e logística, mesmo com o maior investimento em marketing no trimestre.
- **Lucro Líquido Recorrente:** o efeito positivo do crescimento de receita somado à redução dos custos e das despesas e à melhora de 74,2% em equivalência patrimonial, contribuíram para o aumento de 668,7%.
- **CAPEX:** o investimento no trimestre foi dentro do esperado e em linha com os R\$ 220 milhões aprovados em AGO no início de 2025, sendo a maior parte do investimento direcionado a projetos de manutenção das atividades operacionais.
- **Posição de Caixa:** caixa líquido negativo em R\$ 665 milhões, após pagamento de Redução de Capital, Dividendos e JCP no valor total de R\$ 1,0 bilhão no trimestre.
- **Dívida Líquida/EBITDA:** a alavancagem aumentou 1,1x em relação ao ano anterior, explicada pelo processo de reestruturação financeira da companhia.

Relatório da Administração

4º trimestre de 2025 e exercício de 2025

Member of
Dow Jones
Sustainability Indices
Powered by the S&P Global CSA

ITSA
B3 LISTED NT

IGC B3

ISE B3

IGPTWB3

IDIVERSA B3



Eventos recentes:

- **Venda da plataforma de Aeroportos:** em novembro, a Motiva anunciou a venda da Plataforma de Aeroportos por R\$ 5 bilhões (EV/EBITDA de 8,8x @stake) para a ASUR (Grupo Aeroportuario del Sureste).
- **Autopista Fernão Dias:** em dezembro, foi concluída a vitória no processo competitivo da Autopista Fernão Dias, um ativo premium de 569 km de extensão, que conecta São Paulo a Belo Horizonte e articula importantes polos industriais, agrícolas e logísticos.
- **Agenda de eficiência:** o indicador OPEX (caixa)/Receita Líquida Ajustada, considerando as empresas controladas em conjunto, atingiu 37,5% em 2025, resultado que representa a antecipação, em um ano, da entrega do compromisso previsto para 2026 (< 38%).

Dados Financeiros e Operacionais

Consolidado com Controladas em Conjunto

(R\$ milhões, exceto onde indicado)

	4T25	4T24	Δ	2025	2024	Δ
Receita Líquida Ajustada (sem construção) ¹	4.289	4.016	6,8%	16.257	15.414	5,5%
Receita Líquida (sem construção)	4.289	4.016	6,8%	17.214	15.414	11,7%
Rodovias	2.511	2.247	11,8%	9.411	8.718	8,0%
Aeroportos	759	703	8,0%	2.924	2.640	10,8%
Mobilidade	1.021	1.066	-4,2%	4.888	4.063	20,3%
Outros ²	(2)	(1)	263,7%	(9)	(7)	43,5%
EBITDA Ajustado e Recorrente ¹	2.690	2.173	23,8%	10.243	8.929	14,7%
Margem EBITDA Ajustado e Recorrente ¹	62,7%	54,1%	8,6 p.p.	63,0%	57,9%	5,1 p.p.
Lucro Líquido ³	606	218	178,1%	3.280	1.249	162,6%
Lucro Líquido Recorrente ³	606	360	68,3%	2.225	1.780	25,0%
CAPEX	3.087	2.432	26,9%	8.702	7.446	16,9%
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado UDM	3,5x	3,2x	0,3x	3,5x	3,2x	0,3x

(1) Desconsidera os efeitos não recorrentes. | (2) Inclui holdings e CSC. | (3) Atribuível aos acionistas controladores.

Desempenho Financeiro (4T25 vs. 4T24):

- **Receita Líquida Ajustada (sem construção):** crescimento de 6,8% no 4T25, impulsionado pelo reajuste tarifário nas rodovias estaduais de São Paulo e na Motiva Pantanal. A melhora no desempenho do tráfego também contribuiu para a evolução dessa linha, além do crescimento de 21,8% das receitas complementares.
- **Desempenho do tráfego:** em bases comparáveis, houve crescimento em todas as plataformas.
 - **Rodovias:** aumento de 3,7% no tráfego comparável de veículos equivalentes. Os veículos leves cresceram 4,5%, impulsionados principalmente pelas concessões de São Paulo, com destaque para a RioSP, que iniciou a cobrança de free flow na RMSP e contribuiu com 1,7% da demanda do ativo no trimestre. Já os veículos pesados avançaram 3,2%, impulsionados pelo desempenho das concessões em São Paulo, sobretudo em função do escoamento de soja e milho.
 - **Trilhos:** crescimento de 1,3% no tráfego comparável, refletindo a maior demanda nas unidades de São Paulo (ViaQuatro e ViaMobilidade), principalmente em função da maior ocupação de escritórios. No MetrôBahia, houve redução de tráfego em decorrência de efeitos de calendário, relacionados a emendas e feriados de final de ano.
 - **Aeroportos:** crescimento de 6,5%, decorrente da maior frequência de voos e do aumento do fluxo de passageiros de conexão em Curaçao, além do avanço contínuo da taxa de ocupação dos voos nos blocos Sul e Central.
- **EBITDA Ajustado e Recorrente:** aumento de 23,8%, com expansão de 8,6 p.p. na margem, sobretudo em função do melhor desempenho operacional, como reflexo da otimização do portfólio em curso, além da não recorrência de provisões judiciais registradas no 4T24.
- **Lucro Líquido Recorrente:** aumento de 68,3%, reflexo do melhor desempenho operacional, dos reajustes tarifários e da redução de custos decorrente da otimização do portfólio.
- **CAPEX:** aumento de 28,7%, impulsionado por: (i) obras de ampliação na RioSP; (ii) melhorias nas pistas e marginais da ViaSul; e (iii) início da implantação do Sistema Europeu de Controle de Trens (ETCS), além de ampliações de estações e implantação de redes e subestações de energia na ViaMobilidade Linhas 8 e 9.
- **Dívida Líquida/EBITDA Ajustado:** aumento de 0,3x, em função do maior nível de endividamento da Motiva após a conquista dos ativos Rota Sorocabana (R\$ 2,1 bilhões) e PRVias (R\$ 1 bilhão), cuja contribuição ao EBITDA ocorrerá de forma gradual, conforme a evolução da operação desses ativos.

Relatório da Administração 4º trimestre de 2025 e exercício de 2025

Member of
Dow Jones
Sustainability Indices
Powered by the S&P Global CSA

ITSA
B3 LISTED NT

IGC B3 ISE B3 IGPTWB3 IDIVERSA B3

Empresas de Capital Fechado



Os resultados do 4T25 e do exercício de 2025 da Aegea estavam em processo de fechamento até a data da nossa divulgação, tendo sido considerado nas demonstrações contábeis da Itaúsa apenas o período acumulado de 9 meses de 2025.

Eventos recentes:

- **Liability Management:** em novembro, a Aegea anunciou emissão de debêntures no valor de R\$ 1,0 bilhão, com prazo de 5 anos, para resgate antecipado das emissões 13ª e 1ª série da 17ª, visando o aumento do prazo de amortização e redução do custo da dívida.
- **Aquisição da Regenera Rio:** em dezembro, a Aegea comunicou a conclusão da aquisição da Ciclus Ambiental Rio S.A. (atualmente denominada "Regenera Rio S.A."), pelo valor de R\$ 1,1 bilhão.
- **Novas concessões:** conquista do leilão de esgotamento sanitário no Município de Brusque, em Santa Catarina, que beneficiará aproximadamente 138 mil pessoas.
- **Conversão de Categoria:** em fevereiro, a CVM aprovou o pedido da Aegea de conversão de seu registro de emissor da categoria "B" para "A". Considerando o forte crescimento dos últimos anos e as oportunidades futuras no setor de saneamento, a Aegea avalia a possibilidade de realizar uma oferta pública inicial de ações.
- **Aumento de Capital:** em março, os acionistas da Aegea homologaram, em Assembleia Geral Extraordinária, aumento de capital de R\$ 1,2 bilhão mediante a emissão de novas ações ordinárias. Com a conclusão desse aumento de capital, a composição acionária da Aegea passa a ser: (i) capital votante: Equipav (68,69%), GIC (20,40%) e Itaúsa (10,91%); (ii) capital total: Equipav (52,11%), GIC (34,62%) e Itaúsa (13,27%).

Dados Financeiros e Operacionais

(R\$ milhões, exceto onde indicado)

	3T25	3T24 ⁵	Δ	9M25 ⁴	9M24 ⁵	Δ
Volume faturado (m³ milhões)	319	281	13,5%	929	834	11,5%
Receita Líquida ¹	3.549	2.660	33,4%	9.600	7.372	30,2%
EBITDA (Consolidado) ²	2.245	1.783	25,9%	6.421	4.630	38,7%
Margem EBITDA ²	63,3%	67,0%	-3,8 p.p.	66,9%	62,8%	4,1 p.p.
Lucro Líquido (Controlador) ³	244	264	-7,6%	1.206	458	163,1%
Lucro Líquido (Consolidado)	424	701	-39,6%	1.722	1.464	17,7%
CAPEX	2.314	1.270	82,3%	4.462	3.359	32,8%
Dívida Líquida/EBITDA UDM (covenant)	2,9x	2,5x	0,4x	2,9x	2,5x	0,4x

(1) Receita operacional líquida deduzida das receitas de construção sem efeito-caixa (ICPC 01). | (2) Inclui a receita e o custo de construção sem efeito caixa (ICPC 01) e o crédito de PIS/COFINS no valor de R\$ 591 milhões nos 9M25. | (3) Atribuível aos acionistas controladores. | (4) A investida incorporou os efeitos, de janeiro a junho de 2025, da revisão do tratamento contábil relativo à eliminação do lucro não realizado em operações com partes relacionadas. | (5) A investida reapresentou os resultados a fim de ajustar os efeitos desta revisão.

Nota: A tabela acima apresenta as informações da Aegea Saneamento em base societária, ou seja, com os resultados da Águas do Rio reconhecidos por equivalência patrimonial.

Desempenho Financeiro (3T25 vs. 3T24):

- **Receita Líquida:** aumento de 33,4% devido, principalmente, ao crescimento do volume faturado, aos reajustes tarifários contratuais, ao início de novas operações no Pará e ao incremento na receita de contraprestação das PPPs.
- **EBITDA:** crescimento de 25,9% devido, principalmente, ao crescimento do volume faturado, aos reajustes tarifários contratuais, ao início de novas operações e ao incremento na receita de contraprestação das PPPs.
- **Lucro Líquido (Controlador):** redução de 7,6% no lucro líquido atribuído aos acionistas controladores devido principalmente ao aumento das despesas financeiras com o aumento da Selic média no período.
- **CAPEX:** aumento de R\$ 1,0 bilhão devido principalmente à ampliação da cobertura de esgoto e ao início de novas operações.
- **Águas do Rio:** no 3T25, registrou Receita Líquida de R\$ 1,8 bilhão e EBITDA de R\$ 635 milhões, crescimento de 15,4% em relação ao 3T24 devido ao reajuste tarifário contratual e à redução nos custos e despesas. O lucro líquido atingiu R\$ 87 milhões e a dívida líquida totalizou R\$ 14,1 bilhões.

Relatório da Administração

4º trimestre de 2025 e exercício de 2025

Member of
Dow Jones
Sustainability Indices
Powered by the S&P Global CSA

ITSA
B3 LISTED NT

IGCB3 ISEB3 IGPTWB3 IDIVERSA B3



Dados Financeiros e Operacionais¹

(R\$ milhões, exceto onde indicado)

	4T25	4T24	Δ	2025	2024	Δ
Volume ('000 tons)	461	455	1,2%	1.838	1.851	-0,7%
Receita Líquida ²	2.939	2.838	3,6%	11.618	10.945	6,1%
EBITDA Recorrente	391	305	28,5%	1.290	1.114	15,8%
Lucro Líquido Recorrente	228	164	39,2%	705	597	18,1%
CAPEX	140	91	53,9%	365	315	16,0%
Dívida Líquida/EBITDA UDM	0,5x	1,0x	-0,5x	0,5x	1,0x	-0,5x

(1) Números não auditados. | (2) Considera venda de ativos.

Desempenho Financeiro (4T25 vs. 4T24):

- **Receita Líquida:** crescimento de 3,6% impulsionado pelo maior volume de vendas e repasse de aumento de custos do GLP aos preços praticados junto aos clientes.
- **EBITDA Recorrente:** aumento de 28,5%, devido a um maior repasse de preço-custo do GLP, combinado ao ganho de volume, e otimização de despesas.
- **Lucro Líquido Recorrente:** aumento de 39,2% impulsionado pelo maior EBITDA e pelo melhor resultado financeiro no período, com destaque para o crescimento da receita financeira.
- **CAPEX:** crescimento de 53,9% em função da concentração de investimentos no segundo semestre.
- **Dívida Líquida/EBITDA:** diminuição de 0,5x devido à redução de 27% da dívida líquida e crescimento do EBITDA dos últimos 12 meses.



Eventos recentes:

- **Debêntures:** em novembro, foi concluída a amortização de 24% da 2ª série da 5ª emissão, no montante de R\$ 403 milhões, com prazo de vencimento em 2029.
- **Projetos estratégicos no Rio de Janeiro:** em janeiro, foi aprovado investimento de aproximadamente R\$ 1 bilhão para construção e implementação de uma estação de compressão em Japeri e de um ponto de recebimento em Macaé. As iniciativas ampliarão, respectivamente, a flexibilidade operacional do sistema e a capacidade de injeção de gás natural na malha.

Dados Financeiros e Operacionais

(R\$ milhões, exceto onde indicado)

	4T25	4T24	Δ	2025	2024	Δ
Receita Líquida	1.959	1.867	4,9%	7.886	7.256	8,7%
EBITDA	1.709	1.617	5,7%	7.191	6.562	9,6%
Lucro Líquido	830	887	-6,5%	3.553	3.279	8,4%
Proventos ¹ - Total	-	-	n.a.	3.903	3.224	21,1%
Proventos ¹ - % Itaúsa	-	-	n.a.	332	274	21,0%
CAPEX ²	59	94	-36,7%	152	176	-13,4%
Dívida Líquida ³	9.165	9.257	-1,0%	9.165	9.257	-1,0%
Dívida Líquida/EBITDA UDM ⁴	1,3x	1,4x	-0,1x	1,3x	1,4x	-0,1x

(1) Considera dividendos e correção monetária sobre dividendos declarados. Os proventos são com base caixa. | (2) Valor considera efeito caixa. | (3) Dívida Líquida considera o impacto dos instrumentos de derivativos. A NTS possui uma exposição final 100% indexada à taxa de juros atrelada ao CDI e moeda local. | (4) Considera valores reportados de *covenants* com EBITDA dos últimos 12 meses e Dívida Líquida na data de fechamento do período.

Desempenho Financeiro (4T25 vs. 4T24):

- **Receita Líquida:** aumento de 4,9% principalmente em função dos reajustes anuais previstos nos contratos legados indexados ao IGP-M, cuja variação foi +6,5% no período, compensado parcialmente pelo menor volume de contratos de transporte de curto prazo.
- **EBITDA:** aumento de 5,7% devido ao crescimento da receita e estabilização do custo.
- **Lucro Líquido:** redução de 6,5% devido ao aumento da despesa financeira decorrente da elevação da taxa de juros no período (CDI).

Relatório da Administração

4º trimestre de 2025 e exercício de 2025

Member of
Dow Jones
Sustainability Indices
Powered by the S&P Global CSA

ITSA
B3 LISTED NT

IGCB3 ISEB3 IGPTWB3 IDIVERSAB3

- **CAPEX:** redução de 36,7% em função da menor realização de despesas com manutenção de dutos e adequação dos sistemas de medição, no âmbito do programa de integridade.
- **Dívida Líquida/EBITDA:** redução da alavancagem proveniente do maior EBITDA auferido no período.

7.2. Balanço Patrimonial (individual e gerencial)¹

(R\$ milhões)

ATIVO	31.12.2025	31.12.2024	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.12.2025	31.12.2024
CIRCULANTE	5.201	7.423	CIRCULANTE	844	2.132
Ativos Financeiros	4.772	7.090	Empréstimos, financiamentos e debêntures	179	109
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.836	3.580	Dividendos/JCP a Pagar	435	1.798
Títulos e valores mobiliários	1.529	1.587	Fornecedores	23	43
Dividendos/JCP a Receber	1.407	1.923	Tributos a Recolher	145	112
Ativos Fiscais	412	321	Obrigações com Pessoal	45	45
Tributos a Compensar	412	321	Outros Passivos	17	25
Outros Ativos	17	12			
Despesas Antecipadas	15	11			
Outros Ativos	2	1			
NÃO CIRCULANTE	89.572	91.702	NÃO CIRCULANTE	5.174	6.550
Investimentos	88.495	90.660	Empréstimos, financiamentos e debêntures	3.024	4.523
Investimentos em participações societárias	88.488	90.653	Fornecedores	17	25
Outros Investimentos	7	7	Provisões	2.129	1.999
Ativos Fiscais	863	858	Outros tributos diferidos	2	2
Tributos a Compensar	8	13	Outros Passivos	2	1
Imp. Renda/Contrib. Social Diferidos	855	845			
Imobilizado e Intangível	113	110	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	88.755	90.443
Outros Ativos	101	74	Capital Social	83.689	80.189
Títulos e valores mobiliários	27	-	Reservas de capital	759	700
Despesas Antecipadas	23	29	Reservas de lucros	5.863	10.945
Depósitos Judiciais	31	29	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(1.533)	(1.361)
Outros Ativos	20	16	Ações em Tesouraria	(23)	(30)
TOTAL DO ATIVO	94.773	99.125	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	94.773	99.125

(1) Balanço Patrimonial atribuível aos acionistas controladores.

Relatório da Administração

4º trimestre de 2025 e exercício de 2025

Member of
Dow Jones
Sustainability Indices
Powered by the S&P Global CSA

ITSA
B3 LISTED N1

IGC B3 ISE B3 IGPTWB3 IDIVERSA B3

7.3. Apuração do Resultado de Equivalência Patrimonial

Nosso resultado é composto basicamente pelo Resultado de Equivalência Patrimonial (REP), apurado a partir do lucro líquido de nossas empresas investidas e do resultado de investimentos em ativos financeiros.

Visão do 4º trimestre de 2025 e de 2024

(R\$ milhões)

	Setor Financeiro				Setor Não Financeiro										Holding			
	itaú		ALPARGATAS		DEXCO		motiva		aegea		COPA energia		ntr		Outras		ITAÚSA	
Apuração do Resultado da Equivalência Patrimonial	4T25	4T24	4T25	4T24	4T25	4T24	4T25	4T24	4T25	4T24	4T25	4T24	4T25	4T24	4T25	4T24	4T25	4T24
Lucro Líquido Recorrente das Empresas Investidas	12.223	10.967	223	29	(3)	(83)	606	360	-	485	228	164	-	-	1	6		
(x) Participação Direta / Indireta	37,49%	37,29%	29,86%	29,47%	37,75%	37,84%	10,38%	10,37%	Vide nota	Vide nota	48,93%	48,93%	8,50%	8,50%	100,00%	100,00%		
(=) Participação no Lucro Líquido Recorrente	4.582	4.092	63	9	(1)	(32)	63	37	-	2	112	80	-	-	1	6	4.820	4.194
(+/-) Outros Resultados	(65)	(126)	(5)	(5)	-	-	(24)	(29)	(15)	(15)	(1)	(1)	-	-	-	-	(110)	(176)
(=) Resultado de Equivalência Patrimonial Recorrente	4.517	3.966	58	4	(1)	(32)	39	8	(15)	(13)	111	79	-	-	1	6	4.710	4.018
(+/-) Resultado não Recorrente	(118)	(49)	(7)	(8)	(33)	40	-	(15)	-	8	-	(19)	-	-	-	114	(158)	71
(=) Resultado da Equivalência Patrimonial	4.399	3.917	51	(4)	(34)	8	39	(7)	(15)	(5)	111	60	-	-	1	120	4.552	4.089
(+) Resultado de Investimentos em Ativos Financeiros - VJR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	61	(34)	-	-	61	(34)
(=) Resultado das Empresas Investidas na Itaúsa	4.399	3.917	51	(4)	(34)	8	39	(7)	(15)	(5)	111	60	61	(34)	1	120	4.613	4.055
Contribuição	95,4%	96,6%	1,1%	-0,1%	-0,7%	0,2%	0,8%	-0,2%	-0,3%	-0,1%	2,4%	1,5%	1,3%	-0,8%	0,0%	3,0%	100,0%	100,0%

Notas:

- As participações (direta e indireta) nas empresas investidas consideram o percentual médio de participação da Itaúsa no período.
- O investimento na NTS é reconhecido como ativo financeiro, não sendo avaliado pelo Método de Equivalência Patrimonial.
- Em relação à Aegaea Saneamento, a participação demonstrada no quadro considera a equivalência patrimonial sobre os resultados da Aegaea Saneamento e Águas do Rio Investimentos, respeitando o acordo de divisão de resultados celebrado entre as partes.
- "Outras empresas" considera os investimentos na Itaútec e ITH Zux Cayman (empresas não operacionais).
- Para Motiva, Aegaea Saneamento e Copa Energia os "Outros Resultados" referem-se substancialmente à amortização de mais valia.
- Os resultados do 4T25 e do exercício de 2025 da Aegaea estavam em processo de fechamento até a data da nossa divulgação, tendo sido considerado nas demonstrações contábeis da Itaúsa apenas o período acumulado de 9 meses de 2025.

Visão acumulada dos 12 meses de 2025 e de 2024

(R\$ milhões)

	Setor Financeiro				Setor Não Financeiro										Holding			
	itaú		ALPARGATAS		DEXCO		motiva		aegaea		COPA energia		ntr		Outras		ITAÚSA	
Apuração do Resultado da Equivalência Patrimonial	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Lucro Líquido Recorrente das Empresas Investidas	45.360	41.431	611	158	45	199	2.225	1.780	595	774	705	597	-	-	5	11		
(x) Participação Direta / Indireta	37,33%	37,29%	29,54%	29,49%	37,78%	37,84%	10,38%	10,36%	Vide nota	Vide nota	48,93%	48,93%	8,50%	8,50%	100,00%	100,00%		
(=) Participação no Lucro Líquido Recorrente	16.934	15.449	177	48	17	75	231	184	82	40	345	292	-	-	5	11	17.791	16.099
(+/-) Outros Resultados	(260)	(325)	(22)	(21)	-	-	(124)	(111)	(59)	(58)	(6)	(6)	-	-	-	-	(471)	(521)
(=) Resultado de Equivalência Patrimonial Recorrente	16.674	15.124	155	27	17	75	107	73	23	(18)	339	286	-	-	5	11	17.320	15.578
(+/-) Resultado não Recorrente	(188)	(129)	(12)	(15)	(17)	(10)	109	(55)	79	8	-	141	-	-	-	123	(29)	63
(=) Resultado da Equivalência Patrimonial	16.486	14.995	143	12	-	65	216	18	102	(10)	339	427	-	-	5	134	17.291	15.641
(+) Resultado de Investimentos em Ativos Financeiros - VJR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	274	145	-	-	274	145
(=) Resultado das Empresas Investidas na Itaúsa	16.486	14.995	143	12	-	65	216	18	102	(10)	339	427	274	145	5	134	17.565	15.786
Contribuição	93,9%	95,0%	0,8%	0,1%	0,0%	0,4%	1,2%	0,1%	0,6%	-0,1%	1,9%	2,7%	1,6%	0,9%	0,0%	0,8%	100,0%	100,0%

Notas:

- As participações (direta e indireta) nas empresas investidas consideram o percentual médio de participação da Itaúsa no período.
- O investimento na NTS é reconhecido como ativo financeiro, não sendo avaliado pelo Método de Equivalência Patrimonial.
- Em relação à Aegaea Saneamento, a participação demonstrada no quadro considera a equivalência patrimonial sobre os resultados da Aegaea Saneamento e Águas do Rio Investimentos, respeitando o acordo de divisão de resultados celebrado entre as partes.
- "Outras empresas" considera os investimentos na Itaútec e ITH Zux Cayman (empresas não operacionais).
- Para Motiva, Aegaea Saneamento e Copa Energia os "Outros Resultados" referem-se substancialmente à amortização de mais valia.
- Os resultados do 4T25 e do exercício de 2025 da Aegaea estavam em processo de fechamento até a data da nossa divulgação, tendo sido considerado nas demonstrações contábeis da Itaúsa apenas o período acumulado de 9 meses de 2025.

ITAÚSA S.A.**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO****Presidente**

Raul Calfat (*)

Vice-Presidentes

Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela

Roberto Egydio Setubal

Conselheiros

Alfredo Egydio Setubal

Edson Carlos De Marchi (*)

Patrícia de Moraes (*)

Rodolfo Villela Marino

Vicente Furletti Assis (*)

Conselheiros Suplentes

Ricardo Egydio Setubal

Ricardo Villela Marino

(*) *Conselheiros Independentes***CONSELHO FISCAL****Presidente**

Guilherme Tadeu Pereira Júnior

Conselheiros

Elaine Maria de Souza Funo

Jefferson de Paula Fernandes Barbosa

Michael Gordon Findlay

Vagner Lacerda Ribeiro

Conselheiros Suplentes

João Batista Cardoso Sevilha

Rosana Passos de Pádua

Gustavo Amaral de Lucena

Paulo Roberto Lopes Ricci

COMITÊ DE AUDITORIA**Coordenador**

Raul Calfat

Membros

Isabel Cristina Lopes (especialista)

Marco Antonio Antunes

DIRETORIA**Diretor Presidente**

Alfredo Egydio Setubal (**)

Diretores Vice-Presidentes Executivos

Alfredo Egydio Arruda Villela Filho

Ricardo Egydio Setubal

Rodolfo Villela Marino

Diretores Gerentes

Frederico de Souza Queiroz Pascowitch

Maria Fernanda Ribas Caramuru

Priscila Grecco Toledo

(**) *Diretor de Relações com Investidores***Contadora**

Sandra Oliveira Ramos Medeiros

CRC 1SP 220.957/O-9

ITAÚSA S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL E CONSOLIDADO - ATIVO
(Em milhões de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO					
Circulante					
Caixa e Equivalentes de caixa	5	1.836	3.580	4.039	4.852
Aplicações financeiras	5	-	-	351	523
Títulos e valores mobiliários	6	1.529	1.587	1.529	1.587
Contas a receber de clientes	7	-	-	1.084	1.220
Estoques	8	-	-	1.761	1.642
Dividendos e Juros sobre capital próprio a receber	9	1.407	1.923	1.475	1.911
Imposto de renda e Contribuição social a compensar		410	319	470	403
Outros tributos a compensar	10	2	2	399	185
Derivativos	4.1.3	-	-	-	53
Outros ativos	11	17	12	221	143
Total Circulante		5.201	7.423	11.329	12.519
Não circulante					
Realizável a longo prazo		964	932	6.484	6.369
Títulos e valores mobiliários	6	27	-	173	161
Ativos biológicos	12	-	-	3.044	2.790
Depósitos judiciais	19.1.2	31	29	159	171
Benefícios a empregados	26	15	16	103	106
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	13.2	855	845	1.594	1.342
Imposto de renda e Contribuição social a compensar		8	8	149	149
Outros tributos a compensar	10	-	5	56	416
Direito de uso	14	-	-	799	694
Derivativos	4.1.3	-	-	-	153
Outros ativos	11	28	29	407	387
Investimentos	15	88.495	90.660	88.073	90.171
Imobilizado e Intangível	16	113	110	5.301	5.566
Total Não circulante		89.572	91.702	99.858	102.106
TOTAL DO ATIVO		94.773	99.125	111.187	114.625

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL E CONSOLIDADO – PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhões de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
PASSIVO					
Circulante					
Fornecedores	17	23	43	1.160	1.306
Obrigações com pessoal		45	45	267	273
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	179	109	694	1.373
Imposto de renda e Contribuição social a recolher		-	-	7	35
Outros tributos a recolher	10	145	112	277	290
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar	20.6.2	435	1.798	494	1.828
Arrendamentos	14	-	-	58	54
Derivativos	4.1.3	-	-	106	121
Outros passivos	11	17	25	501	496
Total Circulante		844	2.132	3.564	5.776
Não circulante					
Fornecedores	17	17	25	17	25
Obrigações com pessoal		2	1	2	1
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	3.024	4.523	10.091	9.739
Arrendamentos	14	-	-	843	719
Provisões	19.1.1	2.129	1.999	2.399	2.320
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	13.2	-	-	372	357
Outros tributos diferidos		2	2	2	2
Outros tributos a recolher	10	-	-	23	33
Benefícios a empregados	26	-	-	34	32
Derivativos	4.1.3	-	-	361	331
Outros passivos	11	-	-	100	293
Total Não circulante		5.174	6.550	14.244	13.852
TOTAL DO PASSIVO		6.018	8.682	17.808	19.628
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	20.1	83.689	80.189	83.689	80.189
Reservas de capital	20.2	759	700	759	700
Reservas de lucros	20.3	5.863	10.945	5.863	10.945
Ajustes de avaliação patrimonial	20.4	(1.533)	(1.361)	(1.533)	(1.361)
Ações em tesouraria	20.5	(23)	(30)	(23)	(30)
Total do Patrimônio líquido dos acionistas controladores		88.755	90.443	88.755	90.443
Participação dos acionistas não controladores		-	-	4.624	4.554
Total do Patrimônio líquido		88.755	90.443	93.379	94.997
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		94.773	99.125	111.187	114.625

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita líquida	21	-	-	8.249	8.235
Custos dos produtos e serviços	22	-	-	(6.239)	(5.783)
Lucro bruto		-	-	2.010	2.452
Receitas e despesas operacionais					
Despesas com vendas	22	-	-	(1.189)	(1.225)
Despesas gerais e administrativas	22	(185)	(178)	(556)	(542)
Resultado de participações societárias	15	17.291	15.641	17.508	15.369
Outras receitas e despesas	23	286	132	346	334
Total das receitas e despesas operacionais		17.392	15.595	16.109	13.936
Lucro antes do Resultado financeiro e dos Tributos sobre o lucro		17.392	15.595	18.119	16.388
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	24	491	459	912	980
Despesas financeiras	24	(1.405)	(1.320)	(2.642)	(2.343)
Total do Resultado Financeiro		(914)	(861)	(1.730)	(1.363)
Lucro antes dos Tributos sobre o lucro		16.478	14.734	16.389	15.025
Tributos sobre o lucro					
Imposto de renda e contribuição social correntes	13.1	-	-	(91)	(130)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.1	9	44	252	(8)
Total dos Tributos sobre o lucro		9	44	161	(138)
Lucro líquido do exercício		16.487	14.778	16.550	14.887
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores		16.487	14.778	16.487	14.778
Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores		-	-	63	109
Lucro líquido por ação - Básico e Diluído (Em Reais)					
Ordinárias	25	1,47714	1,33583	1,47714	1,33583
Preferenciais	25	1,47714	1,33583	1,47714	1,33583

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhões de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício	16.487	14.778	16.550	14.887
Outros resultados abrangentes				
Itens que serão reclassificados para o resultado (líquidos de tributos)				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes	(167)	2.163	(167)	(577)
Hedge	-	-	33	(825)
Variação cambial de investimentos no exterior	-	-	(131)	3.844
Itens que não serão reclassificados para o resultado (líquidos de tributos)				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes	(5)	(49)	(5)	(46)
Total de Outros resultados abrangentes	(172)	2.114	(270)	2.396
Total do Resultado abrangente	16.315	16.892	16.280	17.283
Atribuível aos acionistas controladores	16.315	16.892	16.315	16.892
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	(35)	391

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO INDIVIDUAL E CONSOLIDADA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhões de Reais)

	Nota	Atribuível aos acionistas controladores							Participação dos não controladores	Total Consolidado
		Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total Controladora		
Saldo em 31 de dezembro de 2023		73.189	656	12.582	-	(3.475)	-	82.952	4.098	87.050
Transações com os acionistas										
Aumento de capital		-	-	-	-	-	-	-	6	6
Aquisição de ações em tesouraria		-	-	-	(33)	-	-	(33)	-	(33)
Entrega de ações em tesouraria - Plano de Incentivo de Longo Prazo – ILP		-	-	-	3	-	-	3	-	3
Aumento de capital com integralização de Reservas de lucros		7.000	-	(7.000)	-	-	-	-	-	-
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio prescritos		-	-	2	-	-	-	2	-	2
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio de exercícios anteriores		-	-	(5.093)	-	-	-	(5.093)	(16)	(5.109)
Plano de Incentivo de Longo Prazo – ILP		-	6	-	-	-	-	6	-	6
Equivalência patrimonial reflexa do Patrimônio líquido das investidas		-	38	(195)	-	-	-	(157)	100	(57)
Total do resultado abrangente										
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	14.778	14.778	109	14.887
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	2.114	-	2.114	282	2.396
Destinação do lucro										
Reserva legal		-	-	739	-	-	(739)	-	-	-
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio do exercício		-	-	-	-	-	(4.129)	(4.129)	(25)	(4.154)
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio propostos		-	-	6.206	-	-	(6.206)	-	-	-
Reservas estatutárias		-	-	3.704	-	-	(3.704)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		80.189	700	10.945	(30)	(1.361)	-	90.443	4.554	94.997
Saldo em 31 de dezembro de 2024		80.189	700	10.945	(30)	(1.361)	-	90.443	4.554	94.997
Transações com os acionistas										
Aumento de capital	20.1	1.000	-	-	-	-	-	1.000	159	1.159
Ágio na emissão de ações	20.1	-	6	-	-	-	-	6	-	6
Entrega de ações em tesouraria - Plano de Incentivo de Longo Prazo – ILP	20.5	-	(7)	-	7	-	-	-	-	-
Cancelamento de ações em tesouraria - reflexo investidas	20.3.2	-	-	(1.125)	-	-	-	(1.125)	-	(1.125)
Ganho na variação de participação societária nas investidas		-	-	711	-	-	-	711	-	711
Aumento de capital com integralização de Reservas de lucros	20.1	2.500	-	(2.500)	-	-	-	-	-	-
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio prescritos		-	-	3	-	-	-	3	-	3
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio de exercícios anteriores		-	-	(6.206)	-	-	-	(6.206)	(3)	(6.209)
Plano de Incentivo de Longo Prazo – ILP		-	12	-	-	-	-	12	-	12
Equivalência patrimonial reflexa do Patrimônio líquido das investidas		-	48	(72)	-	-	-	(24)	6	(18)
Equivalência patrimonial reflexa de ajustes de exercícios anteriores das investidas		-	-	66	-	-	-	66	-	66
Total do resultado abrangente										
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	16.487	16.487	63	16.550
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	(172)	-	(172)	(98)	(270)
Destinação do lucro										
Reserva legal	20.3	-	-	824	-	-	(824)	-	-	-
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio do exercício	20.6.1	-	-	-	-	-	(12.446)	(12.446)	(57)	(12.503)
Reservas estatutárias	20.3	-	-	3.217	-	-	(3.217)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025		83.689	759	5.863	(23)	(1.533)	-	88.755	4.624	93.379

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAL E CONSOLIDADA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhões de Reais)

Em milhões de Reais

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2025	2024	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Ajustes para reconciliação do lucro líquido					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		16.478	14.734	16.389	15.025
Resultado de participações societárias	15.2	(17.291)	(15.641)	(17.508)	(15.369)
Provisões		-	32	168	181
Juros e variações cambiais e monetárias (líquidas)		728	713	1.764	1.520
Depreciação, amortização e exaustão		9	10	1.261	1.231
Variação do valor justo dos Ativos biológicos	22	-	-	(329)	(520)
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa		-	-	20	8
Resultado na venda de Investimentos, Imobilizado e Intangível		6	-	7	(121)
Variação do valor justo dos Títulos e valores mobiliários		31	129	31	129
Provisão para redução ao valor recuperável	23	-	-	125	-
Outros		(9)	37	(1)	(13)
		(48)	14	1.927	2.071
Variações nos Ativos e Passivos					
(Aumento) Redução de Clientes		-	-	134	(147)
(Aumento) Redução em Estoques		-	-	(258)	(74)
(Aumento) Redução em Tributos a compensar		874	511	1.041	690
(Aumento) Redução em Outros ativos		(323)	(283)	(410)	(238)
Aumento (Redução) em Tributos a recolher		(580)	(435)	(631)	(425)
Aumento (Redução) em Fornecedores		(28)	57	(156)	127
Aumento (Redução) em Obrigações com pessoal		1	(7)	(19)	(30)
Aumento (Redução) em Outros passivos		13	18	(199)	(96)
		(43)	(139)	(498)	(193)
Caixa proveniente das operações					
Pagamento de Imposto de renda e Contribuição social		-	(4)	(108)	(115)
Juros pagos sobre Empréstimos, financiamentos e Debêntures	18.1.1 e 18.2.1	(578)	(553)	(1.155)	(1.150)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais					
		(669)	(682)	166	613
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de Investimentos	15.2	(39)	(2)	(39)	(2)
Alienação de Investimentos		5	35	6	45
Investimentos em Fundo de Corporate Venture Capital		-	-	(20)	(7)
(Aumento) Redução de capital social em investidas	15.2	210	-	158	(189)
Aquisição de Imobilizado, Intangível e Ativos biológicos		(10)	(8)	(931)	(1.355)
Alienação de Imobilizado, Intangível e Ativos biológicos		-	-	80	50
Juros sobre capital próprio e Dividendos recebidos	9	18.655	8.429	18.640	8.344
Caixa e Equivalentes de caixa de controladas incorporadas/adquiridas		-	-	(87)	-
(Aplicação) Resgates de aplicações financeiras		-	-	229	(497)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos					
		18.821	8.454	18.036	6.389
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Integralização de Capital social	20.1	483	-	483	-
Aquisição de Ações em tesouraria	20.5	-	(33)	-	(33)
Juros sobre capital próprio e Dividendos pagos	20.6.2	(18.874)	(8.039)	(18.906)	(8.196)
Ingresso de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	18.1.1 e 18.2.1	995	2.026	4.436	2.439
Amortização de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	18.1.1 e 18.2.1	(2.500)	(1.300)	(4.884)	(2.293)
Amortização de passivos de arrendamento	14.2	-	(2)	(156)	(142)
Amortização de derivativos		-	-	(145)	(128)
Aumento de capital de sócios não controladores		-	-	150	-
Recebimento na venda parcial de controlada a não controladores		-	-	-	200
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos					
		(19.896)	(7.348)	(19.022)	(8.153)
Variação cambial sobre Caixa e Equivalentes de caixa		-	-	7	26
Aumento (redução) líquido de Caixa e equivalentes de caixa					
		(1.744)	424	(813)	(1.125)
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício		3.580	3.156	4.852	5.977
Caixa e Equivalentes de caixa no final do exercício		1.836	3.580	4.039	4.852
		(1.744)	424	(813)	(1.125)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO INDIVIDUAL E CONSOLIDADA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhões de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas	10	(23)	11.008	11.384
Vendas de produtos e serviços	-	-	10.181	10.134
Variação no valor justo do ativo biológico	-	-	329	520
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(20)	(8)
Receitas relativas à construção de ativos próprios	10	6	236	589
Outras receitas	-	(29)	282	149
Insumos adquiridos de terceiros	(164)	(256)	(6.269)	(6.538)
Custos dos produtos e serviços	-	-	(4.615)	(4.575)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(184)	(256)	(1.551)	(1.963)
Reversão (Provisão) para redução ao valor recuperável	20	-	(103)	-
Valor adicionado bruto	(154)	(279)	4.739	4.846
Depreciação, amortização e exaustão	(9)	(10)	(1.261)	(1.231)
Valor adicionado líquido produzido	(163)	(289)	3.478	3.615
Valor adicionado recebido em transferência	18.114	16.317	18.747	16.623
Resultado de participações societárias	17.291	15.641	17.508	15.369
Receitas financeiras	445	330	866	851
Outras receitas	378	346	373	403
Valor adicionado total a distribuir	17.951	16.028	22.225	20.238
Distribuição do valor adicionado	17.951	16.028	22.225	20.238
Pessoal	95	85	1.375	1.337
Remuneração direta	86	76	1.038	1.027
Benefícios	8	8	252	228
FGTS	2	2	64	63
Outros	(1)	(1)	21	19
Impostos, taxas e contribuições	607	423	2.272	2.254
Federais	606	422	1.571	1.584
Estaduais	-	-	677	654
Municipais	1	1	24	16
Remuneração de capital de terceiros	762	742	2.028	1.760
Juros	761	742	1.995	1.760
Aluguéis	1	-	33	-
Remuneração de capital próprio	16.487	14.778	16.550	14.887
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	12.446	10.335	12.503	10.360
Lucros retidos	4.041	4.443	4.041	4.443
Participação dos acionistas não controladores nos lucros retidos	-	-	6	84

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhões de reais, exceto quando divulgado de outra forma)












1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Itaúsa S.A. ("ITAÚSA" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Av. Paulista nº 1938, 5º andar, Bela Vista, na cidade de São Paulo, SP, Brasil.

As ações da ITAÚSA estão registradas no Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sob os códigos "ITSA3" para as ações ordinárias e "ITSA4" para as ações preferenciais. Além do Índice Bovespa - Ibovespa, as ações da ITAÚSA integram determinadas carteiras de segmentos na B3 com características ASG (Ambiental, Social e Governança Corporativa), destacando a participação pelo 25º ano no Índice de Governança Corporativa - IGC, pelo 22º ano no Índice de Ações com Tag Along Diferenciado - ITAG, pelo 18º ano no Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE, pelo 3º ano no Índice Great Place to Work - IGPTW e 2º ano no Índice de Diversidade - IDIVERSA. Adicionalmente, a ITAÚSA integra, pela 22ª vez, o principal índice de alcance global Dow Jones Sustainability World Index - DJSI e é classificada como uma empresa de baixo risco sob a ótica ASG pela Sustainalytics, além de participar de iniciativas como o Carbon Disclosure Project - CDP.

A ITAÚSA tem por objeto participar em outras sociedades, no País ou no exterior, para investimento em quaisquer setores da economia, inclusive por meio de fundos de investimento, disseminando nas investidas os seus princípios de valorização do capital humano, governança e ética nos negócios e geração de valor para os acionistas, de forma sustentável. A ITAÚSA é uma *holding* controlada pela família Egydio de Souza Aranha que detém 63,66% das ações ordinárias e 17,90% das ações preferenciais, resultando em 33,62% do capital total.

1.1. Portfólio de investimentos

Logo	Investimentos	País de constituição	Atividade	% de Participação (Direta e Indireta) ⁽¹⁾	
				31/12/2025	31/12/2024
Controladas					
	Dexco S.A. ("Dexco")	Brasil	Madeira, louças e metais sanitários e celulose solúvel	37,75%	37,84%
	Itautec S.A. ("Itautec")	Brasil	Holding	100,00%	100,00%
	ITH Zux Cayman Ltd. ("ITH Zux Cayman")	Ilhas Cayman	Holding	100,00%	100,00%
Controladas em conjunto					
	Itaú Unibanco Holding S.A. ("Itaú Unibanco")	Brasil	Instituição financeira	37,50%	37,34%
	IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A. ("IUPAR")	Brasil	Holding	66,53%	66,53%
	Alpargatas S.A. ("Alpargatas")	Brasil	Calçados e vestuários	29,95%	29,47%
Coligadas					
	Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A. ("Motiva") ⁽²⁾	Brasil	Infraestrutura e mobilidade	10,38%	10,38%
	Aegea Saneamento e Participações S.A. ("Aegea")	Brasil	Saneamento	12,82%	12,88%
	Águas do Rio Investimentos S.A. ("Águas do Rio Investimentos")	Brasil	Saneamento	2,56%	2,67%
	Copa Energia S.A. ("Copa Energia")	Brasil	Distribuição de GLP	48,93%	48,93%
Ativos financeiros					
	Nova Transportadora do Sudeste S.A. – NTS ("NTS")	Brasil	Transporte de gás natural	8,50%	8,50%

⁽¹⁾ Desconsidera as ações em tesouraria.

⁽²⁾ Atual denominação da CCR S.A. ("CCR") que foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da companhia em 23 de abril de 2025.

Estas Demonstrações Contábeis, Individuais e Consolidadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 16 de março de 2026.

1.2. Principais eventos ocorridos no exercício

1.2.1. Novas captações de recursos

Empresa	Tipo de emissão	Valor	Objetivo	Nota
Empréstimos e financiamentos				
Dexco	FINEX - Resolução nº 4.131	500	Reforço do capital	18.2.1.1
Duratex Florestal (controlada Dexco)	Cédulas de Produto Rural - CPR	1.307	Produção, comercialização e/ou industrialização de produtos rurais	18.2.1.1
Duratex Florestal (controlada Dexco)	Notas comerciais	175	Reforço do capital	18.2.1.1
Total		1.982		
Debêntures				
ITAÚSA	8ª Emissão de debêntures	1.000	Resgate antecipado facultativo da 6ª emissão de debêntures	18.3.1.2
Dexco	3ª Emissão de debêntures	1.500	Otimizar o perfil de endividamento e reduzir os custos financeiros	18.3.1.2
Total		2.500		

1.2.2. Resgate antecipado de debêntures

Resgate antecipado de debêntures da 2ª série da 4ª emissão e da 6ª emissão, no montante de R\$1.250 cada, totalizando R\$2.500 (Nota 18.3.1.1).

1.2.3. Deliberação de proventos aos acionistas

O Conselho de Administração da ITAÚSA deliberou dividendos e juros sobre capital próprio no montante bruto de R\$12.446 (R\$11.858 líquido) (Nota 20.6.1).

1.2.4. Aumento de Capital social

Durante o exercício de 2025, a ITAÚSA realizou os seguintes aumentos de Capital social: (i) R\$1.000 por meio da capitalização de recursos; e (ii) R\$2.500 por meio de bonificação de ações (Nota 20.1).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis, individuais e consolidadas, foram elaboradas de acordo com normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado, contudo, as IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das Demonstrações Contábeis.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela ITAÚSA na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As Demonstrações Contábeis, individuais e consolidadas, foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto: (i) determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo (Nota 4.1.1); (ii) os passivos de benefício definido que são reconhecidos a valor justo, com limitação de reconhecimento do ativo (Nota 26); e (iii) os ativos biológicos mensurados ao valor justo por meio do resultado (Nota 12).

2.3. Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As Demonstrações Contábeis, individuais e consolidadas, foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação, sendo todos os saldos arredondados para milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A definição da moeda funcional reflete o principal ambiente econômico de operação da ITAÚSA e suas controladas.

Os ativos e passivos de subsidiárias com moeda funcional diferente do Real, quando aplicável, são convertidos como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do Balanço Patrimonial;
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal;
- Ganhos e perdas de conversão são registrados na rubrica “Outros resultados abrangentes”.

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período são reconhecidos no Resultado financeiro.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das Demonstrações Contábeis, individuais e consolidadas, é requerido que a Administração da ITAÚSA e de suas controladas se utilizem de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os saldos de ativos, passivos, receitas e despesas durante os exercícios apresentados e em exercícios subsequentes.

Os julgamentos, estimativas e premissas são baseados em informações disponíveis na data da elaboração das Demonstrações Contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Adicionalmente, quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores das Demonstrações Contábeis, individuais e consolidadas, para os próximos exercícios, são os seguintes:

Descrição	Nota
Reconhecimento dos tributos diferidos	13
Determinação do valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos	4.1.2
Provisões e Ativos e Passivos contingentes	19
Determinação do valor justo para ativos biológicos	12
Reconhecimento de ativos e passivos relacionados a planos de previdência	26
Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (<i>Impairment</i>)	15.5, 16.2.3 e 16.3.3

2.5. Consolidação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis Consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas.

A ITAÚSA consolida suas controladas a partir do momento em que obtém o controle sobre as mesmas. As datas das Demonstrações Contábeis das controladas, controladas em conjunto e coligadas, utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial e para a consolidação, coincidem com as da ITAÚSA, além da utilização de políticas e práticas contábeis consistentes. Quando necessário, ajustes são realizados nas Demonstrações Contábeis das investidas para adequar suas políticas e práticas contábeis às políticas contábeis da ITAÚSA.

Em relação às coligadas Aegea e Águas do Rio Investimentos, dado que ambas estavam em processo de fechamento até o encerramento destas Demonstrações Contábeis, o resultado da equivalência patrimonial da ITAÚSA do exercício de 2025 considerou as informações revisadas pelos auditores independentes, das referidas companhias, de 30 de setembro de 2025.

Os montantes relativos aos acionistas não controladores, provenientes das controladas cuja participação societária detida pela ITAÚSA não corresponda à totalidade do Capital social, estão destacados no Balanço Patrimonial na rubrica “Participação dos acionistas não controladores”, na Demonstração do Resultado na rubrica “Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores” e na Demonstração do Resultado Abrangente na rubrica “Total do resultado abrangente atribuível aos acionistas não controladores”.

As operações entre as empresas consolidadas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados.

2.6. Adoção das normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade, a Fundação IFRS e, consequentemente, o CPC, emitiram novas normas e revisões às normas já existentes.

2.6.1. Normas novas e revisadas adotadas a partir de 1º de janeiro de 2025

No exercício de 2025 a ITAÚSA e suas controladas adotaram as normas e/ou revisões relacionadas abaixo as quais não apresentaram impactos significativos em suas Demonstrações Contábeis e de suas controladas:

Norma	Descrição
CPC 18 (R3) / IAS 28 - Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto	Contempla ajustes de redação relacionadas a aplicação do método da equivalência patrimonial.
ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	Contempla ajustes de redação e atualização de referências às normas posteriores a sua emissão.
CPC 32 (R1) / IAS 12 - Tributos sobre o Lucro	O Pilar Dois é uma iniciativa da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (“OCDE”) para garantir que grandes grupos multinacionais, com receitas anuais superiores a 750 milhões de euros, paguem um nível mínimo de tributos em cada jurisdição que atuam. Grupos multinacionais devem coletar informações de suas controladas para aferir a necessidade de pagamento de um tributo adicional caso essas entidades possuam uma alíquota tributária efetiva inferior a 15% sobre os lucros.
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de Emissão e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono, permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização das entidades atuantes no mercado brasileiro.

2.6.2. Normas e interpretações novas e revisadas ainda não adotadas

As novas normas e revisões abaixo já foram emitidas, contudo, não encontram-se vigentes em 31 de dezembro de 2025.

Com exceção da norma CPC 51 / IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Contábeis, a ITAÚSA e suas controladas não estimam impactos significativos em suas Demonstrações Contábeis quando da sua adoção.

Norma	Descrição	Vigência
CPC 40 (R1) / IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgação e CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos financeiros	Contempla: (i) esclarecimento sobre a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros liquidados por meios eletrônicos; (ii) orientações adicionais para avaliação se um ativo financeiro atende ao critério “de somente pagamento de principal e juros”; (iii) novas divulgações para instrumentos financeiros com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (Ex. instrumentos vinculados à metas ASG); e (iv) atualizações sobre as divulgações de instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.	1º janeiro de 2026
Melhorias anuais às normas contábeis IFRS – Volume 11	Alterações de escopo limitado como parte do seu processo de melhorias anuais. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: CPC 37 (R1) / IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 40 (R1) / IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros), CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas e CPC 03 (R2) / IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.	1º janeiro de 2026
CPC 51 / IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Contábeis	Substitui o CPC 26 (R1) / IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e introduz novas exigências para: (i) apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado; (ii) apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração nas notas explicativas; e (iii) melhorias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações financeiras por similaridade. Alterações no CPC 03 (R2) / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, estabelecendo o “lucro ou prejuízo operacional” como ponto de partida para reconciliar os fluxos de caixa das atividades operacionais e a eliminação das opções existentes de apresentação de juros e dividendos pagos e recebidos. A nova norma será aplicada de forma retrospectiva e os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.	1º janeiro de 2027
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos. Para ser elegível, uma entidade deve ser uma controlada, não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare e divulgue Demonstrações Contábeis que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.	1º janeiro de 2027

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis da ITAÚSA e suas controladas foram adotadas de forma consistente nos exercícios e estão apresentadas, de maneira resumida, nas respectivas notas explicativas, exceto pela política abaixo que está relacionada a mais de uma nota explicativa.

3.1. Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros – Investimento, Imobilizado e Intangível

O valor recuperável de um ativo está representado pelo seu valor em uso e é calculado por meio de metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, condições de mercado e os riscos de negócio. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa) e estão agrupados:

(i) Vida útil definida: são avaliados se existirem indicadores (eventos ou mudanças de circunstâncias) de que o valor contábil pode não ser recuperável.

(ii) Vida útil indefinida: são avaliados no mínimo anualmente e também quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis.

Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, uma provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida pode ser revertida, com exceção da perda por redução ao valor recuperável do ágio (*goodwill*), caso haja uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Política Contábil

Instrumentos financeiros

São reconhecidos na data da contratação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

São baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, quando há certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou do título patrimonial.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são classificados e mensurados por meio: (i) da avaliação do modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) das características do seu fluxo de caixa contratual. As mensurações podem ser as seguintes:

- **Custo amortizado:** *São aqueles cuja característica de fluxo de caixa corresponde, unicamente, ao pagamento de principal e juros e que sejam geridos em um modelo de negócios para obtenção dos fluxos de caixa contratuais do instrumento. São reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros.*
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** *São aqueles cuja característica de fluxo de caixa também corresponda ao pagamento de principal e juros, contudo, são geridos em um modelo de negócios que envolva a obtenção de fluxos de caixa tanto pela manutenção contratual, quanto pela venda do ativo. São reconhecidos em contrapartida dos “Outros resultados abrangentes” no Patrimônio líquido.*
- **Valor justo por meio do resultado (VJR):** *São aqueles cuja característica de fluxo de caixa não corresponda somente ao pagamento de principal e juros ou que sejam geridos em um modelo de negócios para venda no curto prazo. São reconhecidos em contrapartida do Resultado.*

*Periodicamente é avaliada a necessidade de reconhecimento de perdas ao valor recuperável (*impairment*) para todos os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Para fins de determinação da perda por *impairment* são considerados diversos elementos, tais como a situação creditícia de cada ativo financeiro, a análise da conjuntura econômica ou setorial e o histórico de perdas reconhecidas em exercícios anteriores.*

*Uma perda por *impairment* anteriormente reconhecida pode ser revertida caso haja uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo.*

Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

Adicionalmente, também poderão ser classificados como VJR quando: (i) se desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, poderia resultar da mensuração ou do reconhecimento de ganhos e perdas em bases diferentes; ou (ii) o desempenho é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração.

Derivativos

São mensurados pelo seu valor justo, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação reconhecidos no Resultado, exceto quando o derivativo for classificado como proteção de fluxo de caixa, sendo os ganhos e perdas da parcela efetiva reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" no Patrimônio líquido, e a parcela não efetiva reconhecida no Resultado.

O valor justo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação, baseadas em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração e as condições de mercado existentes na data das Demonstrações Contábeis. As técnicas de avaliação incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares e análise de fluxos de caixa descontados, buscando o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração.

A classificação das mensurações de valor justo é realizada utilizando a hierarquia de valor justo, que reflete a significância dos dados utilizados no processo de mensuração, conforme demonstrado abaixo:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e/ou passivos idênticos;
- **Nível 2:** preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, mas que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- **Nível 3:** preços baseados em variáveis não observáveis no mercado sendo, geralmente, obtidos internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A Administração entende que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado, no entanto, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

4.1. Instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros é realizada conforme estratégia e diretrizes estabelecidas em políticas financeiras visando assegurar a preservação de liquidez e continuidade dos negócios.

4.1.1. Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros:

		Controladora					
		Custo amortizado		VJR		Total	
		Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
Ativos financeiros							
Caixa e Equivalentes de caixa	5	-	-	1.836	3.580	1.836	3.580
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	1.556	1.587	1.556	1.587
Dividendos e Juros sobre capital próprio a receber	9	1.407	1.923	-	-	1.407	1.923
Depósitos judiciais	19.1.2	31	29	-	-	31	29
Outros ativos	11	45	41	-	-	45	41
Total		1.483	1.993	3.392	5.167	4.875	7.160
Passivos financeiros							
Fornecedores	17	40	68	-	-	40	68
Obrigações com pessoal		47	46	-	-	47	46
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	3.203	4.632	-	-	3.203	4.632
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar	20.6.2	435	1.798	-	-	435	1.798
Outros passivos	11	17	25	-	-	17	25
Total		3.742	6.569	-	-	3.742	6.569

		Consolidado							
		Custo amortizado		VJR		VJORA		Total	
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros									
Caixa e Equivalentes de caixa	5	410	294	3.629	4.558	-	-	4.039	4.852
Aplicações financeiras	5	351	-	-	-	-	-	351	-
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	1.702	1.748	-	-	1.702	1.748
Contas a receber de clientes	7	1.084	1.220	-	-	-	-	1.084	1.220
Dividendos e Juros sobre capital próprio a receber	9	1.475	1.911	-	-	-	-	1.475	1.911
Depósitos judiciais	19.1.2	159	171	-	-	-	-	159	171
Derivativos	4.1.3	-	-	-	206	-	-	-	206
Outros ativos	11	628	530	-	-	-	-	628	530
Total		4.107	4.126	5.331	6.512	-	-	9.438	10.638
Passivos financeiros									
Fornecedores	17	1.177	1.331	-	-	-	-	1.177	1.331
Obrigações com pessoal		269	274	-	-	-	-	269	274
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	7.793	8.215	2.992	2.897	-	-	10.785	11.112
Arrendamentos	14	901	773	-	-	-	-	901	773
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar	20.6.2	494	1.828	-	-	-	-	494	1.828
Derivativos	4.1.3	-	-	378	378	89	74	467	452
Outros passivos	11	601	785	-	4	-	-	601	789
Total		11.235	13.206	3.370	3.279	89	74	14.694	16.559

4.1.2. Valor justo dos instrumentos financeiros

Para apuração do valor justo, são utilizadas técnicas de avaliação previstas no CPC 46 / IFRS 13 – Mensuração do valor justo, podendo resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo, principalmente, em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares, assim como pela alteração diária das taxas de juros futuros.

(a) Hierarquia do valor justo

		Controladora					
		31/12/2025			31/12/2024		
	Nota	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros							
Caixa e Equivalentes de caixa	5	1.836	-	1.836	3.580	-	3.580
Títulos e valores mobiliários	6	27	1.529	1.556	-	1.587	1.587
Total		1.863	1.529	3.392	3.580	1.587	5.167

	Nota	Consolidado					
		31/12/2025			31/12/2024		
		Nível 2	Nível 3	Total	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros							
Caixa e Equivalentes de caixa	5	3.629	-	3.629	4.558	-	4.558
Títulos e valores mobiliários	6	27	1.675	1.702	-	1.748	1.748
Derivativos	4.1.3	-	-	-	206	-	206
Total		3.656	1.675	5.331	4.764	1.748	6.512
Passivos financeiros							
Empréstimos e financiamentos (Moeda nacional - com swap)	18	2.992	-	2.992	2.897	-	2.897
Derivativos	4.1.3	467	-	467	452	-	452
Outros passivos		-	-	-	4	-	4
Total		3.459	-	3.459	3.353	-	3.353

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros relevantes, são divulgadas a seguir:

(i) Títulos e valores mobiliários

- **Controladora (Circulante):** Participação societária na NTS (Nota 6.1) cujo valor justo é calculado com base no fluxo de caixa futuro para a ITAÚSA descontado a valor presente à taxa que corresponde ao custo de capital próprio que, em 31 de dezembro de 2025, é de 12,3% (12,3% em 31 de dezembro de 2024). As premissas consideradas para o cálculo do custo do capital próprio levam em consideração: (i) risco país; (ii) taxa livre de risco de títulos do tesouro americano (com vencimento em 10 anos); (iii) prêmio de risco de mercado; (iv) beta considerando empresas com modelo de negócio semelhantes; e (v) diferencial de inflação entre mercado externo (Estados Unidos) e interno.
- **Controlada Dexco:** Substancialmente composto pela participação em fundo de *corporate venture capital*, denominado “DX Ventures Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimentos no Exterior” cujo valor justo é calculado com base na análise econômico-financeira realizada pelos gestores do fundo (Nota 6.2).

(ii) Empréstimos e financiamentos (Moeda nacional – com swap): São mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

(iii) Instrumentos derivativos: (i) os valores justos dos contratos de taxas de juros são calculados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado; e (ii) os valores justos dos contratos em moeda estrangeira é determinado com base nas taxas de câmbio futuras descontadas a valor presente.

(b) Valor justo dos instrumentos financeiros a custo amortizado

Com exceção às Debêntures, os demais ativos e passivos financeiros, mensurados ao custo amortizado, apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo decorrentes do fato de que estes instrumentos financeiros possuem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

	Nota	Controladora				Consolidado			
		31/12/2025		31/12/2024		31/12/2025		31/12/2024	
		Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Debêntures	18.3	2.424	2.433	3.865	3.919	3.960	3.969	4.472	4.526

Segue as premissas utilizadas na apuração dos valores justos:

(i) Debêntures: São mensuradas com base na cotação do mercado secundário de debêntures divulgadas pela Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) considerando eventuais custos aplicáveis.

4.1.3. Derivativos

Os derivativos têm como finalidade mitigar a exposição a indexadores de taxas juros e/ou a exposição cambial. A contratação de derivativos deverá ser utilizada somente como instrumento de proteção (*hedge*), sendo vedada operações com caráter especulativo. A gestão dos riscos financeiros e derivativos é realizada conforme estratégia e diretrizes estabelecidas em políticas financeiras.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 apenas a controlada Dexco apresentava operações com derivativos.

Foram realizados testes de efetividade que demonstraram que o programa de contabilidade de *hedge* implementado é efetivo. Os testes consideraram a relação econômica a partir da análise do *hedge ratio*, o efeito do risco de crédito envolvido no instrumento e objeto de *hedge* e a avaliação dos termos críticos.

Segue abaixo os contratos vigentes, cujo objetos de proteção são Empréstimos e financiamentos com a finalidade de mitigar o risco das taxas de juros:

Instrumento derivativo	Taxas		Vencimento	Valor de referência (Nocional em R\$)	Consolidado							
					31/12/2025				31/12/2024			
					Valor justo		Ganhos (Perdas)		Valor justo		Ganhos (Perdas)	
	Ponta ativa	Ponta passiva			Ativo	Passivo	Resultado	Patrimônio líquido	Ativo	Passivo	Resultado	Patrimônio líquido
Hedge - Valor justo												
Swap	IPCA+3,8% a 6,4%	95,0% a 108,6% CDI	out-33	2.698	-	353	(106)	-	2	283	(7)	-
Swap	Pré 11,0%	108,5% CDI	dez-33	375	-	50	-	-	-	80	-	-
Total					-	403	(106)	-	2	363	(7)	-
Hedge - Fluxo de caixa												
Swap - moeda estrangeira	USD+ 2,3%	CDI+ 1,7%	jan-27	1.336	-	64	(47)	(17)	204	89	189	(74)
Total					-	64	(47)	(17)	204	89	189	(74)
Total derivativos					-	467	(153)	(17)	206	452	182	(74)
				Circulante	-	106			53	121		
				Não circulante	-	361			153	331		

4.2. Gerenciamento de riscos

Pelo fato dos resultados da ITAÚSA estarem diretamente atrelados às operações, às atividades e aos resultados de suas investidas, a ITAÚSA está exposta, essencialmente, aos riscos das empresas de seu portfólio.

Por meio de sua alta administração, a ITAÚSA participa nos conselhos de administração e comitês de assessoramento das empresas investidas, além da presença de membros independentes com experiência nos respectivos mercados de atuação, sempre estimulando boas práticas de gerenciamento de riscos e *compliance*, incluindo, a integridade. Como exemplos dessa atuação, os membros da ITAÚSA participam: (i) no Comitê de Gestão de Riscos e Capital do Itaú Unibanco; (ii) no Comitê de Auditoria Estatutário da Alpargatas; (iii) no Comitê de Auditoria, Riscos e Integridade da Aegea; e (iv) no Comitê de Auditoria da Copa Energia.

A ITAÚSA segue as diretrizes constantes em sua Política de Gerenciamento de Riscos, aprovada pelo Conselho de Administração, onde são definidas: (i) as principais diretrizes na gestão e no controle de riscos, em linha com o apetite a riscos estabelecido pelo Conselho de Administração; (ii) as metodologias do processo de gerenciamento de riscos; (iii) as diretrizes e orientações à área de *Compliance* e Riscos Corporativos na implementação do programa de integridade; e (iv) as revisões dos normativos da ITAÚSA, submetendo-os, quando necessário, à avaliação e à aprovação do Conselho de Administração.

A ITAÚSA possui Comitê de Auditoria que tem como principais objetivos: (i) assessorar na gestão de riscos, incluindo proposta de apetite e tolerância; (ii) rever e propor priorização de riscos e planos de resposta; e (iii) manifestar-se sobre a avaliação da aderência normativa, do Programa de Integridade e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos.

Para gestão de riscos financeiros, são adotadas diretrizes estabelecidas em políticas financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração, com foco no monitoramento e mitigação de eventos adversos de mercado e/ou de crédito que podem impactar negativamente o fluxo de caixa.

4.2.1. Riscos de mercado

Envolvem, principalmente, a possibilidade de oscilação nas taxas de juros e taxas de câmbio, podendo resultar em redução dos valores dos ativos ou aumento de seus passivos em função das oscilações no mercado.

Em relação aos riscos de taxa de câmbio, a controlada Dexco possui política financeira que estabelece o montante máximo denominado em moeda estrangeira que pode estar exposta a variações da taxa de câmbio. Em função dos procedimentos de gerenciamento de riscos, são realizadas pela Administração avaliações periódicas das exposições cambiais, com o objetivo de mitigá-las, além de manter mecanismos de *hedge* que visam proteger grande parte de sua exposição cambial.

Em relação aos riscos de taxas de juros são aqueles que geram perdas econômicas devido a alterações adversas nessas taxas. Esse risco é monitorado continuamente pela Administração com o objetivo de se avaliar eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para se proteger contra a volatilidade destas taxas. Em relação às aplicações financeiras, os rendimentos estão indexados à variação do CDI: (i) com resgate garantido pelos bancos emissores, de acordo com as taxas contratadas nos casos de aplicações em CDB's; ou (ii) pelo valor da quota no dia de resgate para os fundos de investimento.

4.2.1.1. Análise de sensibilidade

Tem como objetivo mensurar os impactos oriundos das mudanças das variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro representativo. Não obstante, a liquidação destas transações poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade utilizada na preparação dessas análises.

As informações demonstradas no quadro abaixo mensuram, com base na exposição dos saldos contábeis de 31 de dezembro de 2025, os possíveis impactos no Resultado e no Patrimônio Líquido, em função da variação de cada risco, para os próximos 12 meses ou, caso inferior, até data de vencimento destas operações. O cenário base representa as taxas atuais e o cenário possível representa as taxas projetadas disponíveis no mercado (B3):

Controladora					
	Indexador	Taxa projetada	Saldo em 31/12/2025	Ganho (Perda)	
				Cenário base	Cenário possível
Equivalentes de caixa					
Aplicações financeiras	CDI	14,0%	1.836	276	256
Total Ativos financeiros			1.836	276	256
Empréstimos e financiamentos					
Moeda nacional	CDI	16,4%	779	(128)	(120)
Debêntures	CDI	De 14,5% a 14,9%	2.424	(363)	(338)
Total Passivos financeiros			3.203	(490)	(457)
Efeito no Resultado				(214)	(201)

Consolidado					
	Indexador	Taxa projetada	Saldo em 31/12/2025	Ganho (Perda)	
				Cenário base	Cenário possível
Equivalentes de caixa					
Aplicações financeiras	CDI	De 13,8% a 14,3%	3.634	539	500
Total Ativos financeiros			3.634	539	500
Empréstimos e financiamentos					
Moeda nacional	CDI	De 14,3% a 16,4%	3.388	(566)	(601)
Moeda nacional	IPCA	15,1%	2.675	(418)	(459)
Moeda nacional	Pré	15,0%	344	(57)	(62)
Moeda estrangeira	USD	16,1%	418	(66)	(73)
Debêntures	CDI	De 14,3% até 14,9%	3.961	(569)	(564)
Total Passivos financeiros			10.786	(1.675)	(1.758)
Efeito no Resultado				(719)	(799)
Efeito no Patrimônio líquido				(418)	(459)

4.2.2. Riscos de crédito

Compreendem a possibilidade de ocorrerem perdas resultante da dificuldade de realização de seus recebíveis e demais créditos. Essa descrição está relacionada, principalmente, às rubricas abaixo, sendo a exposição máxima ao risco de crédito refletida pelos saldos contábeis das mesmas:

(a) Contas a receber de clientes

A controlada Dexco possui política formalizada para a concessão de créditos, com o objetivo de estabelecer os procedimentos a serem seguidos na concessão de crédito em operações comerciais de venda de produtos e serviços, no mercado interno e externo. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais, são procedimentos adotados, a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização das contas a receber.

(b) Caixa e Equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

Para gestão do risco de crédito são estabelecidos na política financeira das companhias limites de exposição e critérios de seleção para contrapartes de operações financeiras conforme classificação de risco (*rating*). A Administração entende que as operações de aplicações financeiras e/ou derivativos contratados não expõem a ITAÚSA e suas controladas a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

4.2.3. Riscos de liquidez

Correspondem a possibilidade da ITAÚSA e suas controladas não honrarem seus compromissos financeiros nas datas de vencimento por falta de recursos suficientes, em decorrência de descasamentos que possam afetar de forma relevante a capacidade de pagamento das companhias.

A ITAÚSA e a controlada Dexco adotam diretrizes e medidas de monitoramento de liquidez para mitigação de risco, incluindo a projeção de fluxo de caixa e cálculo do caixa mínimo, de acordo com os critérios previstos em suas políticas financeiras.

Adicionalmente a controlada Dexco dispõe de uma linha de crédito rotativo (*“revolving credit facility”*), no valor de até R\$750, disponível para saque até setembro de 2027, que poderá ser utilizada em eventuais momentos de restrição de liquidez.

O quadro abaixo demonstra os vencimentos dos passivos financeiros de acordo com os fluxos de caixa não descontados:

	Controladora				
	Em anos				Total
	Menos de 1	Entre 1 e 2	Entre 3 e 5	Acima de 5	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	490	481	1.745	3.957	6.673
Fornecedores	23	17	-	-	40
Obrigações com pessoal	45	2	-	-	47
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	435	-	-	-	435
Outros passivos	17	-	-	-	17
Total	1.010	500	1.745	3.957	7.212

	Consolidado				
	Em anos				Total
	Menos de 1	Entre 1 e 2	Entre 3 e 5	Acima de 5	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.940	2.429	10.407	5.452	21.228
Derivativos	106	361	-	-	467
Fornecedores	1.160	17	-	-	1.177
Obrigações com pessoal	267	2	-	-	269
Arrendamentos	57	48	108	644	857
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	494	-	-	-	494
Outros passivos	501	100	-	-	601
Total	5.525	2.957	10.515	6.096	25.093

A projeção orçamentária, aprovada pela Administração, demonstra capacidade e geração de caixa para cumprimento das obrigações.

4.2.3.1. Cláusulas restritivas (covenants)

A controlada Dexco possui determinados contratos de Empréstimos, financiamentos e Debêntures (Nota 18) que estão sujeitos a determinadas cláusulas restritivas (*covenants*), de acordo com as práticas usuais de mercado, e que, quando não cumpridas, podem acarretar um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos.

A manutenção dos *covenants* está baseada nas Demonstrações Contábeis da controlada Dexco e, caso a referida obrigação contratual não seja cumprida, a mesma deverá solicitar “*waiver*” dos credores. Em 31 de dezembro de 2025 todas as obrigações contratuais foram cumpridas.

4.3. Gestão de capital

A gestão de capital é realizada de forma a garantir a continuidade das operações, bem como oferecer retorno aos acionistas, por meio da otimização do custo de capital e controle do nível de endividamento, pelo monitoramento do índice de alavancagem financeira, que corresponde à relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	3.203	4.632	10.785	11.112
(-) Caixa e Equivalentes de caixa e Aplicações financeiras	5	(1.836)	(3.580)	(4.390)	(5.375)
Dívida líquida		1.367	1.052	6.395	5.737
Patrimônio líquido	20	88.755	90.443	93.379	94.997
Índice de alavancagem financeira		1,5%	1,2%	6,8%	6,0%

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Política Contábil

O caixa e as contas bancárias estão reconhecidos pelo custo amortizado e as aplicações financeiras, acrescidas dos rendimentos, estão mensurados a valor justo.

5.1. Caixa e Equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e Bancos	-	-	410	294
Equivalentes de caixa (i)	1.836	3.580	3.629	4.558
Operações compromissadas e aplicações financeiras no exterior	-	-	176	10
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	-	-	1.600	929
Fundos de investimento	1.836	3.580	1.853	3.619
Total	1.836	3.580	4.039	4.852

(i) Em 31 de dezembro de 2025 a remuneração média das aplicações financeiras equivale na Controladora e no Consolidado a 101% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (103% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

5.2. Aplicações financeiras

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Letras Financeiras (LF) (i)	346	130
Letras Financeiras do Tesouro (LFT) (i)	-	393
Aplicação vinculada (ii)	5	-
Total	351	523

(i) Referem-se às aplicações financeiras da controlada Dexco em fundo de investimento exclusivo, o qual a Dexco detém 100% das cotas. Em 31 de dezembro de 2025 a rentabilidade média para as LFs foi de 102% do CDI e (respectivamente 108% e 100% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

(ii) A remuneração média anual do fundo de aplicação vinculada em 31 de dezembro de 2025 correspondeu a 92% do CDI.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Referem-se, substancialmente, a participações societárias nas quais não é exercida influência significativa nas decisões sobre políticas financeiras e operacionais e, como consequência, sendo classificadas como um ativo financeiro e mensuradas a valor justo por meio do resultado no Resultado financeiro.

	Nota	Controladora			Consolidado			
		Circulante		Não circulante	Circulante		Não circulante	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Investimentos em ações	6.1	1.529	1.587	-	1.529	1.587	-	-
Fundo de Corporate Venture Capital	6.2	-	-	-	-	-	146	161
Investimentos em FIDC ⁽¹⁾		-	-	27	-	-	27	-
Total		1.529	1.587	27	1.529	1.587	173	161

⁽¹⁾ Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.

6.1. Investimentos em ações

	Controladora e Consolidado
	NTS
Saldo em 31/12/2023	1.716
Variação no valor justo	(129)
Saldo em 31/12/2024	1.587
Variação no valor justo	(58)
Saldo em 31/12/2025	1.529

Refere-se à participação societária de 8,5% da ITAÚSA no Capital social da NTS. Para mais informações sobre as premissas utilizadas no cálculo do valor justo, vide nota 4.1.2.

Em 2025, a ITAÚSA registrou dividendos da NTS no montante de R\$329 (R\$271 em 2024), em contrapartida do resultado, na rubrica “Outras receitas e despesas” (Nota 23) e o montante de R\$2 (R\$3 em 2024), decorrente de receita de atualização monetária, na rubrica “Outras atualizações monetárias” (Nota 24).

6.2. Fundo de Corporate Venture Capital

A controlada Dexco é a única cotista deste fundo denominado DX Ventures Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“DX Ventures”), para investimentos em *start-ups* e *scale-ups* em múltiplos estágios de investimentos.

Por meio deste fundo, são acompanhadas as macrotendências, transformações e inovações do setor de construção, reforma e decoração, por meio do desenvolvimento de negócios relevantes no longo prazo. Além disso, busca mapear possíveis disrupções em negócios e produtos, atuando como um instrumento eficiente para tratar oportunidades identificadas no *core business* da organização.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Política Contábil

Registradas inicialmente, pelo valor justo da contraprestação a ser recebida acrescida, quando aplicável, de variação cambial. Posteriormente, são mensuradas pelo custo amortizado e deduzidas das Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD). Por contemplar operações de curto prazo, não são ajustadas a valor presente, e estima-se que o valor justo seja substancialmente similar ao seu valor contábil.

7.1. Composição

Consolidado								
31/12/2025								
A vencer	Vencidos (em dias)					(-) PECLD	Saldo líquido	
	Até 30	De 31 a 60	De 61 a 90	De 91 a 180	Acima de 180			
Cientes no país	869	18	6	2	4	28	(47)	880
Cientes no exterior	136	9	2	-	3	2	(1)	151
Partes relacionadas	49	4	-	-	-	-	-	53
Total	1.054	31	8	2	7	30	(48)	1.084

31/12/2024								
31/12/2024								
A vencer	Vencidos (em dias)					(-) PECLD	Saldo líquido	
	Até 30	De 31 a 60	De 61 a 90	De 91 a 180	Acima de 180			
Cientes no país	960	17	6	3	9	33	(44)	984
Cientes no exterior	180	15	5	-	1	4	(5)	200
Partes relacionadas	35	1	-	-	-	-	-	36
Total	1.175	33	11	3	10	37	(49)	1.220

Não há quaisquer ônus reais, garantias prestadas e/ou restrições aos valores de contas a receber de clientes.

A exposição da ITAÚSA e suas controladas a riscos de créditos relacionados ao contas a receber de clientes são divulgadas na nota 4.2.2.

7.2. Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD

Política Contábil

Com base em uma abordagem simplificada, a PECLD é estimada e revisada anualmente, podendo ser reavaliada caso se comporte diferente do resultado esperado. É realizada a análise individual de risco dos valores a receber considerando, principalmente: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) o desaparecimento de um mercado ativo para determinado ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; e (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados. O montante da PECLD é considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

Uma vez que os recebíveis não possuem componente de financiamento significativo, a PECLD é registrada sobre toda a vida do recebível realizando a aplicação de um percentual calculado a partir de estudo histórico de inadimplência segregado por parâmetros de: (i) segmento; (ii) data de faturamento; e (iii) data de vencimento.

7.2.1. Classificação de risco

A classificação de risco acontece com base em modelos de agentes externos, tanto para o mercado interno como para o mercado externo, e estão classificados entre “A” e “D”, no qual “A” indica os clientes de baixo risco e “D” os clientes de alto risco, sendo a parcela de clientes com PECLD classificada separadamente.

Classificação	31/12/2025	31/12/2024
A	41%	37%
B	25%	27%
C	22%	28%
D	9%	5%
Cientes com PECLD	3%	3%

7.2.2. Movimentação

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	(49)	(56)
Constituições	(20)	(14)
Baixas	21	21
Saldo final	(48)	(49)

8. ESTOQUES

Política Contábil

Estão mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo corresponde ao custo médio de aquisição ou de produção, avaliado com base na média ponderada móvel, o qual não excede aos valores de reposição ou de realização. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

8.1. Composição

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Produtos acabados	872	610
Matérias-prima	433	510
Madeira cortada no campo ⁽¹⁾	211	193
Produtos em elaboração	222	247
Almoxarifado geral	139	132
Adiantamento a fornecedores	49	9
(-) Perda estimada na realização dos estoques	(165)	(59)
Total	1.761	1.642

⁽¹⁾ Transferido do Ativo biológico.

A totalidade dos Estoques é proveniente da controlada Dexco. As movimentações das perdas estimadas na realização dos estoques estão demonstradas a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	(59)	(58)
Constituições ⁽¹⁾	(166)	(112)
Reversões	19	61
Baixas	41	49
Variação cambial	-	1
Saldo final	(165)	(59)






⁽¹⁾ Incremento em 2025 resultante do processo de reestruturação nos segmentos de revestimentos cerâmicos e louças.


9. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO (“JCP”) A RECEBER

Política Contábil

São reconhecidos quando registrados no Patrimônio líquido das investidas: (i) nas controladas, controladas em conjunto e coligadas em contrapartida da rubrica “Investimentos”; e (ii) nas investidas classificadas como “Títulos e Valores Mobiliários” em contrapartida do resultado na rubrica “Outras receitas”.

9.1. Movimentação

	Controladora												Total
	Investimentos										Títulos e valores mobiliários		
	Controladas	Controladas em conjunto			Coligadas								
								Águas do Rio 1	Águas do Rio 4				
Saldo em 31/12/2023	69	21	884	820	-	42	1	4	12	-	56	-	1.909
Dividendos	-	1	-	-	5	32	38	-	-	5	17	168	266
JCP	11	-	2.129	1.702	-	-	-	-	-	-	82	-	3.924
Dividendos e JCP de exercícios anteriores	10	-	2.187	1.825	-	13	100	-	-	-	27	106	4.268
Aumento de capital com integralização de dividendos	-	(15)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(15)
Recebimentos	(79)	(6)	(4.206)	(3.556)	-	(87)	(138)	-	-	-	(83)	(274)	(8.429)
Saldo em 31/12/2024	11	1	994	791	5	-	1	4	12	5	99	-	1.923
Dividendos	-	-	3.995	3.506	71	81	120	-	-	-	-	193	7.966
JCP	-	-	2.317	1.859	26	-	-	-	-	-	78	-	4.280
Dividendos e JCP de exercícios anteriores	3	-	2.983	2.573	13	33	28	-	-	-	122	138	5.893
Recebimentos	(14)	(1)	(9.584)	(8.166)	(89)	(101)	(148)	-	-	-	(221)	(331)	(18.655)
Saldo em 31/12/2025	-	-	705	563	26	13	1	4	12	5	78	-	1.407

	Consolidado											Total
	Investimentos									Títulos e valores mobiliários		
	Controladas em conjunto	Coligadas						Coligada indireta				
		IUPAR				Águas do Rio 1	Águas do Rio 4			LD Celulose		
Saldo em 31/12/2023	884	820	-	42	1	4	12	-	56	-	-	1.819
Dividendos	-	-	5	32	38	-	-	5	17	-	168	265
JCP	2.129	1.702	-	-	-	-	-	-	82	-	-	3.913
Dividendos e JCP de exercícios anteriores	2.187	1.825	-	13	100	-	-	-	27	-	106	4.258
Recebimentos	(4.206)	(3.556)	-	(87)	(138)	-	-	-	(83)	-	(274)	(8.344)
Saldo em 31/12/2024	994	791	5	-	1	4	12	5	99	-	-	1.911
Dividendos	3.995	3.506	71	81	120	-	-	-	-	68	193	8.034
JCP	2.317	1.859	26	-	-	-	-	-	78	-	-	4.280
Dividendos e JCP de exercícios anteriores	2.983	2.573	13	33	28	-	-	-	122	-	138	5.890
Recebimentos	(9.584)	(8.166)	(89)	(101)	(148)	-	-	-	(221)	-	(331)	(18.640)
Saldo em 31/12/2025	705	563	26	13	1	4	12	5	78	68	-	1.475

10. OUTROS TRIBUTOS A COMPENSAR E A RECOLHER

	Controladora			Consolidado			
	Circulante		Não circulante	Circulante		Não circulante	
	31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Outros tributos a compensar							
ICMS/PIS/COFINS sobre aquisição de imobilizado ⁽¹⁾	-	-	-	72	64	36	44
PIS e COFINS ⁽²⁾	2	2	-	212	4	33	379
ICMS e IPI	-	-	-	112	115	-	-
Outros	-	-	5	6	5	-	6
Subtotal	2	2	5	402	188	69	429
(-) Perda estimada na realização de créditos	-	-	-	(3)	(3)	(13)	(13)
Total	2	2	5	399	185	56	416
Outros tributos a recolher							
PIS e COFINS	145	112	-	168	121	-	-
ICMS e IPI	-	-	-	104	133	-	-
Parcelamento de impostos	-	-	-	5	13	23	33
INSS	-	-	-	-	12	-	-
Outros	-	-	-	-	11	-	-
Total	145	112	-	277	290	23	33

⁽¹⁾ Refere-se à controlada Dexco, sendo que as compensações se darão no prazo de 48 meses para o ICMS e 12 e 24 meses para o PIS e COFINS, conforme legislações vigentes.

⁽²⁾ O saldo é representado substancialmente pela controlada Dexco, referente aos créditos extemporâneos efetuados em 2021 e 2023, relativos à exclusão do ICMS na base do PIS e da Cofins.

11. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

		Controladora				Consolidado			
		Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
		Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
Outros ativos									
	Créditos com precatórios	11.1	-	-	5	-	-	309	236
	Ativos Não circulante mantidos para venda	11.2	-	-	-	-	105	34	-
	Despesas antecipadas		16	11	23	29	78	38	28
	Retenção de valores na aquisição de empresas		-	-	-	-	2	2	20
	Fomento nas operações florestais		-	-	-	-	-	20	8
	Alienação de Imobilizados		-	-	-	-	9	33	13
	Alienação de Segmentos de negócio		-	-	-	-	8	16	-
	Adiantamento a funcionários		1	1	-	-	9	9	-
	Ativos indenizáveis		-	-	-	-	-	11	18
	Demais ativos		-	-	-	-	10	11	6
Total			17	12	28	29	221	143	407
Outros passivos									
	Bônus, garantias, assistência técnica e manutenção		-	-	-	-	118	88	6
	Aquisições de empresas		-	-	-	-	4	33	72
	Aquisição de ativos para revenda		-	-	-	-	90	-	-
	Adiantamento de clientes		-	-	-	-	65	77	-
	Aquisição de áreas para reflorestamento		-	-	-	-	50	124	-
	Comissões a pagar		-	-	-	-	26	25	-
	Frete e seguros a pagar		-	-	-	-	25	39	-
	Vendas para entrega futura		-	-	-	-	39	31	-
	Aquisição de fazendas		-	-	-	-	-	-	19
	Outros acordos		16	24	-	-	16	24	-
	Demais passivos		1	1	-	-	68	55	3
Total			17	25	-	-	501	496	100
									293

11.1. Créditos com precatórios

Do montante em 31 de dezembro de 2025 de R\$309 (R\$236 em 31 de dezembro de 2024): (i) R\$141 (R\$134 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a controlada Itaútec e corresponde a valores a receber vinculados ao processo de crédito do IPI, decorrente de insumos isentos adquiridos da Zona Franca de Manaus; (ii) R\$105 (R\$100 em 31 de dezembro de 2024) também referem-se a controlada Itaútec e correspondem a créditos de PIS e COFINS decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo; e (iii) R\$58 refere-se a controlada Dexco decorrente de precatórios federais expedidos relativos ao crédito-prêmio de IPI.

11.2. Ativos Não circulantes mantidos para venda

A variação no saldo refere-se à controlada Dexco, substancialmente transferência de Imobilizados das unidades: (i) R\$7 Centro de Distribuição Queimados (RJ); (ii) R\$42 revestimentos cerâmicos Criciúma (SC); (iii) R\$23 louças Paraíba; e (iv) R\$6 louças São Leopoldo (RS).

12. ATIVOS BIOLÓGICOS

Política Contábil

Correspondem às reservas florestais e são reconhecidos ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita. Para plantações imaturas (até um ano de vida), considera-se que o seu custo se aproxima ao seu valor justo.

As estimativas para avaliar o valor justo são baseadas em referências de mercado, sujeitas a mudanças de cenário, que poderão impactar as Demonstrações Contábeis, e são realizadas trimestralmente, ou na medida em que são realizados os inventários rotativos

São reconhecidos na Demonstração de Resultado na rubrica de “Custo dos produtos e serviços”: (i) os ganhos ou perdas decorrentes da variação do valor justo; e (ii) a exaustão proveniente dos ativos colhidos, composta pelo custo de formação e diferencial do valor justo.

12.1. Composição

As controladas indiretas Dexco Colômbia S.A., Duratex Florestal Ltda., Caetex Florestal S.A., Aroeira Florestal S.A., Cambuí Florestal S.A. e Jatobá Florestal S.A., detêm reservas florestais de eucalipto e pinus que são utilizadas, preponderantemente, como matéria prima na produção de painéis de madeira, pisos e, complementarmente, para venda a terceiros.

As reservas florestais funcionam como garantia de suprimento das fábricas, bem como na proteção de riscos quanto a futuros aumentos no preço da madeira. Trata-se de uma operação sustentável e integrada aos seus complexos industriais que, aliada a uma rede de abastecimento, proporciona elevado grau de autossuficiência no suprimento de madeira.

Em 31 de dezembro de 2025 as empresas possuíam, aproximadamente, 112,2 mil hectares em áreas de efetivo plantio (112,9 mil hectares em 31 de dezembro de 2024) que são cultivadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Alagoas e na Colômbia.

O saldo dos ativos biológicos é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Custo de formação dos ativos biológicos	1.824	1.504
Diferencial entre o custo de formação e o valor justo	1.220	1.286
Total	3.044	2.790

A movimentação do exercício é a seguinte:

	Nota	Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial		2.790	2.365
Variação no valor justo			
Preço/Volume	22	329	520
Exaustão		(380)	(377)
Transferência para Estoques		(15)	-
Variação no custo de formação			
Custos com o plantio		684	724
Exaustão		(416)	(387)
Aquisição de empresas		66	-
Transferência para Estoques		(14)	(55)
Saldo final		3.044	2.790

12.2. Valor justo

O cálculo do valor justo dos ativos biológicos é classificado na hierarquia de valor justo, prevista no CPC 46 / IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo, como nível 3, devido a sua complexidade e estrutura. É determinado em função da estimativa de volume de madeira em ponto de colheita, aos preços atuais da madeira em pé, exceto para florestas com até um ano de vida, que são mantidas ao custo, em decorrência do julgamento que esses valores se aproximam de seu valor justo.

O valor justo considera a valoração dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado. As principais premissas utilizadas foram:

- Fluxo de caixa descontado: volume de madeira previsto em ponto de colheita, considerando os preços de mercado atuais, líquidos dos custos de plantio a realizar e dos custos de capital das terras utilizadas no plantio, mensurados a valor presente pela taxa de desconto em 31 de dezembro de 2025 de 8,8% a.a. (8,5% a.a. em 31 de dezembro de 2024) que corresponde ao custo médio ponderado de capital da controlada Dexco, o qual é revisado anualmente pela sua Administração.

- Preços da madeira: são obtidos em R\$/metro cúbico por meio de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas em regiões e produtos similares aos da controlada Dexco, além dos preços praticados em operações com terceiros, também em mercados ativos.
- Diferenciação: os volumes de colheita foram segregados e valorados conforme espécie: (i) pinus e eucalipto; (ii) região; e (iii) destinação (serraria e processo).
- Volumes: estimativa dos volumes a serem colhidos (6º ano para o eucalipto e 12º ano para o pinus), com base na produtividade média projetada para cada região e espécie. A produtividade média poderá variar em função de idade, rotação, condições climáticas, qualidade das mudas, incêndios e outros riscos naturais. Para as florestas formadas utilizam-se os volumes atuais de madeira que são estimados por meio de inventários rotativos realizados por técnicos especialistas a partir do segundo ano de vida das florestas.
- Periodicidade: as expectativas em relação ao preço e volumes futuros da madeira são revistas no mínimo, trimestralmente, ou na medida em que são concluídos os inventários rotativos.

12.2.1. Análise de sensibilidade

Dentre as variáveis que afetam o cálculo do valor justo dos ativos biológicos, destacam-se a variação no preço da madeira e a taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa. Segue abaixo o impacto no ativo biológico se consideradas essas possíveis variáveis:

	31/12/2025	31/12/2024
Preço médio (R\$/m³)	138,68	127,01
Taxa de desconto (% a.a)	8,8%	8,5%
Impacto no valor justo		
Queda de preço (5%)	153	130
Aumento taxa de desconto (0,5%)	33	33

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política Contábil

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são representados pelos tributos abaixo, sendo registrados na Demonstração do Resultado, na rubrica “Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro”, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no Patrimônio líquido ou no Resultado abrangente:

- (i) Correntes, apurados conforme a legislação tributária vigente; e
- (ii) Diferidos, apurados sobre os ativos e os passivos fiscais diferidos, representados por diferenças temporárias e sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Eventuais alterações na legislação fiscal relacionadas com as alíquotas tributárias são reconhecidas no exercício em que entram em vigor.

Os tributos correntes são apresentados líquidos no Balanço Patrimonial, por entidade contribuinte, e se aproximam dos montantes a serem pagos ou recuperados, e os tributos diferidos estão apresentados no Não circulante, pelo seu montante líquido, quando há o direito legal e a intenção de compensá-los, em geral, com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos levando-se em consideração a realização provável desses créditos, com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos, aprovados pela Administração. Novas informações podem ser disponibilizadas, podendo alterar o julgamento com relação aos tributos já registrados, reconhecendo estes impactos no exercício em que foram realizadas.

13.1. Conciliação da despesa de Imposto de renda e Contribuição social

Os valores registrados como despesas de IRPJ e CSLL nas Demonstrações Contábeis estão conciliados com as alíquotas nominais previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	16.478	14.734	16.389	15.025
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais (34%)	(5.603)	(5.010)	(5.572)	(5.109)
(Acréscimo)/Decréscimo para a apuração do IRPJ e CSLL efetivos				
Resultado de participações societárias	5.879	5.318	5.953	5.225
Dividendos sobre títulos e valores mobiliários	112	92	112	92
Juros sobre Capital Próprio	(319)	(279)	(319)	(264)
Créditos tributários	(57)	(72)	(63)	(106)
Incentivos fiscais	-	-	-	4
Diferença de tributação de controladas indiretas	-	-	43	36
Tributação no Brasil de resultado de investimento no exterior	-	-	(29)	(4)
Atualização Selic sobre ICMS na base do PIS/COFINS	-	-	46	37
Reversão de Prejuízo Fiscal ^(*)	-	-	-	(36)
Outros ajustes não dedutíveis	(3)	(5)	(10)	(13)
Total de Imposto de renda e Contribuição social	9	44	161	(138)
Correntes	-	-	(91)	(130)
Diferidos	9	44	252	(8)
Alíquota efetiva	-0,1%	-0,3%	-1,0%	0,9%

(*) Na controlada Dexco, pela incorporação da Dexco Revestimentos.

13.2. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O saldo e a movimentação do Imposto de renda e Contribuição social diferidos estão apresentados a seguir:

	Controladora				
	31/12/2023	Resultado	31/12/2024	Resultado	31/12/2025
Ativos fiscais diferidos					
Prejuízo fiscal e Base negativa de Contribuição social	643	-	643	-	643
Provisões processos administrativos e judiciais	602	-	602	-	602
Outros	11	(1)	10	-	10
Total do ativo	1.256	(1)	1.255	-	1.255
Passivos fiscais diferidos					
Valor justo de instrumentos financeiros	(444)	44	(400)	11	(389)
Outros	(11)	1	(10)	(1)	(11)
Total do passivo	(455)	45	(410)	10	(400)
Total líquido	801	44	845	10	855

	Consolidado							
	31/12/2023	Resultado	Resultado Abrangente	31/12/2024	Resultado	Resultado Abrangente	Outros (*)	31/12/2025
Ativos fiscais diferidos								
Prejuízo fiscal e Base negativa de Contribuição social	1.042	(49)	-	993	27	-	-	1.020
Provisão Perdas para Créditos de Liquidação Duvidosa	6	(1)	-	5	(1)	-	-	4
Provisões processos administrativos e judiciais	724	(6)	-	718	(16)	-	-	702
Provisões para perdas nos estoques	18	4	-	22	31	-	-	53
Lucros no exterior	10	52	-	62	122	-	-	184
Impairment de Imobilizado	60	(20)	-	40	17	-	-	57
Hedge de fluxo de caixa e valor justo	15	-	11	26	1	(21)	-	6
Benefício pós-emprego	12	-	(1)	11	-	-	-	11
Outros	129	(18)	-	111	16	-	-	127
Total do ativo	2.016	(38)	10	1.988	197	(21)	-	2.164
Passivos fiscais diferidos								
Reserva de reavaliação	(50)	5	-	(45)	2	-	-	(43)
Valor justo de instrumentos financeiros	(444)	45	-	(399)	11	-	-	(388)
Imposto de renda – depreciação acelerada	(26)	-	-	(26)	3	-	-	(23)
Ativos biológicos	(389)	(25)	-	(414)	31	-	7	(376)
Carteira de clientes	(7)	5	-	(2)	-	-	-	(2)
Planos de previdência complementar	(44)	8	-	(36)	1	-	-	(35)
Mais valia de ativos	(23)	-	-	(23)	-	-	-	(23)
Hedge de fluxo de caixa e valor justo	(9)	-	9	-	-	-	-	-
Outros	(53)	(7)	2	(58)	6	-	-	(52)
Total do passivo	(1.045)	31	11	(1.003)	54	-	7	(942)
Total líquido	971	(7)	21	985	251	(21)	7	1.222

(*) O valor de R\$ 7 refere-se a aquisição e consolidação da Guarani Florestal S.A., na controlada Dexco.

O Imposto de renda e Contribuição social diferidos, ativo e passivo, estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados pelas entidades tributáveis:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo	855	845	1.594	1.342
Passivo	-	-	(372)	(357)
Total líquido	855	845	1.222	985

13.2.1. Ativos diferidos

A Administração da ITAÚSA e de suas controladas avaliaram a recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos e concluiu que a sua realização é provável.

13.2.2. Créditos fiscais não reconhecidos

A ITAÚSA e suas controladas possuem créditos fiscais relativos à prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, não reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, tendo em vista as incertezas na sua realização.

Em 31 de dezembro de 2025, os créditos não reconhecidos na ITAÚSA correspondem ao montante de R\$191 (R\$133 em 31 de dezembro de 2024) e no consolidado no montante de R\$341 (R\$277 em 31 de dezembro de 2024). Os referidos créditos poderão ser objeto de reconhecimento futuro, conforme as revisões anuais das projeções de geração de lucros tributáveis, não havendo prazo de prescrição para a utilização dos mesmos.

13.3. Incerteza sobre tratamento de IRPJ e CSLL

A ITAÚSA e suas controladas mantém certas discussões administrativas e judiciais relacionadas a certas posições fiscais adotadas na apuração de IRPJ e CSLL. A descrição sobre estes processos e seus efeitos potenciais estão apresentados nas notas 19.1.1.3 e 19.2.1.

14. DIREITO DE USO E ARRENDAMENTOS

Política Contábil

Os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento, quando o ativo subjacente está disponível para uso. São mensurados pelo custo, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável e ajustados por remensuração dos passivos de arrendamento. A depreciação é linear, com base no menor entre o prazo do arrendamento e a vida útil do ativo.

Os passivos de arrendamento são reconhecidos pelo valor presente dos pagamentos futuros, a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Inclui pagamentos fixos, pagamentos variáveis (que dependem de um índice ou taxa), e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Pagamentos variáveis não dependentes de índices são reconhecidos como despesas no período em que ocorrem, exceto se forem relacionados à produção de estoques.

De modo substancial, devido às características de longo prazo dos contratos, a mensuração não considerou a renovação para os contratos de arrendamento de terras. Para os demais contratos, quando aplicável, foi considerada uma renovação.

14.1. Ativos de direito de uso

	Controladora	Consolidado					
	Equipamentos de informática	Terras	Edifícios	Veículos	Equipamentos de informática	Outros	Total
Saldo em 31/12/2023	1	607	32	5	1	45	690
Novos contratos / atualizações	-	52	5	6	-	2	65
Depreciação no exercício (Resultado)	(1)	14	3	-	(1)	3	19
Depreciação no exercício (*)	-	-	(9)	(6)	-	(16)	(31)
Aquisição de empresas	-	(45)	-	-	-	-	(45)
Variação cambial	-	1	-	-	-	-	1
Baixa de contratos	-	(1)	(4)	-	-	-	(5)
Saldo em 31/12/2024	-	628	27	5	-	34	694
Novos contratos / atualizações	-	166	28	5	-	1	200
Depreciação no exercício (Resultado)	-	-	(10)	(5)	-	(16)	(31)
Depreciação no exercício (*)	-	(53)	-	-	-	-	(53)
Baixa de contratos	-	(11)	-	-	-	-	(11)
Saldo em 31/12/2025	-	730	45	5	-	19	799

(*) Contabilizado no custo de formação das reservas florestais na rubrica de "Ativos biológicos".

14.2. Passivos de arrendamento

	Controladora	Consolidado					
	Equipamentos de informática	Terras	Edifícios	Veículos	Equipamentos de informática	Outros	Total
Saldo em 31/12/2023	2	660	35	5	2	49	751
Novos contratos / atualizações	-	66	8	6	-	5	85
Juros apropriados no exercício (Resultado)	-	-	3	1	-	5	9
Juros apropriados no exercício (*)	-	75	-	-	-	-	75
Pagamentos	(2)	(102)	(12)	(6)	(2)	(20)	(142)
Baixa de contratos	-	(1)	(4)	-	-	-	(5)
Saldo em 31/12/2024	-	698	30	6	-	39	773
Novos contratos / atualizações	-	166	28	4	-	1	199
Juros apropriados no exercício (Resultado)	-	-	5	1	-	3	9
Juros apropriados no exercício (*)	-	89	-	-	-	-	89
Pagamentos	-	(117)	(13)	(6)	-	(20)	(156)
Baixa de contratos	-	(13)	-	-	-	-	(13)
Saldo em 31/12/2025	-	823	50	5	-	23	901

Circulante	-	58
Não circulante	-	843

(*) Contabilizado no custo de formação das reservas florestais na rubrica de "Ativos biológicos".

As taxas de desconto utilizadas estão apresentadas a seguir:

Consolidado	
Prazos dos contratos	
Até 5 anos	16,06% a.a.
De 6 a 10 anos	15,55% a.a.
Acima de 10 anos	15,16% a.a.

Os vencimentos dos passivos não circulantes de arrendamento consideram o seguinte fluxo futuro de pagamentos:

Consolidado	
31/12/2025	
Não circulante	
2027	48
2028	38
2029	37
2030 em diante	720
Total	843

14.3. Efeitos da inflação

Segue abaixo os efeitos da inflação nos saldos, quando comparados aos saldos das Demonstrações Contábeis, considerando a inflação futura projetada de 7,7% a.a. (1,3% a.a. em 2024), divulgada pela B3, nos fluxos a serem descontados:

	Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Cenário contábil	Cenário com inflação	Cenário contábil	Cenário com inflação
Ativos de direito de uso	1.119	2.183	934	1.552
Depreciação	(320)	(328)	(240)	(256)
Total	799	1.855	694	1.296
Passivos de arrendamento	2.081	5.957	1.826	3.612
Juros a apropriar	(1.180)	(3.099)	(1.053)	(1.881)
Total	901	2.858	773	1.731

15. INVESTIMENTOS

Política Contábil

São reconhecidos, inicialmente, ao custo de aquisição e avaliados, subsequentemente, pelo método de equivalência patrimonial. Adicionalmente, estes investimentos podem incluir o montante de *ágio* (goodwill) identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

São avaliados, no mínimo anualmente, se há evidência objetiva de que sofreram perda por desvalorização e, caso identificada uma perda, reconhece a mesma em contrapartida do Resultado, não sendo reconhecidas perdas adicionais em montante superior à sua participação acionária, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome das investidas.

- Investimentos em controladas**

São aqueles em que estamos expostos ou possuímos direito a retornos variáveis com base no envolvimento com a investida, além de possuir a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido, sendo consolidados integralmente para fins de apresentação das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

- **Investimentos em controladas em conjunto e coligadas**

Controladas em conjunto são investidas onde o controle das atividades operacionais e financeiras da entidade são compartilhados entre dois ou mais investidores.

Coligadas são investidas onde exercemos influência significativa e não detemos o controle.

Ambos os investimentos não são consolidados nas Demonstrações Contábeis e a participação é mensurada pelo método de equivalência patrimonial.

- **Combinação de negócios**

O referido método requer que os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos sejam mensurados pelo seu valor justo no reconhecimento inicial. Na empresa adquirente, a diferença entre o valor pago e o valor de livros do patrimônio líquido da empresa adquirida é reconhecida na rubrica de Investimento segregado em: (i) mais valia, quando o fundamento econômico está relacionado, substancialmente, ao valor justo dos ativos líquidos da adquirida; e (ii) ágio (goodwill), quando o montante pago supera o valor justo dos ativos líquidos e representa a expectativa de geração de valor no futuro.









Na combinação de negócios, os ágios (goodwill) são classificados na rubrica de “Investimentos” nas Demonstrações Contábeis Individuais e classificadas no “Intangível” nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.







Se o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos (ganho na compra vantajosa), a diferença é reconhecida diretamente no resultado.

15.1. Saldos dos investimentos

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Controladas					
Controladas		2.833	2.886	-	-
Controladas em conjunto					
Controladas em conjunto		78.544	80.861	78.544	80.861
Controladas em conjunto indiretas		-	-	83	93
Coligadas					
Coligadas		7.111	6.906	7.111	6.906
Coligadas Indiretas		-	-	2.275	2.301
Total de investimentos em participações societárias	15.2	88.488	90.653	88.013	90.161
Outros investimentos		7	7	60	10
Total dos investimentos		88.495	90.660	88.073	90.171

15.2. Movimentação dos investimentos

	Controladora										Total
	Controladas			Controladas em conjunto			Coligadas				
			ITH Zux Cayman	 ⁽²⁾	IUPAR	 <small>(Notas 15.2.3 e 15.2.4)</small>		 <small>(Nota 15.2.2)</small>	 <small>(Nota 15.2.1)</small>		
Saldo em 31/12/2023	2.424	95	3	38.169	32.334	2.190	2.765	2.415	102	1.456	81.953
Resultado de participação societária	65	134	-	8.090	6.905	12	18	(15)	5	427	15.641
Dividendos e Juros sobre capital próprio	(23)	(2)	-	(4.692)	(3.828)	(5)	(45)	(138)	(5)	(140)	(8.878)
Alienação de ações	-	-	-	-	-	-	-	-	(35)	-	(35)
Aumento de capital com integralização de dividendos	-	15	-	-	-	-	-	-	-	-	15
Outros resultados abrangentes	171	-	-	941	825	54	40	89	-	(6)	2.114
Outros	4	-	-	(75)	(65)	6	(3)	(24)	-	-	(157)
Saldo em 31/12/2024	2.641	242	3	42.433	36.171	2.257	2.775	2.327	67	1.737	90.653
Resultado de participação societária	-	5	-	8.918	7.568	143	216	99	3	339	17.291
Dividendos e Juros sobre capital próprio	(3)	-	-	(9.800)	(8.343)	(117)	(114)	(148)	-	(215)	(18.740)
Aquisição de ações	-	-	-	-	-	39	-	-	-	-	39
Aumento (Redução) de capital	-	-	-	-	-	(253)	-	43	-	-	(210)
Outros resultados abrangentes	(60)	-	-	(18)	(16)	(17)	(20)	(39)	-	(2)	(172)
Ajustes de exercícios anteriores ⁽³⁾	-	-	-	-	-	-	-	66	-	-	66
Outros	5	-	-	(228)	(200)	7	23	(46)	-	-	(439)
Saldo em 31/12/2025	2.583	247	3	41.305	35.180	2.059	2.880	2.302	70	1.859	88.488
Valor de mercado em 31/12/2024 ⁽¹⁾	1.823	-	-	59.741	-	1.268	2.122	-	-	-	
Valor de mercado em 31/12/2025 ⁽¹⁾	1.713	-	-	86.409	-	2.424	3.143	-	-	-	

Consolidado												
Controladas em conjunto	Controlada em conjunto indireta		Coligadas					Coligadas Indiretas			Total	
 ⁽²⁾	IUPAR		LD Florestal					LD Celulose	Mysa	Infragás ⁽⁴⁾		
		(Notas 15.2.3 e 15.2.4)			(Nota 15.2.2)	(Nota 15.2.1)						
Saldo em 31/12/2023	38.169	32.334	2.190	98	2.765	2.415	102	1.456	1.659	102	-	81.290
Resultado de participação societária	8.090	6.905	12	(5)	18	(15)	5	427	(66)	(2)	-	15.369
Dividendos e Juros sobre capital próprio	(4.692)	(3.828)	(5)	-	(45)	(138)	(5)	(140)	-	-	-	(8.853)
Alienação de ações	-	-	-	-	-	-	(35)	-	-	-	-	(35)
Aumento de capital social	-	-	-	-	-	-	-	-	189	-	-	189
Outros resultados abrangentes	941	825	54	-	40	89	-	(6)	487	-	-	2.430
Outros	(75)	(65)	6	-	(3)	(24)	-	-	(68)	-	-	(229)
Saldo em 31/12/2024	42.433	36.171	2.257	93	2.775	2.327	67	1.737	2.201	100	-	90.161
Resultado de participação societária	8.918	7.568	143	(11)	216	99	3	339	231	-	2	17.508
Dividendos e Juros sobre capital próprio	(9.800)	(8.343)	(117)	-	(114)	(148)	-	(215)	(69)	-	-	(18.806)
Aquisição de ações	-	-	39	-	-	-	-	-	-	-	-	39
Aumento (Redução) de capital	-	-	(253)	-	-	43	-	-	-	52	-	(158)
Outros resultados abrangentes	(18)	(16)	(17)	-	(20)	(39)	-	(2)	(254)	-	-	(366)
Ajustes de exercícios anteriores ⁽³⁾	-	-	-	-	-	66	-	-	-	-	-	66
Outros	(228)	(200)	7	1	23	(46)	-	-	12	-	-	(431)
Saldo em 31/12/2025	41.305	35.180	2.059	83	2.880	2.302	70	1.859	2.121	152	2	88.013
Valor de mercado em 31/12/2024 ⁽¹⁾	59.741	-	1.268	-	2.122	-	-	-	-	-	-	
Valor de mercado em 31/12/2025 ⁽¹⁾	86.409	-	2.424	-	3.143	-	-	-	-	-	-	

⁽¹⁾ O valor de mercado está sendo apresentado apenas para as empresas investidas que possuem suas ações negociadas na bolsa de valores (B3) e representam o percentual de participação da ITAÚSA.

⁽²⁾ O valor de mercado apresentado para o Itaú Unibanco corresponde apenas à participação direta detida pela ITAÚSA. Considerando a participação indireta detida pela IUPAR, o valor total de mercado corresponde a R\$162.234 (R\$123.991 em 31 de dezembro de 2024).

⁽³⁾ A Aegea reapresentou suas Demonstrações Contábeis referentes aos 1º e 2º trimestres de 2025, bem como os exercícios de 2024, 2023 e 2022 em decorrência, substancialmente, da revisão do tratamento contábil aplicado à eliminação do lucro não realizado em operações com partes relacionadas. Os reflexos da reapresentação na ITAÚSA foram contabilizados integralmente no período de 2025, dos quais R\$66 foram registrados em contrapartida do Patrimônio líquido.

⁽⁴⁾ Em 2025, a controlada Dexco, que já detinha participação societária na Infragás Infraestrutura de Gás para Região Sul S.A. ("Infragás"), passou a exercer influência significativa sobre esse investimento ao indicar dois membros para o Conselho de Administração. Com isso, Dexco passou a adotar o método de equivalência patrimonial para avaliar sua participação na empresa.

15.2.1. Alienação de ações da coligada Águas do Rio Investimentos

Em janeiro e outubro de 2024 a ITAÚSA alienou 19.206 mil ações, correspondente à 1,41% de participação societária, da coligada Águas do Rio Investimentos para a coligada Aegea pelo montante de R\$35.

As transações não resultaram em impactos no resultado da ITAÚSA e o Acordo de Acionistas permanece com as mesmas condições estabelecidas anteriormente.

15.2.2. Aumento de Capital social na coligada Aegea

Em março de 2025, os acionistas da Aegea aprovaram o aumento de Capital social no montante de R\$424, mediante a emissão de 22.507.920 ações ordinárias. Todos os acionistas detentores de ações ordinárias subscreveram as novas ações na mesma proporção de ações ordinárias detidas imediatamente antes do aumento, resultando em um aporte pela ITAÚSA no montante de R\$43. O Acordo de Acionistas permanece com as mesmas condições estabelecidas anteriormente.

15.2.3. Redução de Capital social na controlada em conjunto Alpargatas

Em setembro de 2025, os acionistas da Alpargatas aprovaram a redução do Capital social no montante de R\$850, sem cancelamento de ações, com a consequente restituição de valores aos acionistas. Após o cumprimento do prazo regulamentar, a redução foi homologada em novembro de 2025, sendo repassado à ITAÚSA o montante de R\$253.

15.2.4. Aquisição de participação adicional na controlada em conjunto Alpargatas

Entre os meses de outubro e dezembro de 2025, a ITAÚSA adquiriu na B3 (mercado balcão) 3.684.900 ações preferenciais da Alpargatas pelo montante total de R\$39. As ações adquiridas representam 0,54% do total de ações da Alpargatas, passando a ITAÚSA a deter uma participação total de 29,95% (desconsiderando as ações em tesouraria).

15.3. Reconciliação dos investimentos

Controladora								
31/12/2025								
	Controladas			Controladas em conjunto			Coligadas	
	Dexco	Itautec	ITH Zux Cayman	itaú	IUPAR	ALPARGATAS	motiva	COPA
Patrimônio líquido da investida	6.847	247	3	204.501	52.878	3.324	15.791	3.148
% de participação	37,75%	100,00%	100,00%	19,98%	66,53%	29,95%	10,38%	48,93%
Participação no Investimento	2.583	247	3	40.850	35.180	996	1.639	1.540
Resultados não realizados	-	-	-	(10)	-	-	-	-
Ajustes decorrentes de combinações de negócios								
Mais valia	-	-	-	36	-	351	1.188	115
Ágio (Goodwill)	-	-	-	429	-	712	53	204
Saldo contábil do Investimento na controladora	2.583	247	3	41.305	35.180	2.059	2.880	1.859

Controladora								
31/12/2024								
	Controladas			Controladas em conjunto			Coligadas	
	Dexco	Itautec	ITH Zux Cayman	itaú	IUPAR	ALPARGATAS	motiva	COPA
Patrimônio líquido da investida	6.977	242	3	211.090	54.367	4.036	13.609	2.884
% de participação	37,84%	100,00%	100,00%	19,89%	66,53%	29,47%	10,38%	48,93%
Participação no Investimento	2.641	242	3	41.976	36.171	1.190	1.412	1.412
Resultados não realizados	-	-	-	(10)	-	-	-	-
Ajustes decorrentes de combinações de negócios								
Mais valia	-	-	-	38	-	372	1.310	121
Ágio (Goodwill)	-	-	-	429	-	695	53	204
Saldo contábil do Investimento na controladora	2.641	242	3	42.433	36.171	2.257	2.775	1.737

As ações preferenciais detidas pela ITAÚSA, tanto na Aegea quanto na Águas do Rio Investimentos, possuem características específicas previstas no acordo de acionistas e, desta forma, a equivalência patrimonial não reflete o percentual de participação total em relação a sua remuneração.

As ações preferenciais de classe D da Aegea possuem direito a dividendos de 17,5% do lucro ajustado do exercício (equivalente a 5,75% para as ações detidas pela ITAÚSA), não participando de distribuições remanescentes e dos prejuízos acumulados. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo contábil destas ações é de R\$994 (R\$990 em 31 de dezembro de 2024).

Já as ações preferenciais de classe A da Águas do Rio Investimentos (única classe de ações detida pela ITAÚSA), em caso de lucro, possuem direito a dividendo de 15% do lucro ajustado do exercício (equivalente a 0,95% para as ações detidas pela ITAÚSA) e, em caso de prejuízo, participam com 5,12% que corresponde ao percentual de participação do capital votante (até 31 de dezembro de 2024 representavam 5,33%).

15.4. Informações consolidadas resumidas das investidas relevantes

Controladas em conjunto



IUPAR

Sector financeiro	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Qtde. de ações em circulação das investidas (em milhares)	11.026.525	9.776.105	1.061.396	1.061.396
ON	5.617.743	4.958.290	710.454	710.454
PN	5.408.782	4.817.815	350.942	350.942
Qtde. de ações de propriedade da ITAÚSA (em milhares)	2.202.638	1.944.076	706.169	706.169
ON	2.202.446	1.943.907	355.227	355.227
PN	192	169	350.942	350.942
% de participação ⁽¹⁾	19,98%	19,89%	66,53%	66,53%
% de participação no capital votante ⁽²⁾	39,21%	39,21%	50,00%	50,00%

Informações sobre o Balanço Patrimonial	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e Equivalentes de caixa	114.890	117.286	158	74
Ativos financeiros	2.802.765	2.592.142	929	1.310
Ativos não financeiros	148.514	145.047	53.886	55.398
Passivos financeiros	2.424.121	2.239.979	845	1.189
Passivos não financeiros	426.972	393.212	1.249	1.226
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	204.501	211.090	52.878	54.367

Informações sobre a Demonstração do Resultado	2025	2024	2025	2024
Resultado de produtos bancários	167.780	168.050	-	-
Tributos sobre o lucro	(4.401)	(5.428)	-	-
Lucro líquido atribuível aos controladores	44.857	41.085	11.374	10.378
Outros resultados abrangentes	(71)	5.603	(23)	1.240

Informações sobre a Demonstração do Fluxo de Caixa	2025	2024	2025	2024
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de caixa	1.395	(7.661)	84	(35)

⁽¹⁾ A ITAÚSA detém participação direta no Itaú Unibanco de 19,98% (19,89% em 31 de dezembro de 2024) e indireta de 17,53% (17,45% em 31 de dezembro de 2024), por meio do investimento na controlada em conjunto IUPAR, que detém 26,35% (26,23% em 31 de dezembro de 2024) de participação direta no Itaú Unibanco, totalizando 37,50% (37,34% em 31 de dezembro de 2024) de participação no capital social.

⁽²⁾ A participação direta nas ações ordinárias do Itaú Unibanco é de 39,21% (39,21% em 31 de dezembro de 2024) e indireta de 25,86% (25,86% em 31 de dezembro de 2024), por meio do investimento na controlada em conjunto IUPAR, que detém 51,71% (51,71% em 31 de dezembro de 2024) de participação direta nas ações ordinárias do Itaú Unibanco, totalizando 65,06% (65,06% em 31 de dezembro de 2024) de participação no capital votante.

	Controlada		Controlada em conjunto		Coligadas					
	DEXCO		ALPARAGATAS		MOTIVA		aegea		COPA	
Sector não financeiro	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	30/09/2025 ⁽¹⁾	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Qtde. de ações em circulação das investidas (em milhares)	907.653	808.365	677.853	676.433	2.010.488	2.010.116	1.042.764	1.020.256	851.965	564.296
ON	907.653	808.365	339.511	339.511	2.010.488	2.010.116	732.464	709.956	851.965	564.296
PN	-	-	338.342	336.922	-	-	310.300	310.300	-	-
Qtde. de ações de propriedade da ITAÚSA (em milhares)	342.605	305.897	203.041	199.356	208.670	208.670	133.712	131.417	416.833	276.088
ON	342.605	305.897	148.275	148.275	208.670	208.670	74.711	72.416	416.833	276.088
PN	-	-	54.766	51.081	-	-	59.001	59.001	-	-
% de participação	37,75%	37,84%	29,95%	29,47%	10,38%	10,38%	12,82%	12,88%	48,93%	48,93%
% de participação no capital votante	37,75%	37,84%	43,67%	43,67%	10,38%	10,38%	10,20%	10,20%	48,93%	48,93%

Informações sobre o Balanço Patrimonial	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	30/09/2025 ⁽¹⁾	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos circulantes	6.048	5.066	2.711	3.459	23.927	10.441	9.083	8.195	1.910	1.646
Ativos não circulantes	12.953	13.078	3.386	3.381	47.087	48.656	41.852	36.136	4.510	4.262
Passivos circulantes	2.701	3.642	1.687	1.350	15.510	6.132	7.108	4.733	953	1.001
Passivos não circulantes	9.092	7.307	1.086	1.454	39.222	38.963	32.563	28.194	2.319	2.023
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	6.847	6.977	3.324	4.036	15.791	13.609	6.431	5.479	3.148	2.884
Caixa e Equivalentes de caixa	2.179	1.231	556	1.489	3.652	4.188	149	183	967	588
Empréstimos, financiamentos e Debêntures	7.582	6.480	1.236	1.424	37.241	33.879	29.398	24.781	1.664	1.557

Informações sobre a Demonstração do Resultado	2025	2024	2025	2024	2025	2024	01/01 a 30/09/2025 ⁽¹⁾	2024	2025	2024
Receitas líquidas	8.249	8.235	4.565	4.108	18.851	18.116	13.273	14.212	11.593	10.910
Receita financeira	405	425	131	141	1.681	1.502	2.835	2.737	130	64
Despesa financeira	(1.234)	(1.017)	(168)	(129)	(4.805)	(3.972)	(5.370)	(5.011)	(309)	(260)
Tributos sobre o lucro	151	(170)	10	44	(998)	(1.029)	(1.258)	(1.137)	(215)	(290)
Lucro líquido atribuível aos controladores	1	173	569	108	3.280	1.249	1.206	774	705	886
Outros resultados abrangentes	(158)	454	(63)	183	(198)	404	386	(178)	(4)	(13)

Informações sobre a Demonstração do Fluxo de Caixa	2025	2024	2025	2024	2025	2024	01/01 a 30/09/2025 ⁽¹⁾	2024	2025	2024
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de caixa	948	(1.554)	(933)	566	(536)	(361)	(34)	44	379	65

⁽¹⁾ Vide nota 2.5.

15.5. Teste de avaliação do valor recuperável

Controladora

A ITAÚSA realizou o teste de avaliação ao valor recuperável dos investimentos e não identificou perdas.

Para as investidas Itaú Unibanco, Alpargatas, Dexco e Motiva, que têm suas ações negociadas em mercado ativo (B3), a avaliação do valor recuperável considerou o valor das ações das referidas companhias multiplicada pela quantidade de ações possuídas pela ITAÚSA na data de encerramento das Demonstrações Contábeis. Adicionalmente, para a Alpargatas, Dexco e Motiva a ITAÚSA procedeu avaliação, com base no valor em uso do ativo, considerando o fluxo de caixa descontado.

Para a investida IUPAR, cujo único investimento é a participação acionária no Itaú Unibanco, considerou-se para a avaliação do valor recuperável o mesmo procedimento de avaliação da investida Itaú Unibanco.

Para as investidas Copa Energia e Aegea, o valor recuperável foi determinado com base no valor em uso dos ativos, calculado conforme metodologias de avaliação.

Para as investidas Itaútec, ITH Zux Cayman e Águas do Rio Investimento, que não possuem ágio na composição do investimento, a ITAÚSA não identificou qualquer evidência de que o valor contábil pode não ser recuperável.

16. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Política Contábil

Estão demonstrados pelo seu custo de aquisição, formação ou construção acrescidos de quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada calculada pelo método linear de acordo com a vida útil de cada item, revisadas ao final de cada exercício e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de formação/construção.

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são reconhecidos no resultado na rubrica "Outras receitas e despesas".

16.1. Composição

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Imobilizado	16.2	113	109	4.467	4.731
Intangível	16.3	-	1	834	835
Total		113	110	5.301	5.566

16.2. Imobilizado

16.2.1. Movimentação

	Controladora					
	Terrenos	Construções e benfeitorias	Máquinas, instalações e equipamentos	Móveis e utensílios	Imobilizados em andamento	Total
Saldo em 31/12/2023	18	70	14	2	4	108
Aquisições	-	1	1	-	6	8
Depreciação	-	(4)	(2)	(1)	-	(7)
Transferências	-	2	-	-	(2)	-
Saldo em 31/12/2024	18	69	13	1	8	109
Custo	18	96	25	5	8	152
Depreciação acumulada	-	(27)	(12)	(4)	-	(43)
Taxas médias de depreciação (% a.a.)	-	2,5%	15,0%	10,0%	-	-

Saldo em 31/12/2024	18	69	13	1	8	109
Aquisições	-	-	-	-	10	10
Depreciação	-	(3)	(3)	-	-	(6)
Transferências	-	6	9	1	(16)	-
Saldo em 31/12/2025	18	72	19	2	2	113
Custo	18	102	35	6	2	163
Depreciação acumulada	-	(30)	(16)	(4)	-	(50)
Taxas médias de depreciação (% a.a.)	-	2,5%	15,0%	10,0%	-	-

	Nota	Consolidado							
		Terrenos	Construções e benfeitorias	Máquinas, instalações e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Outros	Imobilizados em andamento	Total
Saldo em 31/12/2023		703	687	1.758	21	21	97	1.128	4.415
Aquisições		1	23	90	2	-	41	588	745
Baixas		(1)	-	(24)	-	-	(15)	-	(40)
Depreciação		-	(45)	(306)	(4)	(4)	(28)	-	(387)
Transferências		-	179	690	4	2	50	(925)	-
Redução ao valor recuperável - Provisão		-	-	(23)	-	-	-	-	(23)
Redução ao valor recuperável - Reversão		-	-	28	-	-	-	-	28
Transferência para Ativos mantidos para venda		-	(4)	(31)	(3)	-	(4)	-	(42)
Outros		4	6	17	-	-	-	8	35
Saldo em 31/12/2024		707	846	2.199	20	19	141	799	4.731
Custo		707	1.441	6.061	69	55	369	799	9.501
Depreciação acumulada		-	(596)	(3.862)	(49)	(36)	(227)	-	(4.770)
Taxas médias de depreciação (% a.a.)		-	2,8%	4,2%	4,4%	8,9%	De 10,0% a 20,0%	-	-

Saldo em 31/12/2024		707	846	2.199	20	19	141	799	4.731
Aquisições		7	6	133	2	1	12	236	397
Baixas		(14)	1	(2)	(1)	(1)	-	-	(17)
Depreciação		-	(49)	(314)	(4)	(5)	(30)	-	(402)
Transferências		-	22	229	2	1	46	(300)	-
Redução ao valor recuperável - Provisão	16.2.3	-	(5)	(120)	-	-	-	-	(125)
Redução ao valor recuperável - Reversão	16.2.3	-	-	6	-	-	-	-	6
Transferência para Propriedade para investimento		(7)	(44)	-	-	-	-	-	(51)
Transferência para Ativos mantidos para venda		(6)	(64)	(9)	-	-	(1)	-	(80)
Outros		-	2	5	-	-	-	1	8
Saldo em 31/12/2025		687	715	2.127	19	15	168	736	4.467
Custo		687	1.286	6.001	60	55	402	736	9.227
Depreciação acumulada		-	(571)	(3.874)	(41)	(40)	(234)	-	(4.760)
Taxas médias de depreciação (% a.a.)		-	3,3%	4,9%	4,7%	8,3%	De 10,0% a 18,1%	-	-

16.2.2. Imobilizado em garantia

Em 31 de dezembro de 2025, a controlada Dexco possuía ativos imobilizados oferecidos como garantia de processos judiciais totalizando R\$1 (R\$2 em 31 de dezembro de 2024).

Adicionalmente, a controlada Dexco possui ativos imobilizados oferecidos como garantia em Empréstimos e financiamentos (Nota 18.2).

16.2.3. Avaliação do valor recuperável

Para o exercício de 2025, a controlada Dexco constituiu provisão para redução ao valor recuperável no montante de R\$125, sendo R\$11 unidade de louças Queimados (RJ), R\$19 unidade de louças na Paraíba e R\$95 linhas de revestimento cerâmico, em contrapartida da rubrica “Outras receitas e despesas” (Nota 23).

Para os exercícios de 2025 e 2024, a ITAÚSA não obteve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável.

16.2.4. Revisão da vida útil dos ativos

A controlada Dexco e suas controladas revisaram a vida útil estimada dos bens do Imobilizado. Dentre as premissas utilizadas para a revisão das taxas de depreciação, destacam-se: (i) antecedentes internos e externos; (ii) benchmarking e recomendações de manuais do fabricante; (iii) estado de conservação e operações dos bens; (iv) histórico da manutenção e utilização dos bens até a destinação para sucata; e (v) alinhamento ao planejamento geral dos negócios.

Após revisão, as taxas de depreciação foram substancialmente mantidas.

16.3. Intangível

Política Contábil

Referem-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente.

- **Ativos de vida útil definida**

Estão deduzidos da amortização acumulada calculada pelo método linear de acordo com a vida útil de cada item, revisadas ao final de cada exercício e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

- **Ativos de vida útil indefinida**

Não são amortizados mas testados, no mínimo, anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável, ou quando houver indícios de perdas.

16.3.1. Movimentação

	Controladora
	Software
Saldo em 31/12/2023	3
Amortizações	(2)
Saldo em 31/12/2024	1
Custo	10
Amortização acumulada	(9)
Taxas médias de amortização (% a.a.)	20,0%
Saldo em 31/12/2024	1
Amortizações	(1)
Saldo em 31/12/2025	-
Custo	10
Amortização acumulada	(10)
Taxas médias de amortização (% a.a.)	20,0%

	Consolidado						
	Software	Marcas e patentes	Ágio por rentabilidade futura (Nota 16.3.2)	Carteira de clientes	Intangíveis em andamento	Direito contratual	Total
Saldo em 31/12/2023	170	241	382	29	38	6	866
Aquisições	2	-	-	-	17	-	19
Amortizações	(24)	-	-	(19)	-	(1)	(44)
Transferências	43	-	-	-	(43)	-	-
Transferência para imobilizado	(6)	-	-	-	-	-	(6)
Saldo em 31/12/2024	185	241	382	10	12	5	835
Custo	334	241	382	405	12	10	1.384
Amortização acumulada	(149)	-	-	(395)	-	(5)	(549)
Taxas médias de amortização (% a.a.)	6,8%	-	-	5,6%	-	10,0%	
Saldo em 31/12/2024	185	241	382	10	12	5	835
Aquisições	-	-	-	-	8	-	8
Baixas	(1)	-	-	-	-	-	(1)
Amortizações	(27)	-	-	(4)	-	(3)	(34)
Transferências	9	-	-	-	(9)	-	-
Ágio - Expectativa de rentabilidade futura	-	-	25	-	-	-	25
Outros	-	-	-	-	-	1	1
Saldo em 31/12/2025	166	241	407	6	11	3	834
Custo	326	241	407	406	11	11	1.402
Amortização acumulada	(160)	-	-	(400)	-	(8)	(568)
Taxas médias de amortização (% a.a.)	8,3%	-	-	5,6%	-	10,0%	

16.3.2. Ágio por expectativa de rentabilidade futura

A controlada Dexco reconheceu ágio por expectativa de rentabilidade futura no processo de aquisição dos seguintes investimentos:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Caetex Florestal	20	20
Castelatto	47	47
Cecrisa	168	168
Cerâmica Urussanga	93	93
Guarani Florestal	25	-
Massima	6	6
Metalúrgica Jacareí	2	2
Satipel	46	46
Total	407	382

16.3.3. Teste de avaliação do valor recuperável

A controlada Dexco realizou a avaliação do valor recuperável dos seus intangíveis com vida útil indefinida que estão alocados às unidades geradoras de caixa (UGCs) que produzem Painéis, Louças, Metais e Revestimentos cerâmicos e cimentícios. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o valor dos fluxos de caixa das UGCs eram superiores aos valores contábeis não havendo, portanto, a necessidade de contabilização de perda no valor recuperável.

As projeções utilizadas pela controlada Dexco na avaliação do valor recuperável, aprovadas pelo Conselho de Administração, tiveram como base o planejamento estratégico que considera projeções macroeconômicas de crescimento e inflação, bem como suas condições operacionais.

As principais premissas utilizadas foram:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Prazo para o fluxo de caixa	5 anos (todas as áreas de negócios)	5 anos (todas as áreas de negócios)
Taxa de desconto (Custo Médio Ponderado de Capital calculado pelo método CAPM - Capital Asset Pricing Model) (*)	12,49% a.a. (todas as áreas de negócios) (*)	13,03% a.a. (todas as áreas de negócios) (*)
Taxa de crescimento (margem bruta)	Painéis: 6,6 % a.a. Louças: 9,2% a.a. Metais: 10,8% a.a. Revestimentos cerâmicos: 16,5% a.a.	Painéis: 3,1 % a.a. Louças: 4,3% a.a. Metais: 5,3% a.a. Revestimentos cerâmicos: 14,6% a.a.
Taxa de crescimento (perpetuidade)	3,5% a.a.	3,5% a.a.

(*) Taxa antes do imposto de renda em 2025 de 15,0% (15,6% em 2024).

17. FORNECEDORES

	Nota	Controladora				Consolidado			
		Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Nacionais		23	43	17	25	824	903	17	25
Estrangeiros		-	-	-	-	143	126	-	-
Partes relacionadas		-	-	-	-	13	4	-	-
Risco sacado	17.1	-	-	-	-	180	273	-	-
Total		23	43	17	25	1.160	1.306	17	25

17.1. Risco sacado

A controlada Dexco firmou convênios junto aos bancos Santander e Itaú com o objetivo de permitir aos fornecedores do mercado interno a antecipação de seus recebíveis. Nessas operações, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos provenientes das vendas das suas mercadorias para as instituições financeiras e, em troca, recebem antecipadamente esses recursos da instituição financeira descontado por um deságio, cobrado diretamente pelas instituições financeiras no momento da cessão, que por sua vez, passam a ser credoras da operação. Vale destacar que, independentemente dos convênios com as instituições financeiras, as condições comerciais são sempre acordadas entre a Dexco e os fornecedores. Em 31 de dezembro de 2025, o prazo médio dessas operações é de 71 dias e a taxa média ponderada praticada pelas instituições financeiras corresponde a 1% a.m.

A Administração avaliou que a substância econômica dessas transações é de natureza operacional e que os potenciais efeitos de ajuste a valor presente dessas operações são imateriais para mensuração e divulgação. Adicionalmente, foi avaliado que estas transações não geraram modificações substanciais nos passivos originais com fornecedores, sendo os pagamentos desses títulos apresentados como saídas de caixa das atividades operacionais, na Demonstração do Fluxo de Caixa, de acordo com o CPC 03 (R2) / IAS 7, conjuntamente com os demais pagamentos com fornecedores.

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Política Contábil

Reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado, ou seja, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido utilizando o método da taxa de juros efetiva. Determinados empréstimos, que possuem instrumentos derivativos de proteção, poderão ser avaliados ao seu valor justo.

Os custos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for: (i) provável que irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade; e (ii) mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

18.1. Composição

	Nota	Controladora				Consolidado			
		Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos e financiamentos	18.2	48	36	731	731	524	1.293	6.301	5.347
Debêntures	18.3	131	73	2.293	3.792	170	80	3.790	4.392
Total		179	109	3.024	4.523	694	1.373	10.091	9.739

18.2. Empréstimos e Financiamentos

							31/12/2025		31/12/2024	
Modalidade	Data da contratação	Vencimento	Indicador financeiro	Garantias	Encargos (% a.a.)	Amortização	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Controladora										
Moeda nacional										
Notas comerciais privadas	fev-24	1ª série - fev/29	--	--	CDI+2,0%	Parcela única no vencimento	48	731	36	731
		2ª série - fev/31	--	--	CDI+2,2%	2 parcelas anuais (fev/30 e fev/31)				
		3ª série - fev/34	--	--	CDI+2,5%	3 parcelas anuais (fev/32, fev/33 e fev/34)				
Total Controladora							48	731	36	731
Controladas										
Moeda nacional										
FINAME direto (com swap)	mar-21	fev-38	--	(i) Hipoteca (ii) Aval - 67% ITAÚSA e 33% pessoas físicas	IPCA+ 3,82% até 4,41%	Anual após período de carência de acordo com cada tranche	120	436	127	500
Nota de crédito de exportação	out-22	abr-25	--	--	CDI + 0,91%	No vencimento	-	-	410	-
Nota comercial - Lastro do CRA (com swap)	dez-23	dez-33	--	--	Pré 11,00%	8º,9º e 10º ano	35	282	36	250
Nota comercial	mar-22	mar-28	--	--	CDI + 1,70%	No vencimento	-	-	9	299
Nota comercial - Lastro do CRA (com swap)	jun/22 e out/23	jun/28 e jun/32	Dívida líquida / EBITDA(*) ≤ a 4,0	--	IPCA + 6,2% até 6,44%	8º,9º e 10º ano	55	863	53	808
Nota comercial - Lastro do CRA	jun/22	jun-28	--	--	CDI + 0,6%	No vencimento	1	200	1	200
FINEX - Resolução nº 4.131	abr-25	abr-30	--	--	CDI + 0,42% até 0,91%	No vencimento	76	898	14	399
Nota comercial - Lastro do CRA (com swap)	jun/22 e out/23	jun/32 e out/33	--	Aval Dexco	IPCA + 6,2% até 6,44%	8º,9º e 10º ano	75	1.126	73	1.050
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE	dez-22	dez-32	--	Fiança Duratex Florestal e Imobilizados	Pré 4,71% até 7,53%	Anual	5	22	3	26
Cédula de Produto Rural - CPR	abr-24	abr-27	--	--	CDI + 0,80%	No vencimento	-	55	54	-
Cédula de Produto Rural - CPR	nov-25	dez-33	--	Aval Dexco	100% CDI	No vencimento	3	1.275	-	-
Nota Comercial	dez-25	mar-26	--	--	CDI + 0,40%	No vencimento	101	-	-	-
Total controladas							471	5.157	780	3.532
Total moeda nacional							519	5.888	816	4.263
Controladas										
Moeda estrangeira										
Leasing	set-22	nov-27	--	Nota promissória	IBR + 2%	Anual	-	-	-	1
Resolução nº 4.131 (com swap)	jan-22	jan-27	Dívida líquida / EBITDA(*) ≤ a 4,0	--	US\$ + 2,26% até 4,65%	No vencimento	5	413	475	898
Nota de crédito exportação (com swap)	mai-23	mai-27	--	--	US\$ + 5,98%	No vencimento	-	-	2	185
Total moeda estrangeira							5	413	477	1.084
Total Consolidado							524	6.301	1.293	5.347

(*) EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) lucro antes dos juros e impostos (sobre o lucro) depreciação e amortização.

18.2.1. Movimentação

	Nota	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2023		-	5.748
Captações		731	1.144
Juros e atualização monetária		78	1.022
Variação no valor justo		-	(355)
Amortização de principal		-	(393)
Pagamentos de juros e atualização monetária		(42)	(535)
Apropriação de custo de transação		-	9
Saldo em 31/12/2024		767	6.640
Captações	18.2.1.1	-	1.982
Custo de transação		-	(39)
Juros e atualização monetária		119	507
Variação no valor justo		-	60
Amortização de principal		-	(1.784)
Pagamentos de juros e atualização monetária		(107)	(591)
Apropriação de custo de transação		-	50
Saldo em 31/12/2025		779	6.825
Circulante		48	524
Não circulante		731	6.301

18.2.1.1. Novos empréstimos

Durante o exercício de 2025, a controlada Dexco e sua controlada Duratex Florestal realizaram as seguintes captações de empréstimos:

(a) Dexco

R\$500 – FINEX (Resolução nº 4.131)

(b) Duratex Florestal

R\$1.307 – Cédulas de Produto Rural (CPR)

R\$175 – Notas Comerciais

18.2.2. Prazo de vencimento

	Controladora	Consolidado		
	Moeda nacional	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
Não circulante				
2027	-	725	413	1.138
2028	-	444	-	444
2029	244	434	-	434
2030	122	950	-	950
2031 em diante	365	3.335	-	3.335
Total	731	5.888	413	6.301

18.3. Debêntures

Modalidade	Emissor	Data da contratação	Vencimento	Valor da captação (R\$ milhões)	Indicador financeiro	Encargos (% a.a.)	Amortização	31/12/2025		31/12/2024	
								Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Controladora											
4ª emissão	ITAÚSA	Jun/21	Jun/31	1.250	-	CDI + 2,00%	Juros semestrais e principal em 3 parcelas anuais e sucessivas (2029 a 2031)	-	-	7	1.250
6ª emissão	ITAÚSA	Dez/23	Dez/31	1.250	-	CDI + 1,37%	Juros anuais e principal em 3 parcelas anuais e sucessivas (2029 a 2031)	-	-	7	1.250
7ª emissão	ITAÚSA	Jul/24	Jul/34	1.300	-	CDI + 0,88%	Juros anuais e principal em 3 parcelas anuais e sucessivas (2032 a 2034)	87	1.300	60	1.300
8ª emissão	ITAÚSA	Ago/25	Set/35	1.000	-	CDI + 0,60%	Juros anuais e principal em 4 parcelas anuais e sucessivas (2032 a 2035)	45	1.000	-	-
Custos de transação	ITAÚSA	-	-	(9)	-	-	Mensal	(1)	(7)	(1)	(8)
Total Controladora								131	2.293	73	3.792
Consolidado											
2ª emissão	Dexco	Mai/19	Mai/26	1.200	Dívida líquida / EBITDA ≤ 4,0	108,0% do CDI	Juros semestrais e principal em 2 parcelas anuais (2024 e 2026)	-	-	8	600
3ª emissão	Dexco	Out/25	Out/31	1.500	-	0,53% do CDI	Juros semestrais e principal em 2 parcelas anuais (2030 e 2031)	40	1.500	-	-
Custos de transação	Dexco	-	-	-	-	-	Mensal	(1)	(3)	(1)	-
Total Consolidado								170	3.790	80	4.392

18.3.1. Movimentação

	Nota	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2023		3.808	5.024
Captações	18.3.1.2	1.300	1.300
Custo de transação		(5)	(5)
Juros e atualização monetária		566	661
Apropriação do custo de transação		7	7
Amortização de principal	18.3.1.1	(1.300)	(1.900)
Pagamentos de juros e atualização monetária		(511)	(615)
Saldo em 31/12/2024		3.865	4.472
Captações	18.3.1.2	1.000	2.500
Custo de transação		(5)	(7)
Juros e atualização monetária		530	654
Apropriação do custo de transação		5	5
Amortização de principal	18.3.1.1	(2.500)	(3.100)
Pagamentos de juros e atualização monetária		(471)	(564)
Saldo em 31/12/2025		2.424	3.960
Circulante		131	170
Não circulante		2.293	3.790

18.3.1.1. Resgates antecipados de debêntures

Os resgates antecipados fazem parte da estratégia de gestão de passivos da ITAÚSA para reduzir o custo com despesas financeiras e alongar o prazo médio de vencimento da dívida.

2024

Em dezembro de 2024 a ITAÚSA realizou o resgate antecipado da totalidade da 3ª emissão de debêntures, no montante de R\$ 1.300, cujo prêmio de resgate foi de R\$29.

2025**(a) ITAÚSA**

Em julho de 2025 a ITAÚSA realizou o resgate antecipado da totalidade das debêntures da 2ª série da 4ª emissão, no valor de R\$1.250, cujo prêmio de resgate foi de R\$25. Para o resgate, foram utilizados, substancialmente, os recursos obtidos no aumento de capital concluído em maio deste ano (Nota 20.1).

Em setembro de 2025 a ITAÚSA realizou o resgate antecipado da totalidade da 6ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 1.250, cujo prêmio de resgate foi de R\$22.

(b) Dexco

Em outubro de 2025, a controlada Dexco realizou o resgate antecipado da totalidade da 2ª emissão de debêntures, no valor de R\$600.

18.3.1.2. Emissão de debêntures**2024**

Em julho de 2024 a ITAÚSA realizou a 7ª emissão de debêntures não conversíveis em ações, em série única, no montante de R\$1.300. Os recursos captados foram integralmente utilizados para realizar o resgate antecipado facultativo da 3ª emissão de debêntures, realizado em dezembro de 2024, após a liberação do período de *lock-up* (Nota 18.2.1.1).

2025**(a) ITAÚSA**

Em agosto de 2025 a ITAÚSA realizou a 8ª emissão de debêntures não conversíveis em ações, em série única, no montante de R\$1.000. Os recursos captados foram integralmente utilizados para realizar o resgate antecipado facultativo da 6ª emissão de debêntures (Nota 18.2.1.1).

(b) Dexco

Em outubro de 2025, a controlada Dexco realizou a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no montante de R\$1.500. A emissão teve por objetivo otimizar o perfil de endividamento, reduzir os custos financeiros e propiciar geração de valor para seus acionistas.

18.3.2. Prazo de vencimento

	Controladora	Consolidado
Não circulante		
2030	-	750
2031	-	750
2032 - 2035	2.300	2.300
Custos de transação	(7)	(10)
Total	2.293	3.790

19. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E GARANTIAS

Política Contábil

- Provisões**

São reconhecidas quando existe uma obrigação presente, originada de evento passado, cujo desembolso de recursos para liquidar a obrigação é considerado provável e é possível estimar com confiabilidade o valor da obrigação. As obrigações legais, independente da avaliação da probabilidade de perda, são provisionadas.

A avaliação da probabilidade de perda, por parte dos consultores jurídicos inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico.

As atualizações das provisões e dos depósitos judiciais em garantia são reconhecidas no Resultado financeiro.

- Passivos contingentes**

Não são provisionados, aqueles avaliados como risco de perda possível ou remoto, sendo divulgados em nota explicativa somente os valores classificados como possível.

- Ativos contingentes**

São divulgados quando os benefícios econômicos vinculados são prováveis e somente são reconhecidos no período em que a sua realização é praticamente certa.

19.1. Provisões e Garantias

A ITAÚSA e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível, tributária e previdenciária, decorrentes do curso normal de seus negócios.

A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que as provisões constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais e administrativos.

No curso dos processos, a ITAÚSA e suas controladas utilizam algumas modalidades de garantias, entre elas depósitos judiciais, seguro garantia e fiança bancária, com a finalidade de seguir com as discussões.

19.1.1. Provisões

19.1.1.1. Composição

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Provisões vinculadas a processos administrativos e judiciais	19.1.1.2	2.129	1.999	2.395	2.317
Outras provisões		-	-	4	3
Total		2.129	1.999	2.399	2.320

19.1.1.2. Provisões vinculadas a processos administrativos e judiciais

	Controladora	Consolidado			
	Tributários	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2023	1.922	2.121	134	83	2.338
Provisões					
Constituição	13	30	26	17	73
Atualização monetária	90	103	10	2	115
Reversão	-	(36)	(20)	(3)	(59)
Pagamentos	-	(1)	(26)	(3)	(30)
Conversão em Renda	-	(10)	-	-	(10)
Combinação de negócios	-	(57)	-	5	(52)
Subtotal	2.025	2.150	124	101	2.375
(-) Depósitos judiciais ^(*)	(26)	(47)	(11)	-	(58)
Saldo em 31/12/2024 líquido de Depósitos Judiciais	1.999	2.103	113	101	2.317

	Controladora	Consolidado			
	Tributários	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2024	2.025	2.150	124	101	2.375
Provisões					
Constituição	22	27	46	13	86
Atualização monetária	108	118	11	1	130
Reversão	-	(27)	(46)	(20)	(93)
Pagamentos	-	-	(38)	(3)	(41)
Conversão em Renda	(21)	(23)	-	-	(23)
Combinação de negócios	-	2	(1)	(9)	(8)
Subtotal	2.134	2.247	96	83	2.426
(-) Depósitos judiciais ^(*)	(5)	(27)	(4)	-	(31)
Saldo em 31/12/2025 líquido de Depósitos Judiciais	2.129	2.220	92	83	2.395

(*) Correspondem aos depósitos vinculados às referidas provisões. Os depósitos relativos aos processos não provisionados, avaliados como possíveis ou remotos, estão apresentados no Balanço Patrimonial na rubrica "Depósitos judiciais".

(a) Tributários

As provisões equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões administrativas ou judiciais, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos.

(b) Trabalhistas

Referem-se a processos que discutem, de forma substancial, pretensos direitos trabalhistas relativos a horas extras, doença ocupacional, equiparação salarial e responsabilidade subsidiária.

(c) Cíveis

Referem-se, principalmente, a ações por danos morais e materiais.

19.1.1.3. Principais processos

Tributários	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
PIS/COFINS - Mandado de Segurança ajuizado pela ITAÚSA no qual discutia a inconstitucionalidade e ilegalidade da inclusão das "holdings puras" no regime não cumulativo. A diferença contestada (período de 04/2011 a 10/2017), foi cobrada em Execução Fiscal, garantida por meio de seguro garantia. A discussão nesse processo encerrou de forma desfavorável em abril de 2022. Nos autos da Execução Fiscal foi proferida sentença desfavorável em 06/2024, a qual foi objeto de recurso de apelação e aguarda o julgamento pelo TRF da 3ª Região.	2.116	1.987
PIS/COFINS – Discussões via processo judicial (exercício 2011) e processo administrativo (exercício 2017), para anular as autuações com exigência de PIS/COFINS sobre as vendas de florestas, na controlada Dexco.	26	24
IR/CS – Auto de infração lavrado para anular crédito tributário decorrente da desconsideração da dedutibilidade sobre a base do IR/CS realizada no ano de 2017, decorrente do pagamento de multas e encargos de débitos da atual Dexco Revestimentos, reconhecidos e provisionados contabilmente no ano de 2016 e quitados em parcelamentos especiais no ano de 2017, na controlada Dexco.	24	22

19.1.2. Garantias

(a) Depósitos Judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Tributários	36	55	177	208
Trabalhistas	-	-	10	18
Cíveis	-	-	3	3
(-) Depósitos judiciais vinculados	(5)	(26)	(31)	(58)
Total líquido ^(*)	31	29	159	171

(*) Corresponde aos valores depositados pela Itaúsa e suas controladas, os quais, de acordo com a análise dos consultores jurídicos, foram classificados como perda possível e remota, não havendo, assim, a respectiva provisão.

(b) Demais garantias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Tributários	4.420	4.521	4.553	4.635
Trabalhistas	-	-	78	81
Cíveis	-	-	2	2
Total - processos com garantia^(*)	4.420	4.521	4.633	4.718

(*) Outras garantias contratadas, para alguns processos judiciais, como seguro garantia e fiança bancária.

19.2. Passivos contingentes

A ITAÚSA e suas controladas possuem processos em discussão de natureza tributária, trabalhista e cível, avaliados pelos consultores jurídicos com risco de perda possível, que não requerem a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Tributários	19.2.1	318	247	1.007	1.022
Trabalhistas		-	-	44	13
Cíveis		-	-	56	120
Total		318	247	1.107	1.155

19.2.1. Tributários

Abaixo destacamos as principais discussões referentes aos passivos contingentes:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ/CSLL: Discussões judiciais sobre autuações pelo não oferecimento à tributação de suposto ganho de capital (reserva de reavaliação), nas operações societárias de cisão parcial, com incorporação de ativos (terras e florestas), avaliados a valor contábil, contabilizadas em 2006 e 2009. A redução do valor em junho/2025 refere-se à multa de R\$154 em decorrência da reclassificação para perda remota face não exigência da multa para os casos julgados no CARF pelo voto de qualidade, na controlada Dexco.	220	359
IRRF, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS (indeferimento de pedido de compensação): Casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza de créditos gerados na apuração desses tributos e utilizados em pedidos de compensação não homologadas ^(*) .	352	349
IRPJ E CSLL (dedutibilidade de despesa de juros sobre o capital próprio): Auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil para exigência de IRPJ, CSLL e multas, em decorrência da glosa de despesas incorridas com o pagamento de juros sobre o capital próprio apurados no ano de 2021.	86	-
PIS/COFINS (glosa de créditos): Discussão sobre restrição do direito ao crédito de certos insumos relacionados a estas contribuições, na controlada Itaútec.	63	60
ICMS (glosa de créditos): Glosa de crédito sobre partes e peças, materiais intermediários e materiais de embalagens, na controlada Dexco.	62	-
ICMS: Discussões judiciais e administrativas envolvendo a glosa de crédito, recolhimento e multa relativos ao ICMS, na controlada Dexco.	47	110
PIS/COFINS: Não tributação sobre atualização monetária sobre verba indenizatória; glosa de crédito de insumos (gases) e; crédito extemporâneo (fretados - Covid 19), na controlada Dexco.	27	-
ICMS: Multa por escrituração fiscal de crédito de ICMS registrado na operação societária de cisão pela Ideal Standard, no processo de aquisição da unidade de louças queimados, na controlada Dexco.	23	-

(*) Na ITAÚSA, corresponde a R\$232 (R\$233 em 31 de dezembro de 2024).

19.3. Ativos contingentes

A ITAÚSA e suas controladas estão discutindo judicialmente o ressarcimento de tributos e contribuições, bem como são parte em processos cíveis, nos quais possuem direitos ou expectativas de direitos a receber.

O quadro abaixo apresenta os principais processos que, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos, têm probabilidade de êxito considerada provável. Por serem ativos contingentes, os valores respectivos a esses processos e a contabilização ocorrerão na forma e proporção da decisão judicial favorável, quando esta se der de forma definitiva. Desta forma, estes processos não estão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Tributários e Cíveis		
Crédito prêmio de IPI (1980 a 1985)	-	115
INSS - Contribuições previdenciárias	69	38
PIS e COFINS	12	11
Lucro no Exterior (levantamento de depósito)	10	14
Correção monetária de créditos com a Eletrobras	9	10
Cobrança / execução de títulos extrajudiciais	2	2
Outros	24	15
Total	126	205

19.3.1. Bônus do Tesouro Nacional – (“BTN”)

No exercício de 2020, a ITAÚSA e a controlada Itaútec obtiveram decisão judicial definitiva em processo ajuizado que visava o reconhecimento de crédito decorrente da incorreta atualização monetária aplicada pelo Governo quando do resgate do BTN, adquirido no âmbito da Lei nº 7.777/89, que previa a correção pelo Índice de Preço ao Consumidor - IPC ou por variação cambial, à escolha do autor. Contudo, por ocasião do resgate, o indexador do BTN foi alterado para o Índice de Reajuste de Valores Fiscais - IRVF e variação cambial do dólar americano, em razão da superveniência do Plano Collor e da Lei nº 8.088/1990, resultando em redução do valor resgatado. O valor do crédito é discutido em execução de sentença que, após o trânsito em julgado, será pago mediante expedição de precatório judicial.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

20.1. Capital social

O Capital social em 31 de dezembro de 2025 é de R\$83.689 (R\$80.189 em 31 de dezembro de 2024), sendo composto por ações escriturais e sem valor nominal.

Em 10 de fevereiro de 2025, o Conselho de Administração deliberou elevar o Capital social em R\$1.000 mediante emissão de 149.253.731 de ações escriturais, sem valor nominal, sendo 51.305.206 ordinárias e 97.948.525 preferenciais, para subscrição particular ao preço unitário de R\$6,70. Do total, foram integralizados R\$523 mediante compensação de crédito de dividendo e R\$477 em dinheiro com obtenção de ágio na emissão das ações de R\$6. A homologação do aumento foi realizada em 26 de maio de 2025.

Adicionalmente, em 15 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração deliberou elevar o Capital social em R\$2.500 mediante capitalização de reservas de lucros com bonificação de ações, na proporção de 2 ações novas para cada 100 ações da mesma espécie, atribuídas gratuitamente aos acionistas. Como resultado da bonificação, foram emitidas 75.561.451 ações ordinárias e 144.314.761 ações preferenciais.

A composição do Capital social está apresentada conforme a seguir:

	31/12/2025					
	Ordinária	%	Preferencial	%	Total	%
Grupo controlador (família Egydio de Souza Aranha)	2.453.270.164	63,66	1.317.119.832	17,90	3.770.389.996	33,62
Demais acionistas	1.400.363.848	36,34	6.040.592.690	82,07	7.440.956.538	66,36
Ações em tesouraria	-	-	2.340.311	0,03	2.340.311	0,02
Total	3.853.634.012	100,00	7.360.052.833	100,00	11.213.686.845	100,00
Residente no país	3.852.088.647	99,96	4.526.477.847	61,50	8.378.566.494	74,72
Residente no exterior	1.545.365	0,04	2.833.574.986	38,50	2.835.120.351	25,28

	31/12/2024					
	Ordinária	%	Preferencial	%	Total	%
Grupo controlador (família Egydio de Souza Aranha)	2.367.061.654	63,52	1.270.968.273	17,86	3.638.029.927	33,55
Demais acionistas	1.359.705.701	36,48	5.843.930.822	82,10	7.203.636.523	66,42
Ações em tesouraria	-	-	2.890.452	0,04	2.890.452	0,03
Total	3.726.767.355	100,00	7.117.789.547	100,00	10.844.556.902	100,00
Residente no país	3.725.718.191	99,97	4.542.151.940	63,81	8.267.870.131	76,24
Residente no exterior	1.049.164	0,03	2.575.637.607	36,19	2.576.686.771	23,76

As ações preferenciais não possuem direito a voto, contudo, apresentam as seguintes vantagens aos seus detentores:

- Prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual de R\$0,01 por ação, não cumulativo, assegurado dividendo, pelo menos, igual ao das ações ordinárias; e
- Direito de, em eventual alienação de controle, ser incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle.

O Capital social, por deliberação do Conselho de Administração, poderá ser aumentado até o limite de 13.500.000.000 de ações, sendo até 4.500.000.000 em ações ordinárias e 9.000.000.000 em ações preferenciais.

20.2. Reservas de capital

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Planos de outorga e opções de ações	845	769
Ágio na emissão de ações	10	4
Incentivos fiscais	2	2
Reserva de reavaliação	6	6
Outras	(104)	(81)
Total	759	700

20.3. Reservas de lucros

		Controladora							Total
		Reserva legal (a)	Reservas estatutárias				Reservas reflexas (c)	Dividendos/ JCP propostos (d)	
			Equalização de dividendos	Reforço do capital de giro	Aumento de capital de empresas participadas	Reserva estatutária de lucros (b)			
	Nota								
Saldo em 31/12/2023		4.582	5.498	2.118	3.165	-	(7.874)	5.093	12.582
Constituição		739	1.852	741	1.111	-	-	-	4.443
Capitalização de reservas (Bonificação de ações)		(4.582)	(1.233)	(475)	(710)	-	-	-	(7.000)
Dividendos e JCP		-	-	-	-	-	-	(5.093)	(5.093)
Dividendos e JCP propostos		-	-	-	-	-	-	6.206	6.206
Dividendos e JCP prescritos		-	2	-	-	-	-	-	2
Equivalência patrimonial reflexa		-	-	-	-	-	(195)	-	(195)
Saldo em 31/12/2024		739	6.119	2.384	3.566	-	(8.069)	6.206	10.945
Transferência entre reservas	20.3.1	-	(6.119)	(2.384)	(3.566)	12.069	-	-	-
Constituição		824	-	-	-	3.217	-	-	4.041
Capitalização de reservas (Bonificação de ações)	20.1	(739)	-	-	-	(1.761)	-	-	(2.500)
Cancelamento de ações em tesouraria - reflexo investidas	20.3.2	-	-	-	-	(1.125)	-	-	(1.125)
Ganho na variação de participação societária nas investidas	20.3.2	-	-	-	-	711	-	-	711
Dividendos e JCP		-	-	-	-	-	-	(6.206)	(6.206)
Dividendos e JCP prescritos		-	-	-	-	3	-	-	3
Equivalência patrimonial reflexa		-	-	-	-	66	(72)	-	(6)
Saldo em 31/12/2025		824	-	-	-	13.180	(8.141)	-	5.863

(a) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido, apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do Capital social.

(b) Reserva estatutária de lucros

Tem por finalidade equalizar o fluxo de dividendos e/ou JCP aos acionistas e eventuais antecipações do dividendo referente ao exercício em curso, reforçar o capital de giro e realizar investimentos nos negócios da Companhia ou de suas sociedades investidas, inclusive por meio de aporte de capital, bem como utilizá-la em operações de resgate, reembolso ou aquisição de próprias ações e na incorporação ao Capital social.

O saldo dessa reserva, somado ao da Reserva legal, não poderá exceder o Capital social, devendo eventual excesso ser destinado à capitalização ou à distribuição de proventos aos acionistas.

(c) Reservas reflexas

Corresponde ao efeito reflexo na ITAÚSA das movimentações das reservas de lucro das coligadas, controladas e controladas em conjunto.

(d) Dividendos propostos

Referem-se aos Dividendos e JCP do exercício, deliberados pelo Conselho de Administração no exercício seguinte ao das Demonstrações Contábeis.

20.3.1. Reserva estatutária de lucros

Em 30 de abril de 2025, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária aprovou a consolidação das Reservas estatutárias em uma única reserva, denominada Reserva estatutária de lucros. Os saldos das Reservas estatutárias anteriores foram transferidos para a nova reserva.

20.3.2. Cancelamento de ações em controlada em conjunto

Em 27 de novembro de 2025, o Conselho de Administração da controlada em conjunto Itaú Unibanco aprovou o cancelamento de 78.850.638 ações preferenciais mantidas em tesouraria no montante de R\$3.000, sem alteração do Capital social, e mediante capitalização de valores registrados nas reservas de lucros. O reflexo na ITAÚSA foi reconhecido por equivalência patrimonial no montante de R\$414.

20.4. Ajuste de avaliação patrimonial

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Benefício pós emprego	(739)	(734)
Valor justo de ativos financeiros	(742)	(1.104)
Variação cambial de investimentos no exterior	3.085	4.303
Hedge	(3.399)	(3.737)
Contratos de seguro	262	(89)
Total	(1.533)	(1.361)

O saldo refere-se, substancialmente, à equivalência patrimonial sobre os ajustes de avaliação patrimonial das controladas, controladas em conjunto e coligadas.

20.5. Ações em tesouraria

As ações em tesouraria serão utilizadas no âmbito do Plano de Incentivos a Longo Prazo (Plano ILP).

	Controladora	
	Quantidade de ações	Valor
	Preferenciais	
Saldo em 31/12/2023	-	-
Aquisição de ações	3.000.000	(33)
Entrega de ações - Plano ILP	(247.188)	3
Bonificação de ações	137.640	-
Saldo em 31/12/2024	2.890.452	(30)
Entrega de ações - Plano ILP	(596.029)	7
Bonificação de ações	45.888	-
Saldo em 31/12/2025	2.340.311	(23)

20.6. Destinação do resultado e Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar

20.6.1. Destinação do resultado

	Controladora	
	2025	2024
Lucro líquido	16.487	14.778
(-) Reserva legal	(824)	(739)
Base de cálculo para Dividendos/JCP	15.663	14.039
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	3.916	3.510
Destinação:		
Distribuição aos acionistas		
Dividendos	8.522	-
JCP	3.924	4.129
JCP propostos	-	6.206
Total de distribuição aos acionistas	12.446	10.335
Reservas de lucros	3.217	3.704
Total	15.663	14.039
% bruto pertencente aos acionistas	79,46%	73,61%

As ações de ambas as espécies participam dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias, dividendo igual ao mínimo prioritário anual de R\$0,01 por ação a ser pago às ações preferenciais.

O valor por ação dos dividendos e juros sobre capital próprio, para o exercício de 2025, está apresentado a seguir:

	Data do pagamento (realizado ou previsto)	Valor por ação		Montante distribuído	
		Bruto	Líquido	Bruto	Líquido
Deliberados					
JCP	01/04/2025	0,02353	0,02000	256	217
JCP	01/07/2025	0,02353	0,02000	258	220
JCP	01/10/2025	0,02353	0,02000	258	220
JCP	29/08/2025	0,05910	0,05023	650	552
JCP	29/08/2025	0,18590	0,15802	2.043	1.737
Dividendos	19/12/2025	0,77536	0,77536	8.522	8.522
JCP	02/01/2026	0,02353	0,02000	259	220
JCP	06/03/2026	0,01820	0,01547	200	170
		1,13268	1,07908	12.446	11.858

20.6.2. Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar

Política Contábil

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano, ajustados na forma prevista no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, podendo ser imputado ao mínimo obrigatório a modalidade JCP. Adicionalmente, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos e JCP adicionais ao mínimo obrigatório.

Os dividendos e o JCP são reconhecidos como passivo quando da sua deliberação em contrapartida do patrimônio líquido.

20.6.2.1. Movimentação

	Controladora			Consolidado		
	Dividendos	JCP	Total	Dividendos	JCP	Total
Saldo em 31/12/2023	2	1.071	1.073	28	1.190	1.218
Dividendos e JCP de exercícios anteriores	3.104	1.989	5.093	3.120	1.989	5.109
Dividendos e JCP deliberados	-	3.103	3.103	-	3.130	3.130
Provisão de JCP	-	570	570	-	570	570
Dividendos e JCP prescritos	-	(2)	(2)	-	(2)	(2)
Pagamentos	(3.102)	(4.937)	(8.039)	(3.141)	(5.055)	(8.196)
Saldo em 31/12/2024	4	1.794	1.798	7	1.822	1.829
Dividendos e JCP de exercícios anteriores	5.425	622	6.047	5.427	622	6.049
Chamada de capital	(523)	-	(523)	(523)	-	(523)
Dividendos e JCP deliberados	8.522	3.468	11.990	8.581	3.468	12.049
Dividendos e JCP prescritos	-	(3)	(3)	-	(3)	(3)
Pagamentos	(13.412)	(5.462)	(18.874)	(13.418)	(5.488)	(18.906)
Saldo em 31/12/2025	16	419	435	74	421	495

21. RECEITA LÍQUIDA

Política Contábil

Compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades e estão apresentadas líquidas dos impostos, devoluções, descontos, bonificações e abatimentos concedidos e não possuem componente de financiamento significativo.

São reconhecidas no resultado quando todas as obrigações de desempenho são satisfeitas, ou seja, quando da entrega dos produtos, bem como pela transferência dos riscos e benefícios ao comprador.

21.1. Composição

	Consolidado	
	2025	2024
Receita de venda de produtos e serviços		
Mercado interno	8.785	8.828
Mercado externo	1.691	1.590
	10.476	10.418
Deduções da receita		
Tributos sobre as vendas	(1.932)	(1.899)
Devoluções e abatimentos	(295)	(284)
	(2.227)	(2.183)
Total	8.249	8.235

22. RESULTADO POR NATUREZA

	Nota	Controladora		Consolidado							
		Despesas gerais e administrativas		Custos dos produtos e serviços		Despesas com vendas		Despesas gerais e administrativas		Total	
		2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Varição nos estoques de produtos acabados e em elaboração		-	-	3.822	3.774	-	-	-	-	3.822	3.774
Varição no valor justo dos ativos biológicos	12	-	-	329	520	-	-	-	-	329	520
Matérias primas e materiais de consumo		-	-	(7.090)	(6.936)	-	-	-	-	(7.090)	(6.936)
Remuneração e encargos com pessoal		(112)	(99)	(1.133)	(1.061)	(196)	(188)	(305)	(312)	(1.634)	(1.561)
Depreciação, amortização e exaustão		(8)	(10)	(1.204)	(1.160)	(6)	(4)	(43)	(43)	(1.253)	(1.207)
Serviços de terceiros		(32)	(39)	-	-	(22)	(32)	(133)	(112)	(155)	(144)
Despesas de publicidade		(13)	(8)	-	-	(190)	(187)	(15)	(9)	(205)	(196)
Despesas de transporte		-	-	(24)	(30)	(608)	(670)	-	-	(632)	(700)
Comissões		-	-	-	-	(73)	(59)	-	-	(73)	(59)
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa		-	-	-	-	(20)	(14)	-	-	(20)	(14)
Seguros		(10)	(14)	(19)	(18)	-	-	(11)	(16)	(30)	(34)
Outras despesas		(10)	(8)	(920)	(872)	(74)	(71)	(49)	(50)	(1.043)	(993)
Total		(185)	(178)	(6.239)	(5.783)	(1.189)	(1.225)	(556)	(542)	(7.984)	(7.550)

23. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Dividendos e Juros sobre capital próprio	6.1	329	271	329	271
Resultado da venda de imobilizados ⁽¹⁾		-	-	115	-
Exclusão do ICMS na base do PIS/COFINS		-	-	56	-
Recuperação de Tributos		31	-	31	-
Reversão (Perda) no valor recuperável		20	(29)	22	(29)
Créditos operacionais com fornecedores		-	-	10	8
Receita de aluguéis		7	7	7	7
Créditos com a Eletrobrás		-	-	5	60
Crédito com precatórios		-	-	-	58
Reversão de provisão - Aquisição de empresas		-	-	-	29
Reversão (Perda) no valor recuperável - Imobilizado	16.2.3	-	-	(125)	5
Doações Instituto Itaúsa		(50)	(51)	(50)	(51)
Resultado de processos		(19)	(17)	(44)	(23)
Earn-out e outros acordos		(20)	(46)	(20)	(46)
PIS/COFINS sobre outras receitas		(1)	(3)	(13)	(20)
Resultado na venda de investimentos		(6)	-	(8)	51
Benefícios a empregados		-	-	(6)	(22)
Amortização carteira de clientes		-	-	(4)	(19)
Outros		(5)	-	41	55
Total		286	132	346	334

⁽¹⁾ Refere-se, em sua totalidade, a controlada Dexco e corresponde a venda de imóvel na Colômbia (R\$40) e venda de fazenda (R\$75).

24. RESULTADO FINANCEIRO

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras					
Rendimentos de aplicações financeiras		441	433	647	692
Variação cambial ativa		-	-	31	92
Juros e descontos obtidos		-	-	12	10
Atualização de depósitos judiciais		6	3	12	17
Outras atualizações monetárias		45	23	124	129
Atualizações - Créditos de PIS e COFINS		-	-	84	29
Outras receitas financeiras		-	-	2	11
Total Receitas financeiras		492	459	912	980
Despesas financeiras					
Encargos de dívida		(654)	(651)	(1.483)	(1.364)
Variação no valor justo de títulos e valores mobiliários		(31)	(129)	(31)	(129)
PIS/COFINS sobre receita financeira	24.1	(598)	(449)	(623)	(475)
Juros de passivo de arrendamento		-	-	(9)	(9)
Variação cambial passiva		-	-	(199)	(136)
Atualização de provisões com processos		(108)	(86)	(109)	(88)
Outras atualizações monetárias		(14)	(3)	(25)	(40)
Operações com derivativos		-	-	(80)	(51)
Outras despesas financeiras		-	(2)	(83)	(51)
Total Despesas financeiras		(1.405)	(1.320)	(2.642)	(2.343)
Total Resultado financeiro		(913)	(861)	(1.730)	(1.363)

24.1. PIS/COFINS sobre Receitas financeiras

Referem-se, substancialmente, ao PIS/COFINS incidentes sobre a receita com JCP.

25. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Numerador		
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores		
Preferenciais	10.820	9.699
Ordinárias	5.667	5.079
	16.487	14.778
Denominador		
Média ponderada das ações em circulação		
Preferenciais	7.324.909.587	7.260.487.031
Ordinárias	3.836.532.277	3.802.328.806
	11.161.441.864	11.062.815.837
Lucro líquido por ação - Básico e Diluído (Em Reais)		
Preferenciais	1,47714	1,33583
Ordinárias	1,47714	1,33583

26. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Política Contábil

- **Planos de benefício definido**

O valor presente é apurado com base em avaliação atuarial, elaborada anualmente por atuários independentes, com base no Método do Crédito Unitário Projetado.

As obrigações são reconhecidas se o valor presente da obrigação for maior que o valor justo dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de alterações nas premissas atuariais são reconhecidos no Patrimônio líquido na rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial”. Os custos com serviços passados e os juros sobre o déficit/superávit atuarial são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrem.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, em contrapartida do resultado, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano, conforme legislação vigente e regulamento do plano.

A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano é paritária entre as patrocinadoras e os participantes.

- **Plano de contribuição definida**

As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que essas contribuições levarem a uma redução efetiva dos pagamentos futuros.

- **Plano de Incentivo de Longo Prazo – ILP**

O plano de outorga de ações é mensurado pelo valor justo na data da outorga sendo a despesa reconhecida no resultado em contrapartida do patrimônio líquido.

26.1. Planos de previdência privada

A ITAÚSA e suas controladas no Brasil fazem parte do grupo de patrocinadoras da Fundação Itaúsa Industrial (“Fundação”), entidade sem fins lucrativos, que tem como finalidade operar planos privados de concessão de benefícios de pecúlios ou de renda complementares ou assemelhados aos da Previdência Social, sendo regulada pelos órgãos competentes.

A Fundação administra o Plano de Contribuição Definida – PAI – CD (“Plano PAI-CD”) e o Plano de Benefícios Definido - BD (“Plano BD”), sendo que os colaboradores contam com a opção de participar voluntariamente do Plano PAI-CD.

26.1.1. Plano de Contribuição Definida – Plano PAI-CD

Este plano é oferecido a todos os colaboradores das patrocinadoras e contava em 31 de dezembro de 2025 com 5.793 participantes (5.801 em 31 de dezembro de 2024).

No Plano PAI-CD não há risco atuarial para as patrocinadoras, ou seja, não há obrigação adicional de pagamento depois que as contribuições são efetuadas. O regulamento vigente prevê a contribuição das patrocinadoras com percentual entre 50% e 100% do montante aportado pelos funcionários.

Devido a posição superavitária do plano, demonstrada no item (a) abaixo, a ITAÚSA e suas controladas não realizaram contribuições nos exercícios de 2025 e 2024.

(a) Fundo Previdencial

Corresponde às contribuições das patrocinadoras que permaneceram no plano em decorrência dos participantes terem optado pelo resgate ou pela aposentadoria antecipada, sendo utilizado para compensação das contribuições futuras, conforme previsto no regulamento do Plano PAI-CD.

O valor presente das contribuições normais futuras, utilizando-se o percentual médio de contribuição normal das patrocinadoras, foi calculado pelos atuários independentes e está apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Valor presente das obrigações	(178)	(155)	(2.373)	(2.167)
Valor justo dos ativos	193	171	3.818	3.497
Restrição no reconhecimento do ativo (i)	-	-	(1.342)	(1.224)
Ativo reconhecido (Não circulante)	15	16	103	106

(i) Do montante de R\$1.342, R\$1.271 correspondem ao direito econômico da controlada Itaútec sobre o Fundo Previdencial administrado pela Fundação. Em novembro de 2023, a Itaútec comunicou à Fundação sua decisão de rescindir o convênio de adesão e solicitar a retirada de patrocínio do Plano PAI-CD, incluindo o recebimento do saldo do Fundo Previdencial. A Fundação protocolou o pedido da Itaútec junto à PREVIC e, atualmente, aguarda análise por parte do órgão.

A variação do saldo a receber é registrada no resultado em contrapartida da rubrica “Outras receitas e despesas”.

26.1.2. Plano de Benefício Definido – Plano BD

É um plano que tem como finalidade básica a concessão de benefícios que, sob a forma de renda mensal vitalícia, se destina a complementar, nos termos de seu regulamento, os proventos pagos pela Previdência Social. Este plano encontra-se em extinção, sendo vedado o acesso de novos participantes.

Os recursos do plano são convertidos em benefícios em caso de aposentadoria por tempo de contribuição, especial, por idade e invalidez além de prêmio por aposentadoria, renda mensal vitalícia e pecúlio por morte.

Devido a posição superavitária do plano, demonstrada no item (a) abaixo, a ITAÚSA e suas controladas não esperam realizar contribuições no exercício de 2026.

(a) Movimentação dos ativos e passivos atuariais

	Controladora							
	31/12/2025				31/12/2024			
	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição no reconhecimento do ativo	Ativo (Passivo) líquidos reconhecidos	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição no reconhecimento do ativo	Ativo (Passivo) líquidos reconhecidos
Saldo inicial	(14)	25	(11)	-	(14)	25	(11)	-
Juros	(2)	2	(1)	(1)	(2)	3	(1)	-
Retorno sobre os ativos do plano	-	-	-	-	-	(1)	-	(1)
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de premissas demográficas	(1)	-	-	(1)	(1)	-	-	(1)
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de premissas econômicas	1	-	-	1	1	-	-	1
Mudança no superávit irrecuperável	-	-	1	1	-	-	1	1
Benefícios pagos	2	(2)	-	-	2	(2)	-	-
Saldo final	(14)	25	(11)	-	(14)	25	(11)	-

	Consolidado							
	31/12/2025				31/12/2024			
	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição no reconhecimento do ativo	Ativo (Passivo) líquidos reconhecidos	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição no reconhecimento do ativo	Ativo (Passivo) líquidos reconhecidos
Saldo inicial	(124)	203	(79)	-	(134)	214	(78)	2
Juros	(12)	21	(2)	7	(12)	19	(7)	-
Retorno sobre os ativos do plano	-	(5)	-	(5)	-	(13)	-	(13)
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de premissas demográficas	(7)	-	-	(7)	(4)	-	-	(4)
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de premissas econômicas	4	-	-	4	10	-	-	10
Mudança no superávit irrecuperável	-	-	1	1	-	-	6	6
Benefícios pagos	16	(16)	-	-	16	(17)	-	(1)
Saldo final	(123)	203	(80)	-	(124)	203	(79)	-

(b) Classes de ativos

Classe de ativos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
	%	%	%	%
Renda fixa	100	100	100	100
Total	100	100	100	100

(c) Principais premissas atuariais

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Premissas econômicas		
Taxa de desconto	11,32%	10,58%
Taxa de inflação	3,50%	3,50%
Taxa de crescimento salarial	3,50%	3,50%
Crescimento dos benefícios	3,50%	3,50%
Premissas demográficas		
Tábua de mortalidade	AT-2000 (desagravada em 10%)	AT-2000 (desagravada em 10%)
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-2000 (desagravada em 10%)	RRB - 1983
Tábua de entrada em invalidez	ARRB - 1944 (desagravada em 70%)	ARRB - 1944 (desagravada em 70%)
Tábua de rotatividade	Nula	Nula
Idade de aposentadoria	Primeira idade com direito a um dos benefícios	Primeira idade com direito a um dos benefícios

(d) Análise de sensibilidade

Segue abaixo uma análise de sensibilidade considerando os efeitos decorrentes de mudanças nas principais premissas atuariais utilizadas para determinar o resultado do Plano BD:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Taxa de desconto				
+1,0%	14	14	117	117
-1,0%	16	16	130	131

(e) Análise de vencimento dos benefícios

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
2026	2	17
2027	2	16
2028	2	16
2029	2	16
2030	2	15
2031 - 2035	9	70
Total	19	150

26.2. Planos de assistência médica

A controlada Dexco oferece 2 planos de assistência médica:

- **Plano de assistência médica pós-emprego:** Planos que foram contributários, atualmente, com coparticipação aos seus colaboradores e respectivos dependentes. Em 31 de dezembro de 2025, 9 operadoras de saúde totalizavam 24.748 vidas (ativos, demitidos, aposentados e dependentes), caracterizando a obrigação de extensão de cobertura para demitidos e aposentados conforme a Lei nº 9.656/98. Em 31 de dezembro de 2024 eram 26.680 vidas.

- **Plano de assistência médica a funcionários afastados:** Plano de benefício de saúde para empregados afastados.

A controlada Dexco contratou atuários independentes para realização de avaliação atuarial dos passivos dos planos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. As hipóteses e o método atuarial utilizado para a avaliação estão em conformidade com os princípios atuariais e com o CPC 33 (R1) / IAS 19 – Benefícios a empregados.

(a) Movimentação dos passivos atuariais

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Valor presente das obrigações do plano		
Saldo inicial	32	37
Custo dos juros	4	3
Retorno/Perda sobre os ativos do plano	(1)	(4)
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de premissas econômicas	(1)	(4)
Saldo final	34	32
Reconhecidos no Resultado	3	(1)
Reconhecido em Outros resultados abrangentes	(1)	(4)

26.3. Remuneração baseada em ações

26.3.1. Plano de Incentivo de Longo Prazo (“Plano ILP”)

26.3.1.1. ITAÚSA

Em 28 de abril de 2023 foi aprovada, em Assembleia Geral, a criação de Plano ILP que tem como objetivos: (i) estimular a expansão e o êxito nos negócios da ITAÚSA; (ii) ampliar o senso de propriedade e o comprometimento dos participantes; (iii) fortalecer os incentivos para permanência e estabilidade de longo prazo dos participantes na Companhia; e (iv) atrair novos talentos.

Anualmente, para que os participantes elegíveis confirmem sua participação, está condicionada à utilização de um percentual definido do seu Incentivo de Curto Prazo (“ICP”) para aquisição de ações da ITAÚSA (“Ações Próprias”), as quais possuem um período de *lock-up* de 2 anos para serem transacionadas.

A quantidade de Ações Restritas Virtuais é definida tendo como base o volume financeiro investido por cada participante para aquisição das Ações Próprias, dividido pela média das cotações de fechamento da ação preferencial da ITAÚSA (ITSA4), dos últimos 30 pregões anteriores à data da outorga, multiplicado pelo fator multiplicador que é variável de acordo com o cargo do participante (entre 350% e 550%).

As Ações Restritas Virtuais ficarão sujeitas a um período de carência progressivo de 3 anos (“Período de Carência”), a contar da data da outorga, sendo convertidas em “Ações *Matching*”, conforme cotação de fechamento do pregão do dia da transferência, tendo como método de liquidação a entrega de instrumentos patrimoniais (ações preferenciais da ITAÚSA – “ITSA4”).

Uma vez cumpridas as condições para recebimento das Ações *Matching*, os participantes também farão jus a uma quantidade de ações correspondente ao valor dos dividendos, juros sobre capital próprio e outros proventos pagos aos acionistas durante o Período de Carência, sendo estas denominadas “Ações Proventos”.

Segue abaixo os principais montantes envolvidos:

Ano da outorga	Qtde. de Ações Restritas Virtuais ⁽¹⁾	Qtde. de Ações Proventos ⁽²⁾	Valor justo (R\$ por ação) ⁽³⁾	Período de carência (Aniversários)		
				1º	2º	3º
2023	329.370	73.322	8,99	--	--	06/2023 a 05/2026
2024	757.418	221.188	10,34	--	04/2024 a 04/2026	04/2024 a 04/2027
2025	1.299.906	224.020	9,25	04/2025 a 04/2026	04/2025 a 04/2027	04/2025 a 04/2028

⁽¹⁾ Inclui as ações bonificadas.

⁽²⁾ Valores estimados com base na projeção de deliberação de proventos no período do programa.

⁽³⁾ O valor justo por Ação Restrita Virtual foi definido com base no Preço Médio Ponderado por Volume (VWAP) da ação ITSA4, nos 30 pregões anteriores à data da outorga.

26.3.1.2. Controlada Dexco

Em 30 de abril de 2020 a controlada Dexco e suas controladas aprovaram ILP que tem por finalidade: (i) estimular o compromisso dos executivos no longo prazo, de forma a incentivar que busquem o êxito em todas as suas atividades e a consecução dos objetivos da companhia; (ii) atrair e reter os melhores profissionais oferecendo incentivos que se alinhem com o crescimento contínuo da companhia; e (iii) proporcionar, no que se refere a remuneração variável, diferencial competitivo em relação ao mercado. O ILP está subdividido da seguinte forma:

- **Performance shares:** Serão transferidas ações de emissão da controlada Dexco aos participantes em caso de atingimento da meta de *performance*, com base no planejamento estratégico da controlada Dexco, para o período de 5 anos. É elegível somente aos diretores não empregados (diretores estatutários).
- **Matching:** A controlada Dexco convidará o beneficiário a investir um percentual do seu ICP comprando ações da companhia, devendo o beneficiário permanecer com as ações durante o período abrangido pelo programa. Ao completar 4 anos, a controlada Dexco procederá a transferência de adicional correspondente a 50% das ações adquiridas pelo beneficiário e, ao completar 5 anos, a Dexco concluirá a integralidade do aporte dos 50% restantes, completando 100% do *matching*. É elegível somente aos diretores não empregados (diretores estatutários).
- **Ações restritas:** Serão transferidas ações da controlada Dexco aos seus colaboradores, sem custo, desde que, no período de um ano, os mesmos tenham atingido desempenho diferenciado e garantido alto impacto para o negócio da companhia. Serão elegíveis ao programa os colaboradores admitidos sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. As ações serão transferidas após o prazo de 3 anos da sua concessão.

26.3.1.3. Valores reconhecidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Obrigações com pessoal - Encargos (Circulante)	3	1	3	1
Obrigações com pessoal - Encargos (Não circulante)	2	-	8	5
Remuneração e encargos com pessoal (Resultado)	17	4	31	15

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo do ILP na ITAÚSA na rubrica “Reservas de capital” no Patrimônio Líquido é de R\$15 (R\$9 em 31 de dezembro de 2024).

26.3.2. Plano para outorga de opções de ações – Controlada Dexco

Conforme previsão estatutária, a controlada Dexco possuía, até o exercício de 2019, plano para outorga de opções de ações que tinha por objetivo integrar executivos no processo de desenvolvimento da mesma, a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trariam para as ações representativas de seu Capital social.

As opções conferiam aos seus titulares o direito de, observadas as condições estabelecidas no plano, subscrever ações ordinárias do Capital social autorizado da controlada Dexco.

As regras e procedimentos operacionais relativos ao plano eram propostos pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação (“Comitê”), designado pelo Conselho de Administração da controlada Dexco. Periodicamente, esse comitê submetia à aprovação do Conselho de Administração propostas relativas à aplicação do plano.

Só houve outorga de opções com relação aos exercícios em que houve apuração de lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas. A quantidade total de opções outorgadas em cada exercício não ultrapassou o limite de 0,5% da totalidade das ações da Dexco que os acionistas controladores e não controladores possuíam na data do balanço de encerramento do mesmo exercício.

O preço de exercício a ser pago à Dexco foi fixado pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação na outorga da opção. Para fixação do preço de exercício das opções, o Comitê de Pessoas considerou a média dos preços das ações ordinárias da Dexco nos pregões da B3, no período de, no mínimo, cinco e, no máximo, noventa pregões anteriores à data da emissão das opções, a critério desse Comitê, facultado ainda, ajuste de até 30%, para mais ou para menos. Os preços estabelecidos serão reajustados até o mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê de Pessoas designar.

Segue abaixo as características das ações outorgadas e as principais premissas para o cálculo do valor justo:

	2018	2019
Principais características		
Total de opções de ações outorgadas	1.046.595	1.976.673
Preço de exercício na data da outorga	9,02	9,80
Valor justo na data da outorga	5,19	5,17
Prazo limite para exercício	8,8 anos	8,8 anos
Prazo de carência	3,8 anos	3,7 anos
Principais premissas para cálculo do valor justo		
Volatilidade do preço da ação	38,09%	38,49%
Dividend Yield	2,00%	2,00%
Taxa de retorno livre de risco (Cupom IGP-M)	4,67%	4,05%
Taxa efetiva de exercício	94,90%	94,90%

A controlada Dexco efetua a liquidação desse plano de benefícios entregando ações de sua própria emissão que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos executivos.

Segue abaixo a apropriação das opções outorgadas:

Exercício da outorga	Prazo para Vencimento	Saldo de ações a exercer	Valor Total	Competência		
				Vencidas	2018 e 2019	2020 a 2022
Vencidas em anos anteriores				100	-	-
2018	31/12/2026	1.036.802	5	-	2	3
2019	31/12/2027	1.976.789	10	-	2	8
Total		3.013.591	15	100	4	11
Efetividade de exercício				96,60%	94,90%	94,90%
Valor apurado no resultado				97	4	11

Em 31 de dezembro de 2025 a controlada Dexco possuía 11.380.764 ações em tesouraria (12.201.649 em 31 de dezembro de 2024), que poderão ser utilizadas para fazer face a um eventual exercício de opção.

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Os segmentos operacionais divulgados refletem, de modo consistente, a gestão para tomada de decisões e o acompanhamento de resultados do Comitê Executivo, principal tomador das decisões operacionais na ITAÚSA.

As empresas nas quais a ITAÚSA investe têm autonomia para definir seus padrões diferenciados e específicos na gestão e segmentação dos seus respectivos negócios.

As políticas contábeis de cada segmento são uniformes às utilizadas pela ITAÚSA, em todos os aspectos materiais. Os segmentos possuem carteira de clientes pulverizada, sem nenhuma concentração de receita.

Os segmentos operacionais da ITAÚSA foram definidos de acordo com os relatórios apresentados ao Comitê Executivo. Os segmentos considerados na Demonstração Consolidada da ITAÚSA são os seguintes:

- **Dexco:** Apresenta 4 segmentos de negócio: (i) Deca – fabrica e comercializa louças e metais sanitários, negociados sob as marcas Deca, Hydra e Elizabeth; (ii) Revestimentos - produz e comercializa revestimentos, utilizando as marcas Ceusa, Portinari e Castelatto; (iii) Madeira – fabrica e comercializa painéis de madeira de média e alta densidade, mais conhecidos como MDP, MDF e HDF, utilizando a marca Duratex e pisos laminados da marca Durafloor; e (iv) Celulose solúvel – fabrica e comercializa celulose solúvel em parceria com a empresa austríaca Lenzing.
- **Outros:** Referem-se às informações da Itaotec e ITH Zux Cayman.

	dexco	ITAÚSA	Outros	Eliminação / Reclassificação	Consolidado
Balanco patrimonial	31/12/2025				
Total do Ativo	19.001	94.773	273	(2.859)	111.188
Total do Passivo	11.793	6.018	24	(26)	17.809
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	6.847	88.755	249	(7.096)	88.755
Demonstração de resultado	2025				
Receita líquida	8.249	-	-	-	8.249
Mercado interno	6.773	-	-	-	6.773
Mercado externo	1.476	-	-	-	1.476
Resultado de participações societárias	222	17.291	-	(5)	17.508
Resultado financeiro	(829)	(914)	13	-	(1.730)
Depreciações e amortizações	(1.252)	(9)	-	-	(1.261)
Tributos sobre o lucro	151	9	1	-	161
Lucro líquido	63	16.487	5	(5)	16.550

	dexco	ITAÚSA	Outros	Eliminação / Reclassificação	Consolidado
Balanco patrimonial	31/12/2024				
Total do Ativo	18.144	99.125	283	(2.927)	114.625
Total do Passivo	10.949	8.682	38	(41)	19.628
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	6.977	90.443	244	(7.221)	90.443
Demonstração de resultado	2024				
Receita líquida	8.235	-	-	-	8.235
Mercado interno	6.828	-	-	-	6.828
Mercado externo	1.407	-	-	-	1.407
Resultado de participações societárias	(73)	15.641	-	(199)	15.369
Resultado financeiro	(592)	(861)	90	-	(1.363)
Depreciações e amortizações	(1.221)	(10)	-	-	(1.231)
Tributos sobre o lucro	(170)	44	(12)	-	(138)
Lucro líquido	174	14.778	134	(199)	14.887

Embora o Itaú Unibanco, a Motiva, a Alpargatas, a Aegea, a Copa Energia e a NTS não sejam empresas controladas e, por consequência, não sejam consideradas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, a Administração revisa suas informações e as considera como um segmento de negócio por serem parte do portfólio de investimentos da ITAÚSA. O detalhamento de suas atividades e o resumo de suas informações financeiras está demonstrado a seguir:

- **Itaú Unibanco:** é uma instituição financeira que oferece, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, uma ampla gama de produtos de crédito e outros serviços financeiros a uma base diversificada de clientes pessoas físicas e jurídicas, no Brasil e no Exterior.
- **Motiva:** opera empresas de concessão de infraestrutura e mobilidade na América Latina, atuando nos segmentos de concessão de rodovias, mobilidade urbana, aeroportos e serviços.
- **Alpargatas:** suas atividades são a fabricação e comercialização de calçados e respectivos componentes; artigos de vestuário; artefatos têxteis e respectivos componentes; e artigos de couro, de resina e de borracha natural ou artificial.

- **Aegea:** líder no setor privado em serviços de saneamento básico no Brasil.
- **Copa Energia:** consolida as marcas Copagaz e Liquigás que respondem juntas por cerca de 25% da distribuição de GLP no Brasil e com operações em 24 estados e no Distrito Federal.
- **NTS:** transportadora de gás natural, por meio de sistema de gasodutos, operando nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, os quais respondem por aproximadamente 50% do consumo de gás no Brasil. Esse sistema possui conexões com o gasoduto Brasil-Bolívia, com os terminais de gás natural liquefeito (GNL) e com as unidades de processamento de gás.



Balanco Patrimonial	31/12/2025					30/09/2025 ⁽³⁾
Total do Ativo	3.066.169	71.014	6.097	6.420	19.249	50.935
Total do Passivo	2.851.093	54.732	2.773	3.272	23.303	39.671
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	204.501	15.791	3.324	3.148	(4.054)	6.431
Demonstração de Resultado	2025					01/01 a 30/09/2025 ⁽³⁾
Receita líquida ⁽¹⁾	387.790	18.851	4.565	11.593	7.886	13.273
Mercado interno	327.799	18.851	3.474	11.593	7.886	13.273
Mercado externo	59.991	-	1.091	-	-	-
Resultado de participações societárias	1.417	80	46	(6)	-	(242)
Resultado financeiro ⁽²⁾	-	(3.124)	(37)	(179)	(1.482)	(2.535)
Depreciações e amortizações	(7.419)	(1.532)	(261)	(188)	(433)	(906)
Tributos sobre o lucro	(4.401)	(998)	10	(215)	(1.723)	(1.258)
Lucro líquido atribuível aos controladores	44.857	3.280	569	705	3.553	1.206



Balanco Patrimonial	31/12/2024					
Total do Ativo	2.854.475	59.097	6.840	5.908	21.814	44.331
Total do Passivo	2.633.191	45.095	2.804	3.024	25.652	32.927
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	211.090	13.609	4.036	2.884	(3.838)	5.479
Demonstração de Resultado	2024					
Receita líquida ⁽¹⁾	325.179	18.116	4.108	10.910	7.256	14.212
Mercado interno	268.151	18.116	3.154	10.910	7.256	14.212
Mercado externo	57.028	-	954	-	-	-
Resultado de participações societárias	1.047	71	21	4	-	96
Resultado financeiro ⁽²⁾	-	(2.469)	12	(196)	(1.276)	(2.274)
Depreciações e amortizações	(7.177)	(1.337)	(250)	(174)	(424)	(949)
Tributos sobre o lucro	(5.428)	(1.029)	44	(290)	(1.583)	(1.137)
Lucro líquido atribuível aos controladores	41.085	1.249	108	886	3.279	774

⁽¹⁾ Para o Itaú Unibanco corresponde à: (i) Receita de juros, rendimentos e dividendos; (ii) Ajuste ao valor justo de ativos e passivos financeiros; (iii) Resultado de operações de câmbio e variações cambiais sobre transações no exterior; (iv) Receita de prestação de serviços e tarifas bancárias; e (v) Resultado de contratos de seguros e previdência privada.

⁽²⁾ Devido o Itaú Unibanco pertencer ao "Setor financeiro" as receitas e despesas financeiras encontram-se incorporadas no item de "Receita líquida".

⁽³⁾ Vide nota 2.5.

28. PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas decorrem do curso normal dos negócios e são efetuadas a valores e taxas usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

A ITAÚSA possui "Política para Transações com Partes Relacionadas", aprovada pelo Conselho de Administração, que visa estabelecer regras e procedimentos para assegurar que as decisões envolvendo transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas assegurando comutatividade e transparência, garantindo aos acionistas, investidores e outras partes interessadas que as transações foram pautadas nas melhores práticas de Governança Corporativa. Em 9 de agosto de 2021 foi criado o Comitê de Partes Relacionadas com o objetivo de avaliar e deliberar previamente sobre a viabilidade das transações com partes relacionadas, conforme critérios indicados na referida política.

Além dos montantes de Dividendos e JCP a receber (Nota 9), os demais saldos e transações entre partes relacionadas estão apresentados abaixo:

			Controladora		Consolidado	
	Natureza	Relacionamento	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo						
Caixa e Equivalentes de caixa			-	-	5	2
Itaú Unibanco S.A. ⁽²⁾	Conta corrente e aplicações financeiras	Controlada em conjunto	-	-	5	2
Clientes			-	-	52	37
Mysa	Venda de produtos	Coligada indireta	-	-	43	27
Leo Madeiras	Venda de produtos	Acionista não controlador da controlada Dexco	-	-	5	9
LD Celulose	Venda de produtos	Coligada indireta	-	-	4	1
Ativo Biológico			-	-	-	17
LD Celulose		Coligada indireta	-	-	-	17
Total			-	-	57	56
Passivo						
Empréstimos			(779)	(767)	(879)	(767)
Fundo NTS ⁽¹⁾	Notas comerciais	Outros	(779)	(767)	(779)	(767)
Itaú Unibanco S.A. ⁽²⁾	Empréstimos	Controlada em conjunto	-	-	(100)	-
Arrendamentos			-	-	(44)	(52)
Ligna Florestal	Aluguéis	Acionista não controlador da controlada Dexco	-	-	(44)	(52)
Debêntures			-	(518)	-	(518)
Itaú Unibanco S.A. ⁽²⁾	Debêntures	Controlada em conjunto	-	(520)	-	(520)
Itaú Unibanco S.A. ⁽²⁾	Custo de transação - Debêntures	Controlada em conjunto	-	1	-	1
Itaú BBA Assessoria Financeira	Custo de transação - Debêntures	Controlada em conjunto	-	1	-	1
Outros passivos			(3)	(11)	(20)	(24)
Itaú Unibanco S.A. ⁽²⁾	Prestação de Serviços	Controlada em conjunto	-	-	(4)	(9)
Instituto Itaúsa	Doações	Outras partes relacionadas	(3)	(11)	(3)	(11)
LD Celulose	Fornecimento de produtos	Coligada indireta	-	-	(13)	(4)
Total			(782)	(1.296)	(943)	(1.361)

			Controladora		Consolidado	
	Natureza	Relacionamento	2025	2024	2025	2024
Resultado						
Receita líquida			-	-	477	382
Leo Madeiras	Venda de produtos	Acionista não controlador da controlada Dexco	-	-	309	269
Mysa	Venda de produtos	Coligada indireta	-	-	146	102
LD Celulose	Venda de produtos	Coligada indireta	-	-	22	11
Custo dos produtos e serviços			-	-	(54)	(84)
Ligna Florestal	Custos com arrendamentos	Acionista não controlador da controlada Dexco	-	-	(9)	(8)
LD Celulose	Compra de energia	Coligada indireta	-	-	(45)	(76)
Despesas gerais e administrativas			(2)	(6)	(2)	(8)
Itaú Corretora	Prestação de serviços	Controlada em conjunto	(2)	(6)	(2)	(6)
Copa Energia	Fornecimento de gás	Coligada	-	-	-	(2)
Outras receitas e despesas			(43)	(45)	(47)	(49)
Dexco	Receita de aluguel	Controlada	4	4	-	-
Fundação Itaú para a Educação e Cultura	Receita de aluguel	Outras partes relacionadas	3	3	3	3
Instituto Itaúsa	Doações	Outras partes relacionadas	(50)	(51)	(50)	(51)
Fundação Itaú para a Educação e Cultura	Doações	Outras partes relacionadas	-	(1)	-	(1)
Resultado financeiro			(176)	(260)	(176)	(260)
Itaú Unibanco S.A. ⁽²⁾	Aplicações financeiras	Controlada em conjunto	-	-	1	-
Itaú Unibanco S.A. ⁽²⁾	Despesas financeiras	Controlada em conjunto	-	-	(1)	-
Itaú Unibanco S.A. ⁽²⁾	Despesas de Juros - Debêntures	Controlada em conjunto	(56)	(177)	(56)	(177)
Itaú Unibanco S.A. ⁽²⁾	Custo de transação - Debêntures	Controlada em conjunto	(1)	-	(1)	-
Itaú BBA Assessoria Financeira	Custo de transação - Debêntures	Controlada em conjunto	(1)	(5)	(1)	(5)
Fundo NTS ⁽¹⁾	Despesas de Juros - Empréstimos	Outros	(118)	(78)	(118)	(78)
Total			(221)	(311)	198	(19)

⁽¹⁾ Em 21 de fevereiro de 2024 a ITAÚSA celebrou o Termo de Emissão da 1ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais em três séries (Nota 18.2) junto a NTS Campos Eliseos Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado Investimento no Exterior ("Fundo NTS"), cuja única cotista do fundo é a NTS.

⁽²⁾ Refere-se ao banco comercial.

28.1. Garantias prestadas

A ITAÚSA é garantidora das seguintes transações demonstradas abaixo:

Parte relacionada	Relacionamento	Tipo	Objeto	Controladora	
				31/12/2025	31/12/2024
Dexco ⁽¹⁾	Controlada	Aval	Empréstimo	372	421
Itaútec	Controlada	Aval	Seguro garantia em processos judiciais	51	57
Águas do Rio Investimentos	Coligada	Alienação fiduciária de ações	Empréstimo	72	67
Copa Energia ⁽²⁾	Coligada	Alienação fiduciária de ações	Debêntures	-	678
Total				495	1.223

⁽¹⁾ Em março de 2021, a controlada Dexco, com o objetivo de aprimorar seu perfil de liquidez e endividamento, assinou contrato de financiamento com o BNDES no valor de R\$697 (saldo de R\$556 em 31 de dezembro de 2025), sendo 67% deste valor garantido pela ITAÚSA.

⁽²⁾ Em janeiro de 2021, a ITAÚSA e o outro acionista haviam outorgado alienação fiduciária da totalidade das ações do Capital social da Copa Energia para assegurar o cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, a serem assumidas pela Copa Energia no âmbito da 2ª emissão de debêntures simples no montante total contratado de R\$1,95 bilhão. Em janeiro de 2025, a Copa Energia realizou a 6ª emissão de debêntures simples, para o resgate antecipado da 2ª emissão de debêntures, sem garantias, o que resultou no cancelamento da referida alienação fiduciária.

28.2. Remuneração da Administração

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Remuneração		40	34	64	66
Encargos sociais		6	5	9	8
Benefícios de curto prazo ⁽¹⁾		3	2	3	2
Plano de remuneração baseado em ações	26.3	8	6	22	20
Total		57	47	98	96

⁽¹⁾ Compreendem: Assistência médica e odontológica, Auxílio alimentação e Seguro de vida.

29. TRANSAÇÕES NÃO-CAIXA

Em conformidade com o CPC 03 (R2) / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de Caixa ou Equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

As atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da Demonstração do Fluxo de Caixa, estão demonstradas abaixo:

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2025	2024	2025	2024
Atividades de Investimentos					
Dividendos/JCP deliberados não recebidos		(1.385)	(1.905)	(1.385)	(1.893)
Aumento de capital em investidas com créditos de dividendos/JCP		-	15	-	-
Total		(1.385)	(1.890)	(1.385)	(1.893)
Atividades de Financiamento					
Dividendos/JCP deliberados não pagos		405	1.781	468	1.808
Aumento de capital com créditos de dividendos/JCP	20.1	523	-	523	-
Instrumentos derivativos		-	-	467	247
Novos contratos e atualizações de arrendamentos		-	-	199	85
Entrega de ações em tesouraria - Plano ILP	20.5	7	3	7	3
Baixa de contratos de arrendamento		-	-	(13)	(5)
Total		935	1.784	1.651	2.138

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

30.1. Aporte de capital na controlada indireta Jatobá Florestal S.A. (“Jatobá”) – Controlada Dexco

Em 7 de janeiro de 2026 o Conselho de Administração da controlada Dexco aprovou a celebração de Acordo de Acionistas, com um investidor institucional, que subscreveu 100% de novas ações preferenciais emitidas por sua controlada indireta Jatobá, sociedade de propósito específico, cuja atividade engloba operações de exploração e comercialização de ativos florestais e arrendamento.

As ações preferenciais foram integralizadas no dia 09 de janeiro de 2026, mediante aporte de R\$200, passando esse investidor a deter participação minoritária no Capital social da Jatobá.

Essa operação está alinhada à estratégia de investimento da Dexco e tem como objetivo atrair novos investidores para maximizar a eficiência econômica de suas atividades de base florestal.

30.2. Contrato de venda de ativo florestal – Controlada Dexco

Em 20 de janeiro de 2026 a controlada Dexco comunicou ao mercado que celebrou contrato de venda de madeira em pé referente a, aproximadamente, 1,2 milhão de metros cúbicos de ativo florestais. A operação está em linha com a estratégia da Dexco de desalavancagem e a sua efetivação está condicionada a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

30.3. Aquisição de participação societária adicional na Avenue Holding Cayman Ltd (“Avenue”) – Controlada em conjunto Itaú Unibanco

Em 30 de janeiro de 2026, a controlada em conjunto Itaú Unibanco, por meio de sua controlada ITB Holding Brasil Participações Ltda., adquiriu 17,2% de participação adicional na Avenue e passou a deter o controle com 50,1% de participação no Capital social total. A aquisição decorre da segunda etapa do contrato de compra e venda de ações celebrado em julho de 2022.

As efetivas aquisições e liquidações financeiras ocorreram após as aprovações regulatórias necessárias.

30.4. Aquisição de participação adicional na Aegea

Em 9 de fevereiro de 2026, a ITAÚSA comunicou ao mercado o aumento de sua participação acionária na Aegea. Nesta data, foi homologado o aumento do Capital social da Aegea, com a emissão de 14.424.281 novas ações ordinárias ao preço de R\$55,29 por ação, das quais a ITAÚSA subscreveu 5.025.268 ações, perfazendo aproximadamente R\$278.

Adicionalmente, em 2 de março de 2026, foi homologada a emissão de 7.278.367 novas ações ordinárias da Aegea, das quais 2.535.707 ações foram subscritas pela ITAÚSA, no valor total de R\$140. Após a conclusão deste segundo aumento de capital, a participação da ITAÚSA na Aegea passou de 12,82% para 13,27% do Capital social total.

Os recursos necessários para o aumento de participação foram provenientes do caixa próprio da ITAÚSA, não sendo previstos efeitos relevantes nos resultados deste exercício social.

Este aumento de participação na Aegea está alinhado à estratégia de alocação eficiente de capital da ITAÚSA, reforçando seu compromisso com a geração de valor para acionistas, investidas e sociedade.

30.5. Deliberação de JCP (Exercício 2026)

Em 16 de março de 2026, o Conselho de Administração declarou, antecipadamente, JCP no valor bruto de R\$0,116 por ação (líquido de R\$0,0957 por ação), que serão imputados ao dividendo do exercício de 2026 e pagos até 31 de agosto de 2026, com base na posição acionária final do dia 19 de março de 2026.

*

*

*



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Itaúsa S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Itaúsa S.A. e suas controladas ("Companhia")**, identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais, individuais e consolidados, em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Itaúsa S.A. e suas controladas** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os requisitos éticos relevantes para auditoria de demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, de entidades de interesse público previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com esses requerimentos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Considerando a atividade de holding desempenhada pela Companhia, os principais assuntos de auditoria são temas advindos dos investimentos em controladas e controlada em conjunto. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, como um todo, e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que o assunto descrito a seguir é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

Controladas em conjunto - Itaú Unibanco Holding S.A. e Itaú Unibanco Participações S.A.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 15 em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui investimentos no Itaú Unibanco Holding S.A. ("IUH") e Itaú Unibanco Participações S.A. ("IUPAR") que representam parte substancial de seus ativos individuais e consolidados, sendo registrados na Rubrica "Investimentos" e contabilizados por equivalência patrimonial.

A IUPAR é uma holding constituída para controle do IUH, sendo este seu principal ativo. O IUH por sua vez é uma instituição financeira que atua nas diversas modalidades bancárias, bem como em atividades de seguros, previdência e capitalização.

O IUH realiza um volume expressivo de operações em todas as modalidades e devido ao porte de suas operações, a sua estrutura de tecnologia é composta por mais de um ambiente com processos distintos e controles segregados. Dessa forma, o IUH é altamente dependente de seu ambiente de Tecnologia da Informação para processamento dessas operações.

Adicionalmente, as demonstrações contábeis do IUH apresentam estimativas contábeis críticas relacionadas a operações que requerem elevado nível de julgamento, em especial em decorrência do ambiente econômico, para registro e mensuração das transações e apuração dos saldos contábeis. Essas estimativas contábeis envolvem as seguintes principais áreas: (i) Provisão para perda esperada de créditos; (ii) Mensuração de ativos e passivos financeiros, incluindo derivativos; e (iii) Provisões e passivos contingentes.

Em função do exposto acima, a considerar essas estimativas contábeis, assim como o próprio ambiente de Tecnologia da Informação, consideramos como áreas de foco de auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Em nossos procedimentos de auditoria para abordar o risco de avaliação relacionada a equivalência patrimonial da IUH e IUPAR, realizamos testes sobre a apuração dos saldos comparando os resultados obtidos com os registros contábeis da Companhia. Também avaliamos as divulgações nas demonstrações contábeis em conformidade com os requerimentos das normas contábeis.

Os procedimentos de auditoria em relação às estimativas contábeis críticas da IUH e IUPAR, conforme o caso, incluíram comunicação com outros auditores com o objetivo de discutir os riscos de auditoria identificados, o enfoque, alcance e época dos trabalhos. Também, revisamos seus papéis de trabalho e discutimos os resultados alcançados.

Especificamente, em relação ao ambiente de tecnologia da informação e às estimativas contábeis críticas das Investidas, IUH e IUPAR, consideramos:

- Os trabalhos executados e as conclusões dos auditores, incluindo seus especialistas, quanto ao ambiente de tecnologia da informação, a razoabilidade de determinadas premissas e julgamentos da Administração do IUH e IUPAR;
- As correspondentes divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Com a aplicação desses procedimentos, consideramos que os testes sobre os controles permitem estabelecer um adequado nível de confiança de auditoria na operação dos sistemas e controles informatizados, bem como as premissas e as metodologias utilizadas para as estimativas contábeis são adequadas para mitigar os riscos associados de distorções relevantes.

Consideramos que as informações apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apropriadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros investimentos em Controladas e Controlada em conjunto

Conforme mencionado na nota explicativa nº 15, os demais investimentos em controladas e controlada em conjunto ("Investidas"), são contabilizados por equivalência.

As demonstrações contábeis das Investidas apresentam estimativas contábeis críticas relacionadas às operações que requerem elevado nível de julgamento para registro, mensuração das transações e apuração dos saldos contábeis.

Devido às incertezas inerentes às estimativas contábeis críticas, os eventuais impactos nas demonstrações contábeis das Investidas e, consequentemente, na apuração da equivalência patrimonial da Companhia, esta foi considerada área de foco na auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Em nossos procedimentos de auditoria para abordar o risco de avaliação relacionada a equivalência patrimonial das investidas, realizamos testes sobre a apuração dos saldos comparando os resultados obtidos com os registros contábeis da Companhia. Também avaliamos as divulgações nas demonstrações contábeis em conformidade com os requerimentos das normas contábeis.

Os procedimentos de auditoria em relação às estimativas contábeis críticas das investidas, conforme o caso, incluíram comunicação com outros auditores com o objetivo de discutir os riscos de auditoria identificados, o enfoque, alcance e época dos trabalhos. Também, revisamos seus papéis de trabalho e discutimos os resultados alcançados.

Especificamente, em relação às estimativas contábeis críticas das Investidas, consideramos:

- Os trabalhos executados e as conclusões dos auditores, incluindo seus especialistas, quanto a avaliação das premissas e metodologia usadas pela administração das referidas investidas;
- As correspondentes divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Com a aplicação desses procedimentos, consideramos que as premissas e as metodologias utilizadas para as estimativas contábeis são adequadas para mitigar os riscos associados de distorções relevantes.

Consideramos que as informações apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apropriadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações individuais e consolidadas do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e suas controladas, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1)- Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessarem suas operações, ou não tenham nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de março de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Robinson Meira
Contador CRC 1 SP 244496/O-5



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Ao Conselho de Administração Itaúsa S.A.
Itaúsa S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Itaúsa S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

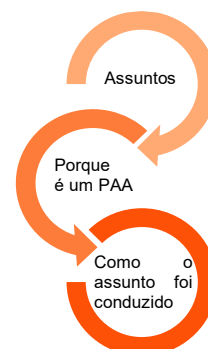
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itaúsa S.A. e da Itaúsa S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB);

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Controladas em conjunto - Itaú Unibanco Holding S.A. ("IUH") e Itaú Unibanco Participações S.A. ("IUPAR") - Nota 15	
<p>Os investimentos no IUH e na IUPAR representam parte substancial dos ativos individuais e consolidados da Companhia, sendo registrados na rubrica "Investimentos" e contabilizados por equivalência patrimonial.</p> <p>A IUPAR é uma <i>holding</i> constituída para controle do IUH, sendo este seu principal ativo. O IUH por sua vez é uma instituição financeira que atua nas diversas modalidades bancárias, bem como em atividades de seguros, previdência e capitalização.</p> <p>O IUH realiza um volume expressivo de operações em todas as modalidades e devido ao porte de suas operações, a sua estrutura de tecnologia é composta por mais de um ambiente com processos distintos e controles segregados. Dessa forma, o IUH é altamente dependente de seu ambiente de tecnologia da informação para processamento dessas operações.</p> <p>Adicionalmente, as demonstrações contábeis do IUH apresentam estimativas contábeis críticas relacionadas a operações que requerem elevado nível de julgamento, em especial em decorrência do ambiente econômico, para registro e mensuração das transações e apuração dos saldos contábeis. Essas estimativas contábeis envolvem as seguintes principais áreas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Provisão para perda esperada de operações de créditos. • Mensuração de ativos e passivos financeiros, incluindo derivativos. • Provisões e passivos contingentes. 	<p>Como parte de nossos procedimentos de auditoria, realizamos testes sobre a apuração da equivalência patrimonial realizada pela Administração da Companhia em relação aos investimentos no IUH e na IUPAR, comparando os resultados obtidos com os registros contábeis. Também avaliamos as divulgações nas demonstrações contábeis da Companhia em conformidade com os requerimentos das normas contábeis.</p> <p>Os resultados de nossos procedimentos de auditoria estão consistentes com as divulgações em notas explicativas.</p> <p>Adicionalmente, nossos procedimentos como auditores do IUH, abrangeram, entre outros, os seguintes principais procedimentos de auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em relação ao ambiente de tecnologia da informação: <p>Com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do ambiente de tecnologia da informação e dos controles automatizados dos sistemas aplicativos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis.</p> <p>Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes do desenho e da efetividade dos principais controles relevantes, bem como a execução de testes relacionados à segurança da informação, incluindo gestão de acessos, gestão de mudanças sistêmicas e monitoramento da capacidade de operação da infraestrutura de tecnologia.</p>

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Em função do exposto acima, continuamos a considerar essas estimativas contábeis, assim como o próprio ambiente de tecnologia da informação, como áreas de foco de auditoria.</p>	<p>Os procedimentos de auditoria aplicados, resultaram em evidências apropriadas que foram consideradas na determinação da natureza, época e extensão dos demais procedimentos de auditoria.</p> <ul style="list-style-type: none"> Em relação às estimativas contábeis críticas: <p>Aplicamos testes sobre o desenho e a operação dos principais controles para registro, mensuração, baixa e divulgação das operações, em conformidade com o IFRS 9 - "Financial Instruments" e IFRS 7 - "Financial Instruments Disclosures".</p> <p>Com auxílio de nossos especialistas, analisamos, quando aplicável, a razoabilidade de determinadas premissas e julgamentos da Administração do IUH, considerando também o contexto atual das operações e o cenário econômico. Também, testamos a integridade das bases de dados e os modelos de cálculos envolvidos para apuração dos saldos.</p> <p>Realizamos testes relacionados à existência, valor correto, integridade, valor recuperável e registro no momento correto das operações, bem como realizamos confirmação de informações sobre a probabilidade de perda dos processos judiciais junto aos assessores jurídicos do IUH.</p> <p>Consideramos que os critérios e as premissas adotados pela administração e divulgadas nas demonstrações contábeis estão consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.</p>

Outros investimentos em Controladas e Controladas em conjunto (Nota 15)

Os demais investimentos em controladas e controladas em conjunto ("Investidas"), são contabilizados por equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais.

As demonstrações contábeis das Investidas apresentam estimativas contábeis críticas relacionadas às operações que requerem elevado nível de julgamento para registro, mensuração das transações e apuração dos saldos contábeis.

Em relação à equivalência patrimonial das Investidas, realizamos testes sobre a apuração dos saldos comparando os resultados obtidos com os registros contábeis da Companhia. Também avaliamos as divulgações nas demonstrações contábeis em conformidade com os requerimentos das normas contábeis.

Os procedimentos de auditoria em relação às estimativas contábeis críticas das Investidas, conforme o caso, incluíram comunicação com as equipes de auditoria e/ou outros auditores com o objetivo de discutir os riscos de auditoria identificados, o enfoque, alcance e época dos trabalhos e discutimos os resultados alcançados.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Devido às incertezas inerentes às estimativas contábeis críticas, os eventuais impactos nas demonstrações contábeis das Investidas e, consequentemente, na apuração da equivalência patrimonial da Companhia, esta foi considerada área de foco na auditoria.	<p>Especificamente, em relação às estimativas contábeis críticas das Investidas, consideramos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Os trabalhos executados e as conclusões dos auditores, incluindo seus especialistas quando aplicável, quanto a avaliação dos dados, premissas e metodologia usadas pela Administração das referidas investidas. As correspondentes divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Itaúsa. <p>Após a realização desses procedimentos, consideramos que os dados, as premissas e as metodologias divulgadas nas demonstrações contábeis estão consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.</p>

Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev
Contadora CRC 1SP245281/O-6

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Introdução

O Comitê de Auditoria (“Comitê”) da Itaúsa S.A. (“Itaúsa” ou “Companhia”) é órgão de caráter de assessoramento ao Conselho de Administração (“Conselho”), instituído em 15 de agosto de 2022, que passou a ser estatutário na Assembleia Geral da Companhia de 28 de abril de 2023.

O Comitê possui funções técnicas e tem reporte direto ao Conselho, sendo que suas recomendações não possuem caráter vinculante.

Desde 15 de maio de 2023, o Comitê é composto por 3 membros independentes, sendo coordenado por membro independente do Conselho, que exercem as atribuições e responsabilidades estabelecidas pela legislação aplicável e pelo Conselho da Itaúsa por meio do Regimento Interno do Comitê.

Compete ao Comitê zelar: (i) pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis; (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; (iii) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da empresa de auditoria independente; (iv) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da auditoria interna; e (v) pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos.

A BDO RCS Auditores Independentes S/S (“Auditoria Independente para fins regulatórios”) e a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. (“Auditoria Independente para fins de governança”), em conjunto “Auditores Independentes”, são as empresas responsáveis pela auditoria das demonstrações contábeis intermediárias e completas, individuais e consolidadas, da Itaúsa, conforme normas profissionais emanadas do Conselho Federal de Contabilidade - CFC (“CFC”) e certos requisitos específicos da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). O relatório dos Auditores Independentes reflete o resultado de suas verificações e apresenta as suas opiniões a respeito da fidedignidade das demonstrações contábeis do exercício.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, os quais foram aprovados pela CVM e pelo CFC.

Atividades do Comitê de Auditoria em 2025:

No decorrer do exercício de 2025, o Comitê reuniu-se em 9 ocasiões. Dentre as atividades realizadas, cabe destacar:

- a) avaliação e acompanhamento do Plano anual de Compliance e de Riscos Corporativos;
- b) avaliação e acompanhamento do Plano anual da Auditoria Interna e de seus relatórios;
- c) análise e acompanhamento do Plano Anual de Trabalho dos Auditores Independentes e sua execução tempestiva;
- d) revisão da matriz de riscos corporativos e monitoramento dos planos de ação dos riscos acima do apetite a riscos;
- e) monitoramento dos indicadores do Programa de Integridade e do Canal de Denúncias;
- f) monitoramento das matrizes de controles internos: processos do Instituto Itaúsa e de Tecnologia da Informação;
- g) avaliação dos avanços do Programa de Privacidade;

- h) acompanhamento do Plano Diretor de Segurança da Informação (PDSI);
- i) discussão e apreciação das melhorias propostas pela administração nas Demonstrações Contábeis, objetivando aprimorar a transparência e a objetividade do *disclosure*, em linha com as melhores práticas de mercado e as respectivas normas contábeis;
- j) monitoramento dos indicadores de alavancagem, da gestão do risco de liquidez e do cumprimento da Política Financeira da Companhia;
- k) discussão e análise das Demonstrações Contábeis de 31.12.2024 e das Informações Trimestrais (ITRs) de 2025, por meio de reuniões com os administradores e Auditores Independentes;
- l) acompanhamento da implantação das normas emitidas pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS 1 e 2) baseadas nas IFRS S1 e S2 e pelo CPC 51 (IFRS 18);
- m) acompanhamento da implementação e impactos da reforma tributária;
- n) reporte dos representantes do Comitê de Auditoria das investidas (exceto Itaú Unibanco e NTS) a respeito de questões contábeis, riscos, compliance e controles internos; e
- o) aprovação e, quando aplicável, recomendação ao Conselho, para a contratação de outros serviços que não os de auditoria das Demonstrações Contábeis da Itaúsa a serem prestados pelos Auditores Independentes.

Conclusão

Os membros do Comitê, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê, reuniram-se em 12 de março de 2026, para discutir e analisar a qualidade e integridade das Demonstrações Contábeis Completas, Individuais e Consolidadas, acompanhadas do Relatório da Administração da Companhia e dos relatórios dos Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 e, considerando as informações e esclarecimentos prestados pela administração da Companhia e pelos Auditores Independentes, opinaram, por unanimidade, que os referidos documentos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e entendem que foram elaborados em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis IFRS, recomendando-os à aprovação pelo Conselho da Itaúsa.

São Paulo, 16 de março de 2026.

Raul Calfat – Coordenador; Isabel Cristina Lopes – membro efetivo especialista e Marco Antonio Antunes – membro efetivo.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Itaúsa S.A. (“Companhia”), em cumprimento das disposições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis Completas, individuais e consolidadas, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Com base nos exames efetuados, nas informações e nos esclarecimentos solicitados no decorrer do exercício em reuniões com a administração da Companhia e auditores independentes e, considerando, ainda, os relatórios dos auditores independentes BDO RCS Auditores Independentes S/S Ltda., para fins regulatórios, e PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., para fins de governança, emitidos sem ressalvas nesta data, bem como o relatório do Comitê de Auditoria, os membros efetivos do Conselho Fiscal opinam que referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da Companhia. São Paulo (SP), 16 de março de 2026. (aa) Guilherme Tadeu Pereira Junior – Presidente; Elaine Maria de Souza Funo, Jefferson de Paula Fernandes Barbosa, Michael Gordon Findlay e Vagner Lacerda Ribeiro – Conselheiros.

ALFREDO EGYDIO SETUBAL

Diretor de Relações com Investidores

ATA SUMÁRIA DA REUNIÃO DA DIRETORIA REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 2026

DATA, HORA E LOCAL: em 16 de março de 2026, às 12h30, realizada na sede social da **ITAÚSA S.A.**, localizada na Avenida Paulista, 1938, 5º andar, em São Paulo (SP).

PRESIDENTE: Alfredo Egydio Setubal, Diretor Presidente.

QUORUM: a totalidade dos membros do Comitê Executivo, com a presença dos Diretores Gerentes convidados a participar da reunião.

DELIBERAÇÕES TOMADAS: após exame das demonstrações contábeis completas, individuais e consolidadas, acompanhadas do relatório de administração, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, que foram objeto de recomendação favorável da Comissão de Finanças, a **Diretoria deliberou**, por unanimidade e em observância às disposições dos incisos V e VI, do § 1º, Artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22, alterada, declarar que:

- (i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas nos relatórios sem ressalvas emitidos pela BDO RCS Auditores Independentes S/S Ltda. (para fins regulatórios) e pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. (para fins de governança); e
- (ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

ENCERRAMENTO: nada mais havendo a tratar, lavrou-se esta ata que foi lida, aprovada e assinada de forma eletrônica pelos membros do Comitê Executivo. São Paulo (SP), 16 de março de 2026. (aa) Alfredo Egydio Setubal – Presidente; Alfredo Egydio Arruda Villela Filho, Ricardo Egydio Setubal e Rodolfo Villela Marino – Diretores Vice-Presidentes Executivos.

ALFREDO EGYDIO SETUBAL

Diretor de Relações com Investidores